

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)  
MESTRADO PROFISSIONAL

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: avaliação de projetos socioambientais financiados

**LILIANE DURAN LOPES**

CASCATEL

2020

Liliane Duran Lopes

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: avaliação de projetos socioambientais financiados

INNOVATION AND SUSTAINABILITY: evaluation of financed socioenvironmental  
projects

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) – Mestrado Profissional: da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Administração**.

Orientadora: Elizandra da Silva, Dra.

Cascavel

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Lopes, Liliâne Duran

Inovação e Sustentabilidade : avaliação de projetos socioambientais financiados / Liliâne Duran Lopes; orientador(a), Elizandra da Silva, 2020.  
143 f.

Dissertação (mestrado profissional), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

1. Sustentabilidade. 2. Inovação. 3. Projetos socioambientais. 4. Financiamento de inovação. I. Silva, Elizandra da. II. Título.

**LILIANE DURAN LOPES**

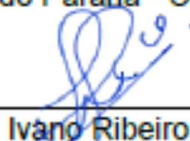
**INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: avaliação de projetos socioambientais  
financiados**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Administração, área de concentração Competitividade e Sustentabilidade, linha de pesquisa Sustentabilidade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



\_\_\_\_\_  
Orientador(a) - Elizandra da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



\_\_\_\_\_  
Ivano Ribeiro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



\_\_\_\_\_  
Daniel Teotonio do Nascimento

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)



\_\_\_\_\_  
Marcelo Rogér Meneghetti

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 1 de abril de 2020

*Dedico este trabalho ao meu companheiro de jornada,  
Leonardo, quem compartilha comigo os mais lindos  
sonhos.*

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, inteligência suprema, por tantas oportunidades de aprendizagem e amadurecimento na nossa caminhada terrestre, em especial, pela oportunidade de concluir este projeto. Agradeço a proteção e a inspiração.

Aos meus pais, por me trazerem ao mundo e por sempre me incentivarem a estudar.

À minha mana, Taty, minha confidente, por me ouvir e por me apoiar.

Ao meu amado esposo, Leonardo, por aceitar o desafio do mestrado junto comigo, por sempre me incentivar e por estar comigo em todos os momentos dessa fase.

Aos colegas e amigos da REGOV/CV, que muito me apoiaram e me motivaram para a realização desse mestrado.

Aos amigos e familiares por compreenderem o meu afastamento momentâneo das reuniões sociais.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, pela oportunidade de realização desse mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração, ao seu corpo docente e a seus colaboradores, pelos ensinamentos e apoio recebidos.

À minha orientadora, professora Elizandra, pelo acolhimento desde o início do Mestrado, pela compreensão, pelas orientações e pelo tempo dedicado a mim e a esta pesquisa.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, professor Ivano, professor Geysler, professor Daniel e professor Marcelo, pelas contribuições a este estudo.

Aos colegas do mestrado por tudo que compartilhamos nesses dois anos da turma 2018, pelos momentos que rimos e choramos juntos.

Aos veteranos da turma 2017, por nos ajudar na caminhada.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse mestrado.

Às novas amizades que brotaram ao longo desse caminho.

*“Se quiser ir rápido, vá sozinho.  
Se quiser ir longe, vá acompanhado.”*

Provérbio africano

## RESUMO

Lopes, Liliane Duran. (2020). *Inovação e Sustentabilidade: avaliação de projetos socioambientais financiados* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração [PPGA], Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, PR, Brasil.

O movimento de transição para uma economia mais sustentável é caracterizado pela necessidade de buscar soluções inovadoras para preservar os recursos naturais e reduzir os impactos sociais e ambientais. Nesse contexto, a inovação assume um papel de destaque como uma grande aliada da sustentabilidade, e os projetos socioambientais representam uma forma de transformar a realidade de grupos locais em direção ao desenvolvimento sustentável. Devido às características intrínsecas da inovação, as incertezas, os riscos e a demora no retorno de investimentos, o financiamento à inovação requer linhas específicas de crédito, e o apoio a projetos socioambientais por organizações com fins lucrativos é uma das formas de promover a disseminação de melhores práticas e melhores condições de vida para as pessoas por meio de iniciativas inovadoras desenvolvidas em parceria com instituições públicas e/ou privadas. Essa pesquisa pauta-se na avaliação do caráter inovador e da contribuição para a sustentabilidade de projetos socioambientais financiados pelo Fundo Socioambiental CAIXA (FSA CAIXA). Para tanto, foi realizada uma investigação de abordagem qualitativa, na qual se utilizou a estratégia de estudo de casos múltiplos com quatro projetos socioambientais concluídos que foram financiados pelo FSA CAIXA no estado do Paraná. Foram realizadas entrevistas em grupo com representantes da equipe executora de cada projeto (total de 04) e grupos de beneficiários (02 grupos) e analisados os documentos levantados na coleta de dados, plano de trabalho e prestação de contas final, com a finalidade de triangulação dos dados entre essas evidências. A análise dos dados foi realizada a partir das categorias e componentes identificados na literatura relacionados à inovação e às três dimensões da sustentabilidade e permitiu contextualizar os cenários nos quais são desenvolvidos projetos socioambientais e levantar suas características inovadoras e sustentáveis, assim como concluir que as parcerias e o apoio financeiro para a sua realização são imprescindíveis para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentáveis nas comunidades vulneráveis atendidas. Constatou-se que todas as iniciativas ofereceram atividades para qualificação profissional e tinham como foco a promoção de trabalho e renda para melhorar a qualidade de vida das pessoas, o que demonstra uma carência de políticas públicas nessas áreas e um destaque das dimensões social e econômica da sustentabilidade em relação à ambiental. Por conseguinte, descobriu-se que os projetos que mais apresentaram características inovadoras foram aqueles que mais tinham contribuições nas dimensões da sustentabilidade, o que demonstra a relação entre inovação e sustentabilidade e evidencia a contribuição dessa pesquisa. Como contribuição prática, este estudo apresenta itens úteis relativos à sustentabilidade e à inovação para diferentes fundos financiadores avaliarem as iniciativas a serem apoiadas e contribui também para a disseminação de melhores práticas a serem reaplicadas por outros projetos, sempre com o intuito de melhorar o direcionamento do uso dos recursos físicos e financeiros em prol do desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável; financiamento de projetos socioambientais; inovação para sustentabilidade; dimensões da sustentabilidade.



## ABSTRACT

Lopes, Liliane Duran (2020). *Innovation and Sustainability: evaluation of financed socioenvironmental projects* (Dissertation). Post-graduate Program in Management [PPGA], State University of Western Parana – UNIOESTE, Cascavel, PR, Brazil.

The movement for transition to a more sustainable economy is characterized by the necessity of searching innovative solutions in order to preserve the natural resources and reduce environmental and social impacts. In this sense, innovation takes on a prominent role as a great allied of sustainability, while socioenvironmental projects represent a way of transforming the reality of local groups towards sustainable development. Due to the intrinsic characteristics of innovation, uncertainties, risks and delay in return on investments, the financing for innovation requires specific lines of credits. Moreover, the support to socioenvironmental projects by for-profit organizations is another way of promoting the dissemination of better practices and better life conditions for people through innovative initiatives developed in association with public and/or private institutions. This research proposed the evaluation of aspects of innovative character and contribution for sustainability of socioenvironmental projects financed by the CAIXA Socio-Environmental Fund CAIXA (FSA CAIXA). In order to do so, a qualitative approach investigation was carried out, in which it was employed a strategy of multiple case studies on four socioenvironmental finalized projects that have been financed by FSA CAIXA in Parana district of Brazil. To this end, a qualitative approach investigation was carried out, using the multiple case study strategy with four completed socio-environmental projects that were financed by FSA CAIXA in the state of Parana. Interviews with representatives of each project (total of 04 groups) and beneficiaries (total of 02 groups) were conducted. The authors then proceeded to analyze documents produced during the project stages of data collection, work plan and final accountability reports, with the aim of triangulation of data in between these evidences. The data analysis was carried out considering categories and components obtained from literature that relate to innovation and to the three dimensions of sustainability. The results allowed contextualizing of the scenarios in which socioenvironmental projects are developed, as well as identify their innovative and sustainable characteristics. It was concluded that partnerships and financial support are indispensable in order to achieve sustainable development goals in the vulnerable communities served by these projects. It was also verified that the initiatives offered mainly activities for professional qualification, which had the focus of promoting work and increase in income in order to improve the quality of life of people. This goes to demonstrate a lack of public policies in the studied areas, as well as a prominence of the economic and social dimensions in comparison to the environmental dimension in the development of the projects. Therefore, it was found that the projects that presented most innovative characteristics were the ones that also presented more contributions among the sustainability dimensions, a fact that evidences the relationship between innovation and sustainability as well as the contribution of the present work. As a practical contribution, this study presents useful items related to sustainability and innovation for different funding funds to evaluate the initiatives to be supported, and also contributes to the dissemination of best practices to be reapplied by other projects, always with the aim of improving the direction of the use of physical and financial resources for sustainable development.

**Keywords:** sustainable development; socioenvironmental projects financing; innovation for sustainability; sustainability dimensions.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA .....	17
1.1.1	Questão de Pesquisa .....	20
1.2	OBJETIVOS .....	20
1.2.1	Objetivo Geral .....	20
1.2.2	Objetivos Específicos .....	20
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA .....	20
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	23
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS .....</b>	<b>25</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	25
2.2	INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE .....	31
2.3	FINANCIAMENTO PARA INOVAÇÃO .....	39
2.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO .....	44
<b>3</b>	<b>MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA .....</b>	<b>46</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	46
3.2	IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS PARA O ESTUDO .....	48
3.3	CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	52
3.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS .....	59
3.4.1	Primeira Etapa – Pesquisa Bibliográfica e Seleção das Categorias de Análise.....	60
3.4.2	Segunda Etapa – Pesquisa Documental.....	64
3.4.3	Terceira Etapa – Entrevistas .....	67
3.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS .....	73
3.6	LIMITAÇÕES DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA .....	74
<b>4</b>	<b>CONTEXTO DA PESQUISA E CASOS ESTUDADOS .....</b>	<b>75</b>
4.1	PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS FINANCIADOS PELO FSA CAIXA NO PARANÁ.....	77
4.1.1	Projeto “Capacitar para prosperar” .....	77
4.1.2	Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná” .....	78
4.1.3	Projeto “Renda Nova” .....	80
4.1.4	Projeto “Catadores da ACLIMAR” .....	81
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>83</b>
5.1	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	83

5.2	SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA.....	91
5.3	SUSTENTABILIDADE SOCIAL .....	98
5.4	INOVAÇÃO.....	108
5.5	CONCLUSÕES DAS ANÁLISES.....	115
<b>6</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA.....</b>	<b>121</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>126</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EQUIPES EXECUTORAS.....</b>	<b>141</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GRUPOS BENEFICIÁRIOS..</b>	<b>143</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - As dimensões do desenvolvimento sustentável.....	28
Figura 02 - Origens do Capital para o financiamento da inovação .....	41
Figura 03 - Fontes de financiamento para a inovação .....	42
Figura 09 - Etapas da coleta de dados da pesquisa.....	59
Figura 10 - Etapas do refinamento das pesquisas nas bases de teses e dissertações .....	61
Figura 11 - Etapas do refinamento das pesquisas diretamente em periódicos .....	62
Figura 12 - Etapas do refinamento das pesquisas nas bases de dados.....	63
Figura 13 - Histórico dos contatos com os projetos .....	71
Figura 14 - Triangulação dos dados .....	73
Figura 04 - Localização geográfica do município de Colombo/PR .....	78
Figura 05 - Localização geográfica do município de Francisco Beltrão/PR.....	79
Figura 06 - Localização geográfica dos municípios contemplados no projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”. .....	80
Figura 07 - Localização geográfica do município de Curitiba/PR. ....	81
Figura 08 - Localização geográfica do município de Marialva/PR.....	82
Figura 15 - Principais resultados referentes à dimensão ambiental.....	91
Figura 16 - Principais resultados referentes à dimensão econômica .....	98
Figura 17 - Principais resultados referentes à dimensão social .....	107
Figura 18 - Principais resultados referentes à inovação .....	114
Figura 19 - Representação quantitativa dos resultados encontrados .....	115
Figura 20 - Principais resultados encontrados em cada dimensão e relação com o desenvolvimento sustentável .....	118

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....	27
Tabela 02 - Tipos de inovação.....	32
Tabela 03 - Dimensões da sustentabilidade.....	35
Tabela 04 - Pesquisas de Inovação – PINTEC .....	40
Tabela 05 - Projetos pré-selecionados para estudo.....	50
Tabela 06 - Quadro conceitual das categorias de análise .....	54
Tabela 07 - Parâmetros utilizados para pesquisa na Base da IBICT .....	60
Tabela 08 - Resultados das Buscas nas bases da CAPES e do IBICT .....	61
Tabela 09 - Parâmetros utilizados para pesquisa nas bases.....	64
Tabela 10 - Termos para busca documental na internet .....	65
Tabela 11 - Observações sobre as entrevistas .....	68
Tabela 12 - Panorama da coleta de dados.....	70
Tabela 13 - Codificação dos casos investigados .....	72
Tabela 14 - Práticas de sustentabilidade ambiental identificadas nos casos .....	83
Tabela 15 - Práticas de sustentabilidade econômica identificadas nos casos.....	91
Tabela 16 - Práticas de sustentabilidade social identificadas nos casos.....	99
Tabela 17 - Práticas inovadoras identificadas nos casos .....	108
Tabela 18 - Panorama dos resultados .....	119

## ÍNDICE DE SIGLAS

ACF	Acordo de Cooperação Financeira
ACLIMAR	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Marialva/PR
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BB	Banco do Brasil
CASSFA	Centro de Ação Social São Francisco de Assis
COOPESCOST	Cooperativa de Costura de Colombo
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FSA	Fundo Socioambiental Caixa
GERSA	Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental
SESC	Serviço Social do Comércio
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
SER	Responsabilidade Social Empresarial
P&D	Pesquisa e desenvolvimento

## 1 INTRODUÇÃO

O excesso no uso dos recursos naturais, a degradação ambiental e as desigualdades sociais têm provocado um movimento de transição para uma economia mais sustentável (Adams, Jeanrenaud, Bessant, Denyer, & Overy, 2016). Do mesmo modo que os avanços tecnológicos têm colaborado para a ampliação e a disseminação dos mercados, também têm provocado a necessidade de buscar soluções inovadoras para preservar os recursos naturais e reduzir os impactos sociais e ambientais (Figuera, Kneipp, Treptow, Müller & Gomes, 2018).

A busca pelo desenvolvimento econômico de forma ambientalmente responsável e que promova a inclusão social demanda que as nações e as empresas inovem não só seus produtos e serviços, mas também seus processos, modelos de negócios e estilos de vida. Adams et al. (2016) relacionam a inovação orientada para a sustentabilidade com mudanças intencionais nos valores de uma organização, abrangendo seus produtos, processos e práticas, com a finalidade de gerar valor social e ambiental, além do retorno econômico.

Diferentemente da abordagem convencional sobre a inovação, a inovação voltada para a sustentabilidade extrapola o viés econômico ao considerar a integração de aspectos ecológicos e sociais em produtos, processos, organizações e estruturas (Klewitz & Hansen, 2014), e “tem sido amplamente reconhecida como um mecanismo chave para abordar as preocupações de desenvolvimento sustentável” (Hall, Matos, Gold, & Severino, 2018, p. 1 ). Assim, também se introduz a ideia de inovação social relacionada ao desenvolvimento sustentável, que é capaz de gerar ações que promovam alternativas para a melhoria do bem-estar de pessoas de baixa renda e é fundamental para diminuir as desigualdades sociais (Souza, Lessa, & Silva Filho, 2019).

Este contexto é visível em muitos estudos sobre o tema, que têm recentemente abordado variadas denominações, tais como eco-inovação e inovação sustentável (Bossle, Barcellos, Vieira, & Sauvée, 2016; Pinsky, Moretti, Kruglianskas, & Plonski, 2015; Maçaneiro, Cunha, Cunha, Kuhl, & Neto, 2018; Ruggi, Nascimento & Mendonça, 2018); inovação para o desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável (Correia, Oliveira, Feitosa, & Gómez, 2018; Kuhl, Cunha, Maçaneiro, & Cunha, 2016; Lee, Wu, & Tseng, 2018; Souza, Lessa & Silva Filho, 2019); inovação orientada para a sustentabilidade (Adams et al., 2016; Klewitz, & Hansen, 2013; Varadarajan, 2017); e até mesmo inovação social (Bhatt & Ahmad, 2017; Correia et al., 2018; Machado Junior, Cesar, Cifarelli, Santos, Basileu, & Campos, 2016; Sousa, Segatto, & Silva, 2017; Sousa, Segatto, & Silva, 2018; Souza, Lessa & Silva Filho, 2019; Unceta, Castro-Spila, & Fronti, 2016).

No sentido da evolução dos estudos sobre o tema, e de acordo com as condições vigentes de cada época, o governo brasileiro, por intermédio de suas instituições e/ou parceiros, disponibiliza linhas de financiamento para inovação orientada para a sustentabilidade, a título de exemplo cita-se o Programa Inova Sustentabilidade, que se trata de uma iniciativa conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com o objetivo de coordenar as ações de fomento à inovação para a sustentabilidade. Essa iniciativa prevê disponibilização de recursos nas modalidades de crédito, recursos não reembolsáveis, subvenção econômica e instrumentos de renda variável (Finep, 2019). Diferentes iniciativas são disponibilizadas por outras instituições, dentre elas estão as Linhas de Crédito Verde e para Inovação do Banco do Nordeste (BNB, 2019b), as Linhas Economia Verde e Projetos de Eficiência Energética da Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP, 2019), as linhas de Microfinanças para a promoção da inclusão bancária e as Linhas de Crédito e Fundo de Investimentos Socioambientais da Caixa (Caixa, 2019b, 2019c, 2019d), bem como as Linhas para Negócios Sociais e Ambientais do Banco do Brasil (BB, 2019).

Acrescenta-se ainda uma modalidade de financiamento que tem potencial de promover o desenvolvimento sustentável a partir da inovação social: os fundos de investimento de impacto têm sido apontados como uma fonte de financiamento de inovação social (Bhatt & Ahmad, 2017; Sousa, Segatto, & Silva, 2017; Sousa, Segatto, & Silva, 2018).

Além do financiamento público para a promoção da sustentabilidade, há registros de fontes privadas de recursos para os denominados projetos socioambientais, tais como os apoiados pela Fundação Banco do Brasil (FBB, 2019), Fundação Cargill (Cargill, 2019), pelo Programa Socioambiental Petrobras (Petrobras, 2019), pela Fundação Itaú Social (Itaú Social, 2019), pelo Fundo Socioambiental da Caixa (Caixa, 2018a), pelo Banco de Desenvolvimento do Nordeste (BNB, 2019a) e pelo Instituto Natura (Instituto Natura, 2019).

Dentre os estudos voltados para o financiamento da sustentabilidade há registros sobre o financiamento do carbono e de proteção e recuperação da Amazônia (Marcovitch & Pinsky, 2014; Souza, Andrade, Alvarez, & Santos, 2013). Entretanto, o foco predominante está relacionado às atividades de P&D, inovação tecnológica e aquisição de máquinas e equipamentos. Também são abordados os aspectos econômicos do financiamento à inovação (Gabriani, 2016; Sessa, Vasconcelos, Costa, & Rapini, 2017; Parente, Vasconcelos, Souza, & Braga, 2014; Yonamini & Gonçalves, 2010); fontes de financiamento para P&D e inovação tecnológica (Borges & Hoffmann, 2017; Bueno & Torkomian, 2014; Cirani, Kono, Santos, & Cassia, 2016; Maçaneiro & Cherobim, 2009; Maçaneiro & Cherobim, 2011; Piontkewicz,



Freitas, & Biz, 2017); fomento público à inovação e políticas de CT&I (Andrade & Rapini, 2019; Bagattolli & Dagnino, 2016; Cirani, Kono, Santos, & Cassia, 2016; Corder & Buainain, 2013; Dagnino, Dias & Novaes, 2019; Sessa, Vasconcelos, Costa, & Rapini, 2017; Yanikian e Pamplona, 2015). Embora existam alternativas de financiamento voltado para projetos socioambientais, o tema ainda apresenta pouco desenvolvimento na literatura.

A inovação orientada para a sustentabilidade passa a integrar aspectos ecológicos e sociais em produtos, processos e organizações (Klewitz & Hansen, 2013; Machado Junior et al., 2016) e a inovação assume um papel de destaque como uma grande aliada da sustentabilidade (Almeida, 2007; Barbieri, Vasconcelos, Andreassi, & Vasconcelos, 2010; Tidd, Bessant, & Pavitt, 2008). É nesse contexto que se inserem os projetos socioambientais como uma forma de transformar a realidade de grupos locais por meio de iniciativas públicas ou privadas (Cava, 2014).

Estudar os aspectos inovadores dos projetos socioambientais e sua capacidade de contribuir para a sustentabilidade permite compreender as contribuições que estes projetos oferecem para o desenvolvimento sustentável, que é uma forma de aproveitar todo o potencial econômico do Brasil para um desenvolvimento também de caráter social e ambiental, pois essas iniciativas visam a difundir o conhecimento científico, fomentar melhores condições sociais e adequações ambientais via parceria entre instituições nacionais e internacionais, de direito público ou privado (Dornelles, 2011).

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Na conjuntura do desenvolvimento sustentável, um grande desafio da atualidade para o planeta, segundo as Nações Unidas (2015), é acabar com a pobreza, a qual passou a ser medida não só pelos rendimentos financeiros, mas também por outros fatores, tais como o acesso à educação e à infraestrutura. A Agenda 2030 assegura esse posicionamento ao pactuar junto às lideranças mundiais um plano de ação que convida vários atores a se envolverem nesse desafio: os governos, a sociedade civil, as empresas e a academia.

Além das pressões sofridas pelas empresas para assumirem outros papéis na sociedade (Kreitlon, 2004), essas organizações também se apresentam como aliados estratégicos que podem tornar viável a execução de projetos socioambientais, que, segundo o coordenador-residente da ONU no Brasil, Niky Fabiancic, durante o 1º Fórum sobre investimento nos ODS (SDG Investment Forum) realizado em São Paulo em março/19, afirmou que “O *know how*

empresarial é muito valioso e determinante para dar escala a boas práticas que viabilizem uma economia sustentável” (Nações Unidas, 2019).

Logo, na tentativa de reequilibrar as relações com a natureza e a sociedade, o cenário global converge para valores do desenvolvimento sustentável e tem demonstrado a necessidade de se estabelecer uma nova relação com o meio ambiente e os recursos naturais, o que inclui incentivos para a preservação dos recursos naturais, valorização das comunidades envolvidas nesse processo, inclusão social, investimentos tecnológicos e apoio de promotores sociais e econômicos para trabalharem e difundirem uma cultura de educação para a sustentabilidade e para a inovação (Marcovitch & Pinsky, 2014). Com isso, as empresas têm sido forçadas a demonstrar, além dos resultados econômicos, os resultados sociais e ambientais de sua atuação.

Para Corder e Salles-Filho (2006), as empresas brasileiras buscam apoio financeiro à inovação tecnológica nas entidades governamentais via subvenção ou financiamentos para o desenvolvimento das atividades inovadoras. E estas empresas, por sua vez, com a finalidade de atender aos princípios da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), desenvolvem iniciativas de forma direta ou indireta apoiando projetos de cunho socioambiental voltados para a sustentabilidade.

Kon (2013) afirma que as empresas que determinam seu planejamento estratégico a partir de programas de responsabilidade social buscam desenvolver novas tecnologias com a finalidade de combater a pobreza e promover melhores condições de vida à população e fazem isso não como uma ação de *marketing*, mas considerando o potencial desses futuros consumidores quando incluídos no mercado de trabalho e de consumo.

Nesse sentido, os problemas sociais decorrentes de falhas nos mecanismos de integração e bem-estar são suscetíveis de mobilizar uma série de recursos (financeiros, organizacionais, tecnológicos, criativos, políticos e culturais) que se estruturam como inovações sociais na tentativa de solucionar essas demandas sociais na forma de produtos, processos e métodos inovadores e sustentáveis (Unceta, Castro-Spila, & Fronti, 2016).

Anita Kon (2013) assegura que o papel social das empresas é desempenhado mediante parcerias com outras organizações públicas e privadas para a diminuição de desigualdades sociais. É nesse contexto que se inserem as fontes de recursos privados direcionados à inovação para a sustentabilidade. Para Kon (2013), as ações de RSE são tidas como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Pesquisadores ambientais propõem que os projetos socioambientais são uma forma de aproveitar todo o potencial econômico do Brasil para um desenvolvimento também de caráter social e ambiental, pois esses projetos visam a difundir o conhecimento científico, fomentar

melhores condições sociais e adequações ambientais via parceria entre instituições nacionais e internacionais, de direito público ou privado (Dornelles, 2011).

Nesse sentido, ressalta-se a participação da iniciativa privada para a promoção de inovações sociais e de sustentabilidade, e o Fundo Socioambiental da Caixa (FSA), administrado pela empresa pública Caixa, insere-se nessa modalidade de incentivo ao financiar projetos de cunho social e ambiental.

O FSA iniciou suas atividades em 2010 e é mantido pela Caixa, pessoa jurídica da administração indireta do governo federal cuja característica intrínseca é ter o capital 100% público e personalidade jurídica de direito privado. Esse fundo é constituído por recursos correspondentes a até 2% do lucro líquido da empresa e caracteriza-se como uma fonte de investimento privado para projetos socioambientais inovadores, vinculados ao desenvolvimento sustentável e alinhados às ações estruturantes da Caixa; portanto, enquadra-se como uma fonte de incentivo à inovação para a sustentabilidade no país. Embora o aporte de recurso seja de uma empresa estatal, como não é o governo diretamente atuando, os investimentos realizados pelo FSA são considerados de cunho privado (CAIXA, 2012).

Segundo o Guia de Orientações do FSA Caixa (CAIXA, 2018c), o fundo apoia financeiramente projetos de natureza social e ambiental, atrelados ao desenvolvimento sustentável, prioritariamente relacionados à população de baixa renda, principalmente nas áreas de: habitação de interesse social, saneamento ambiental, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, saúde, educação, desportos, cultura, justiça, alimentação, desenvolvimento institucional e desenvolvimento rural.

Considerando que o financiamento voltado para projetos socioambientais ainda apresenta pouco desenvolvimento na literatura e que as pesquisas existentes se concentram mais no âmbito de inovações para organizações com finalidade lucrativa, estudar os projetos socioambientais financiados permite avaliar o potencial que esses projetos têm de transformar as realidades locais. E tendo em vista o escopo de atuação do FSA CAIXA, modalidade de financiamento a esse tipo de projeto, o problema de pesquisa consiste em avaliar o caráter inovador e as contribuições para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável dos projetos socioambientais apoiados financeiramente por esse fundo.

### 1.1.1 Questão de Pesquisa

Perante o contexto exposto e com o intuito de direcionar o estudo, é apresentada a seguinte questão de pesquisa: qual o caráter inovador e a contribuição para a sustentabilidade de projetos socioambientais que receberam apoio financeiro externo para sua execução?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar o caráter inovador e a contribuição para a sustentabilidade de projetos socioambientais financiados pelo Fundo Socioambiental CAIXA.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever o Fundo Socioambiental CAIXA por meio de análise documental;
- b) Caracterizar o perfil dos projetos beneficiados pelo Fundo Socioambiental CAIXA por meio de análise documental;
- c) Identificar práticas voltadas para a sustentabilidade nos projetos socioambientais investigados;
- d) Verificar as características inovadoras nos projetos socioambientais estudados.

## 1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA

A busca pelo desenvolvimento econômico de forma ambientalmente responsável e que promova a inclusão social demanda que as nações e as empresas inovem não só seus produtos e serviços, mas também seus processos, modelos de negócios e estilos de vida.

Como recomenda a Agenda 2030 das Nações Unidas (2015), a participação da sociedade é fundamental para o êxito na resolução dos problemas socioambientais de cada região. Dessa forma, a inovação dirigida para a sustentabilidade se desenvolve de maneira interdisciplinar e envolve várias áreas da sociedade, o que estimula a aprendizagem e a disseminação de novas tecnologias com o potencial de formar melhores práticas no mercado

(Seebode, Jeanrenaud, & Bessant, 2012). De modo semelhante, a inovação social, conforme definida por Bignetti (2011), prevê a participação e a cooperação dos atores envolvidos ao aplicar conhecimentos e obter soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou a sociedade como um todo.

Segundo o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, do inglês *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD, 2018), tendo em vista a gama de oportunidades e desafios representados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), as empresas estão se alinhando estrategicamente a esses objetivos para direcionarem suas ações concretas.

Ratificando esse posicionamento sobre o papel das empresas, em artigo publicado pelas Nações Unidas em 16/11/18, o copresidente do Grupo Assessor do Sistema ONU para a Agenda 2030 e assessor sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Haroldo Machado Filho, afirma que as empresas têm papel fundamental no alcance dos ODS, sobretudo na estruturação de soluções duradouras e sustentáveis, e acrescenta ainda que uma das interfaces da inovação mundial hoje visa a resolver as desavenças entre os problemas sociais e ambientais relacionados ao crescimento econômico.

A pesquisa realizada pela Rede Brasil do Pacto Global e Capítulo Brasileiro dos Princípios para Educação Empresarial Responsável (2018) com 142 empresas que fazem parte dessa rede, intitulada “Integração dos ODS na estratégia empresarial: contribuições da Rede Brasil do Pacto Global para a agenda 2030”, demonstrou que as principais motivações para as empresas contribuírem com o ODS são: as relacionadas ao código de ética (53%), à imagem e reputação ligada à sustentabilidade (43%) e ao cumprimento das leis (38%), sendo que a motivação relacionada à inovação ficou em 6º lugar com 31% de concordância.

Seja qual for o motivo que leva as empresas a pactuarem com o desenvolvimento sustentável e considerando a relevância dos temas sustentabilidade e inovação para toda a sociedade, as organizações, cooperativas, fundações e demais entidades privadas, todos esses atores são estimulados a desenvolverem ações inovadoras para reverter lacunas sociais (Sousa, Segatto, & Silva, 2017). Assim, os investimentos privados podem ser elencados como uma fonte de recurso para a promoção dos pilares da sustentabilidade ao financiarem projetos socioambientais inovadores.

Como demonstrado na introdução dessa pesquisa, identificou-se uma carência de estudos no campo de fontes de financiamento de inovação direcionada para a sustentabilidade. Grande parte deles aborda esses aspectos de forma indireta ao trabalhar fontes de financiamento para a inovação relacionadas à P&D e à inovação tecnológica, tais como Borges e Hoffmann

(2017), Bueno e Torkomian (2015), Cirani, Kono, Santos e Cassia (2016), Farias, Vieira, Câmara, Favoreto e Sereia (2014), Maçaneiro e Cherobim (2009), Maçaneiro e Cherobim (2011), Melo (2008), Piontkewicz, Freitas e Biz (2017), Vieira, Prado, Alcântara e Bermejo (2015), Yonamini e Gonçalves (2009). Estas abordagens relacionadas à pesquisa, desenvolvimento e tecnologia focam em inovação direcionada para aspectos econômicos e para produção verde.

No âmbito do social, algumas publicações trazem que uma das formas de se financiar a inovação social é por meio dos investimentos em negócios de impacto social via fundos de investimento de impacto (Sousa, Segatto, & Silva, 2018; Souza, Lessa, & Silva Filho, 2019). Os investimentos de impacto social se caracterizam como uma solução inovadora para promover inovações sociais ao angariar recursos com a finalidade de resolução dos desafios socioambientais de maneira conjunta com o retorno financeiro, de gerar impacto positivo, amenizar a pobreza e gerar qualidade de vida à sociedade (Brest & Born, 2013; Clarkin & Cargioni, 2016; Hebb, 2013; Johnson & Lee, 2013; Ngoasong, Korda, & Paton, 2015). Nesse sentido, vale esclarecer que os negócios de impacto social, embora possam resultar em inovações sociais, consistem em negócios autossustentáveis financeiramente cuja finalidade maior é o resultado social.

Dessa forma, o estudo concentra-se em projetos socioambientais devido ao seu potencial transformador das realidades de grupos locais por meio de iniciativas públicas ou privadas (Cava, 2014), bem como à sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável (Dornelles, 2011). E tendo em vista o papel estratégico das empresas no alcance das metas da Agenda 2030, este estudo, voltado para avaliar o caráter inovador e a contribuição para a sustentabilidade de projetos socioambientais financiados pelo Fundo Socioambiental CAIXA, pode trazer contribuições teórica e prática para essa temática.

Ao avaliar as características sustentáveis e inovadoras em projetos socioambientais, o estudo contribui com o avanço da pesquisa acadêmica na área de financiamento desse tipo de iniciativa, auxiliando na compreensão de como está evoluindo a preocupação com o desenvolvimento sustentável e a sua relação com a inovação.

A pesquisa também é útil de maneira prática ao fornecer subsídios tanto para entidades interessadas em executar quanto em financiar projetos socioambientais inovadores. Para as entidades executoras, os resultados dessa investigação apresentam aspectos importantes para a melhoria no alinhamento de propostas de projetos segundo os pontos de sucesso das práticas avaliadas e em conformidade com o escopo da fonte de recursos. Para as organizações financiadoras, este estudo apresenta contribuição para a avaliação do potencial inovador e do

impacto de projetos socioambientais para o desenvolvimento sustentável, de modo a melhorar o direcionamento dos recursos e auxiliar na seleção dos projetos beneficiados pelos programas financiadores.

Essa pesquisa se justifica pelas contribuições teóricas e práticas, bem como pelo papel da inovação para os avanços tecnológicos e o desenvolvimento econômico do país, promovendo inclusão social e renda (Kon, 2013; Pamplona & Yanikian, 2015; Rapini, 2009), bem como se alinha com as novas tendências do mercado para a redução dos impactos ambientais e a otimização do uso dos recursos (Pinsky, Moretti, Kruglianskas, & Plonski, 2015). E ainda acrescenta-se a importância do financiamento a inovação para o desenvolvimento do país (Corder & Salles Filho, 2005; Longo, Krahe, & Marinho, 2001; Rapini, 2009; Yanikian & Pamplona, 2015) e auxilia na compreensão dessas fontes de financiamento que ainda apresentam um entendimento limitado (Bhatt & Ahmad, 2017).

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação contempla sete capítulos: a introdução, as referências teóricas e práticas, os métodos e as técnicas de pesquisa, o contexto da pesquisa, a análise e interpretação dos resultados, as contribuições para a prática e as considerações finais.

O primeiro capítulo refere-se à introdução, responsável por contextualizar a temática de inovação para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, bem como por apresentar o problema da pesquisa, a justificativa e a estrutura do trabalho.

O capítulo seguinte traz as referências teóricas e práticas referente ao desenvolvimento sustentável, à inovação para sustentabilidade e ao financiamento de inovação.

No capítulo terceiro, são apresentados os métodos e as técnicas de pesquisa que serão utilizados para atingir o objetivo desse estudo. Este capítulo divide-se em: delineamento da pesquisa, identificação dos casos para estudo, categorias de análise, procedimentos de coleta e análise de dados e limitações dos métodos e técnicas utilizados na investigação.

O quarto capítulo apresenta o contexto da situação-problema e do Fundo Socioambiental Caixa, bem como os projetos socioambientais estudados.

O capítulo quinto contempla a análise e interpretação os resultados, está subdividido em sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica, sustentabilidade social, inovação e conclusão das análises.

No capítulo sexto, são exibidas as contribuições práticas da investigação e, no sétimo capítulo, são apontadas as considerações finais sobre este trabalho.



## 2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Este capítulo está estruturado em cinco seções e tem como função apresentar os conceitos encontrados na literatura que são necessários à compreensão do problema de pesquisa apresentado, bem como auxiliar a coleta e a análise dos dados. Para tanto, nas próximas seções, são abordados, além dos temas que embasaram a pesquisa: desenvolvimento sustentável, inovação para a sustentabilidade e financiamento para inovação, um resumo do contexto similar nacional e internacional sobre a temática e as considerações sobre o capítulo.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade é um tema que surgiu nos anos 80 em âmbito universal, em uma conjuntura de crise ambiental e social que se arrastava desde o século XIX após os avanços tecnológicos da Revolução Industrial. Essa temática intensificou-se após a década de 60 em decorrência do período pós II Guerra Mundial e também após a crise mundial do petróleo (Barbieri, 2007; Indjai, 2014; Sunkel & Paz, 1988 apud Oliveira, 2002; Strieder, Deluque, & Schadeck, 2012).

A proposta do desenvolvimento sustentável, sob o título de “ecodesenvolvimento”, foi apresentada em 1987 no relatório Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como o desenvolvimento que garante o atendimento das necessidades do presente sem inviabilizar a capacidade das gerações futuras de atender a suas próprias necessidades (Adams, Bessant, Denyer, Jeanrenaud, & Overy, 2012; Adams et al., 2016; CMMAD, 1991; Klewitz & Hansen, 2014). Esse relatório apresentou três princípios a serem exercidos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social (Barbosa, 2008), e “trouxe à tona a necessidade de se integrar a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico e à justiça social como um pacto geracional” (Correia, Oliveira, Feitosa, & Gómez, 2018, p. 200).

Silva (2012) destaca que o termo sustentabilidade é bastante abrangente e contempla em seu escopo desde medidas de proteção ambiental e de qualidade de vida, até aspectos relacionados à competição do mercado empresarial, o que inclui a busca por resultados positivos e por tecnologias limpas, bem como utilização racional dos recursos naturais e a inserção da responsabilidade social nos negócios. Para Barbieri (1997), o desenvolvimento sustentável consiste em nova metodologia de buscar soluções para os problemas do planeta, de

forma a extrapolar os limites da degradação ambiental e considerar as dimensões sociais, políticas e culturais, o que inclui a pobreza e a exclusão social.

O relatório bianual do Banco Mundial (Banco Mundial, 2018), *Pobreza e Prosperidade Compartilhada*, em sua versão de 2018, inseriu uma medida de pobreza multidimensional que vai além da medida internacional da extrema pobreza em que as pessoas vivem com menos de 1,90 dólar por dia, expandindo esse parâmetro ao considerar outros aspectos nessa medida, tais como o acesso à educação e à infraestrutura básica, bem como as variações de pobreza relacionadas ao sexo e à idade.

Mundialmente, ainda segundo dados do Banco Mundial (2018), a pobreza extrema no mundo caiu de 35,9% na década de 90 para 11,2% em 2013, e em 2015 essa taxa chegou ao patamar de 10%; contudo, ainda que os avanços econômicos demonstrem que reduziu a quantidade de pessoas que vivem em extrema pobreza, praticamente 50% da população mundial, 3,4 bilhões de pessoas, ainda trabalham para atender a suas necessidades básicas.

Em reunião na sede das Nações Unidas (ONU) em Nova York no ano de 2015, lideranças mundiais adotaram a Agenda 2030, que se trata de um plano de ação para os próximos 15 anos com a finalidade de erradicar a pobreza em todas as suas formas no mundo. Para estes líderes, a erradicação da pobreza é o maior desafio global da atualidade e é essencial para o desenvolvimento sustentável. Essa agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com características mais amplas e inclusivas em relação ao pacto anterior, firmado em 2010, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODS passaram a contemplar as três dimensões da sustentabilidade: a econômica, a social e a ambiental. Esse pacto é um plano de ação não só para os governos, mas para toda a sociedade, as empresas e a academia (Nações Unidas, 2015).

Scheyvens et al. (2016) retratam que a participação e a responsabilização do setor privado no desenvolvimento sustentável sofreram uma evolução ao longo dos anos. No decorrer das últimas décadas, várias reuniões de lideranças mundiais (Estados, ONGs e atores privados) têm ocorrido, sendo que nas três principais conferências sobre desenvolvimento sustentável realizadas pelas Nações Unidas (a ECO-92 no Rio de Janeiro/Brasil, a RIO+10 em Johannesburgo/África do Sul e a RIO+20 no Rio de Janeiro/Brasil) pode-se constatar uma ampliação do papel do setor privado como um ator de desenvolvimento. Tanto que, em contraste com os ODM, os ODS foram estabelecidos a partir de um processo consultivo, no qual diversos seguimentos mundiais puderam participar, inclusive instituições da sociedade civil organizada, o setor privado e outros órgãos locais (Klopp & Petretta, 2017).

Na Tabela 01, estão relacionados os 17 ODS, uma série de objetivos audaciosos da Agenda 2030, a serem percorridos no período correspondente de 2015 a 2030, e que contam com participação de todos para lograr êxito.

Tabela 01 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

<b>Objetivo</b>	<b>Descrição</b>
Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
Objetivo 4	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
Objetivo 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
Objetivo 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
Objetivo 14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Agenda 2030 (Nações Unidas, 2015).

Valencia et al. (2019, p. 4-5) ainda ressaltam que os ODS, ao contrário do que previa os ODM, aplicam-se a todos os países, ricos e pobres, indicando que todos têm tarefas a desempenhar para se conquistar sucesso no atendimento dos 17 objetivos que compõem a Agenda 2030 da ONU rumo ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, Barbosa (2008) acrescenta que o desenvolvimento sustentável deve ser o resultado do desenvolvimento das dimensões social, econômica e ambiental em conjunto. A dimensão ambiental refere-se à preservação e à conservação do meio ambiente, que, em parceria com a dimensão econômica, promovem a ecoeficiência e a inclusão social, a qual é fruto do desenvolvimento social aliado à promoção da justiça socioambiental. Silva (2012) destaca o papel da gestão eficiente do viés econômico, uma vez que os recursos financeiros desempenham uma função muito importante para permitir os investimentos públicos e privados nos outros pilares do desenvolvimento sustentável (DS). A Figura 01 demonstra como estas dimensões se relacionam.



Figura 01 - As dimensões do desenvolvimento sustentável  
Fonte: Barbosa (2008).

Os autores Spangenberg e Bonniot (1998) defendem que deve ser dada atenção especial à dimensão ambiental em relação à econômica e à social, uma vez que as questões naturais influenciam diretamente na condição de vida do ser humano.

Barbieri e Cajazeira (2009) caracterizam o capital natural como os recursos naturais, os quais dão origem a tudo que os homens produzem para atender às suas necessidades e destacam

a preocupação em utilizar esses recursos de forma prudente para não prejudicar o atendimento das necessidades das gerações futuras. Nesse sentido, Buainain (2006) relaciona o cuidado que se deve ter ao buscar o atendimento do pilar social da sustentabilidade em relação à dimensão ambiental, uma vez que o atendimento das necessidades sociais das classes mais necessitadas também não deve comprometer a natureza nem trazer empecilhos para as gerações futuras, e assegura que os princípios do desenvolvimento sustentável estão pautados na questão ambiental e no apelo à conservação e recuperação do meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais).

Assim, na dimensão ambiental, as organizações devem se atentar às ações que influenciem a ecologia de forma a amenizar as mudanças climáticas, a buscar a preservação dos recursos naturais e a redução da produção de lixo (Werbach, 2010; Elkington, 2012). Outro aspecto da sustentabilidade ambiental consiste na reutilização e reciclagem de resíduos para reduzir os descartes e a poluição (Catalisa, 2003).

O atendimento da dimensão econômica da sustentabilidade está relacionado ao fomento de atividades econômicas formais e informais, de forma a ampliar as oportunidades para que grupos sociais menos favorecidos aumentem seus rendimentos e consigam melhorar o padrão de vida (Spangenberg & Bonniot, 1998). Assim, a sustentabilidade econômica está relacionada à promoção do equilíbrio econômico na sociedade e à redução das desigualdades sociais decorrentes da má distribuição de renda (Serrão, Almeida, & Carestiato, 2012). Além disso, a sustentabilidade econômica ainda está associada à alocação eficiente dos recursos produtivos, bem como permite fluxos regulares de investimentos públicos ou privados (Barbieri & Cajazeira, 2009).

Werbach (2010) afirma que o aspecto social da sustentabilidade abrange as intervenções e os contextos que impactam em todas as pessoas de uma sociedade, como é o caso da pobreza, da violência, da injustiça, da educação, da saúde pública, do trabalho e dos direitos humanos. Nessa esteira, Sachs (1993) estabeleceu que a sustentabilidade social equivale à busca por diminuir as grandes discrepâncias nas condições de vida das pessoas, para tanto, foca em oportunizar condições de trabalho e renda justa (emprego ou autônomo), contribuindo para uma melhor qualidade de vida, tendo acesso aos recursos e serviços sociais de forma mais igualitária. Nessa mesma linha, Vifell e Soneryd (2012) acrescentam que a dimensão social da sustentabilidade estimula práticas direcionadas para o desenvolvimento da democracia e do bem-estar, tais como as ações educativas, fornecendo ações de qualificação para grupos sociais desfavorecidos.

No âmbito social, a sustentabilidade é tida como um misto de justiça distributiva, com acesso aos recursos, educação, distribuição de renda e de atendimento das necessidades

humanas básicas, como as questões de identidade e saúde (Spangenberg & Bonniot, 1998), e consiste na consolidação de ações capazes de promoverem a equidade na distribuição de renda e bens a fim de avançar consideravelmente na garantia dos direitos e condições melhores de vida de populações marginalizadas (Barbieri & Cajazeira, 2009).

Conforme assegura Sachs (2009), as ações desenvolvidas no âmbito social podem promover diversos benefícios, dentre eles podem-se citar o acesso aos direitos humanos pelos cidadãos, a garantia de segurança e justiça por intermediação de um sistema judicial mais independente e justo, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a equidade de oportunidades, a inclusão e a participação social dos cidadãos nas decisões da sociedade, o incentivo à solidariedade e a garantia de mecanismos de proteção social aos mais vulneráveis.

Pawlowski (2008) afirma que, além da interrelação entre as dimensões da sustentabilidade, as quais não devem ser consideradas isoladamente, é imprescindível a busca por parcerias locais para ajudar a resolver os problemas da comunidade. Nessa perspectiva, a Agenda 21, documento aprovado durante a Conferência Rio-92, já trazia em seu escopo uma recomendação para fortalecimento dos principais grupos parceiros (ONGs, governos locais, comunidade científica e tecnológica, sindicatos, indústria e comércio etc.) para ajudarem na implementação das diretrizes recomendadas pela agenda (Barbieri & Silva, 2011).

Neves e Castro (2009) propõem algumas ações capazes de congregam a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável nas atividades produtivas, dentre elas encontram-se a metrologia (certificações, normatização); a preocupação com meio ambiente (preservação e proteção); a criação de empregos diretos e indiretos, especialmente em regiões mais necessitadas; os investimentos privados em infraestrutura na comunidade de sua vinculação; a arrecadação de tributos gerados a partir de suas atividades; o reconhecimento e a valorização do seu público interno oferecendo cuidados de saúde aos empregados; e, por fim, a atuação em comunidades carentes no sentido de promover a inserção social desse público.

Barbieri (2010) esclarece que o apoio empresarial para o desenvolvimento sustentável surge em um primeiro momento de fora para dentro nas organizações como um movimento de contraposição aos julgamentos e contradições realizados por entes do governo e por outras organizações da sociedade civil quanto ao papel das empresas, conferindo a elas a responsabilidade pela degradação social e ambiental que alcançavam todo o planeta; e só mais recentemente é que esse movimento empresarial passou a ser um movimento de dentro para fora, e o desenvolvimento sustentável passou a ser visto como um fator de competitividade, tanto de diferenciação quanto de manutenção no mercado. No final da década de 90, Elkington (2012) apresentou a ideia do Triple Bottom Line conceituando os três pilares da

sustentabilidade: o ambiental, o social e o econômico sob a ótica das organizações. Nos anos seguintes, com a evolução dos estudos, outros autores acrescentaram a importância da inovação como uma aliada da sustentabilidade (Almeida, 2007; Barbieri et al., 2010; Tidd, Bessant, & Pavitt, 2008).

A atuação do setor público é insuficiente para que os ODS surtam todas as transformações almejadas, assim faz-se imprescindível o envolvimento de diferentes setores da sociedade para trabalharem em todos os níveis, desde o local até o mais amplo (Valencia et al., 2019). Sob a ótica dessa Agenda, todos, empresas, governos e atores da sociedade civil, são igualmente responsáveis pelos avanços rumo à sustentabilidade. E o setor privado é visto com destaque devido a pontos fortes capazes de apoiar a implementação dos ODS, o que inclui capacidade de inovação e resposta, eficiência, bem como o fornecimento de habilidades e recursos específicos (Scheyvens, Banks, & Hughes, 2016).

Por conseguinte, Barbieri e Silva (2011) destacam que a reorientação para o desenvolvimento sustentável é substancial para provocar mudanças de condutas nas pessoas e promover conscientização ambiental, valores e atitudes congruentes ao novo modelo de responsabilidade socioambiental. Com a finalidade de melhorar a atuação dos atores não governamentais no processo de desenvolvimento sustentável, é importante que barreiras sejam identificadas e tratadas; quanto às empresas, isso pode implicar tornar a responsabilidade social em obrigação social; para tanto, faz-se necessária uma estruturação de normas e diretrizes apropriadas para favorecer a contribuição desses e de outros atores (Scheyvens, Banks, & Hughes, 2016; Valencia et al., 2019).

## 2.2 INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

Os valores relacionados ao desenvolvimento sustentável têm sido alvo de acompanhamento dos governos e dos movimentos sociais e ambientalistas. Na medida em que os princípios do desenvolvimento sustentável vão se institucionalizando, as organizações se veem pressionadas a dar respostas a esse movimento e, em decorrência disso, surgem novos modelos de negócios mais adequados ao período; e é nesse contexto que surgem as organizações inovadoras sustentáveis (Barbieri, Vasconcelos, Andreassi, & Vasconcelos, 2010).

A sustentabilidade tem-se caracterizado como um fator desencadeador de inovação no sentido de buscar soluções que visem à convivência harmônica entre a disponibilidade dos

recursos naturais e os processos de produção, bem como o consumo e o descarte de produtos conscientes, o que exige mudanças para o mercado se sustentar (Seebode, Jeanrenaud, & Bessant, 2012). Logo, a crescente preocupação com a sustentabilidade é um dos fatores que influenciam o cenário competitivo e geram mudanças drásticas de conceitos (Tidd, Bessant, & Pavitt, 2008). E a inovação assume um papel fundamental para a sobrevivência nesse mercado (Fernandes, Ferreira, & Raposo, 2013) e para o desenvolvimento sustentável ao extrapolar os limites econômicos e integrar também os aspectos sociais e ambientais em seus produtos, processos, organizações e estruturas (Hall, Matos, Gold, & Severino, 2018; Klewitz & Hansen, 2014).

Assim, o cenário globalizado acompanhado da competitividade crescente, da busca pela maximização dos resultados e da eficiência com redução de custo e aumento da qualidade, bem como as diretrizes normativas socioambientais, juntamente com as cobranças dos *stakeholders* e as transformações tecnológicas aceleradas, provocam as empresas a um processo de inovação direcionado para a sustentabilidade, de forma a atender às suas três dimensões: a ambiental, a social e a econômica (Pinsky, Moretti, Kruglianskas, & Plonski, 2015).

Para adentrar o assunto desse item, faz-se necessária uma breve introdução aos conceitos relacionados à inovação. Segundo o pai da teoria sobre inovação (Schumpeter, 1934), a inovação é definida como novas formas de usar os recursos existentes, seja para criar novos produtos, novos métodos de produção, novas fontes de matérias-primas ou, ainda, para abrir novos mercados ou desenvolver novas formas de organização dos mercados já existentes. Para Tidd, Bessant e Pavitt (2008), a inovação consiste em transformar ideias em novos produtos, serviços ou processos que possam ser empregáveis e aceitos para uso na sociedade. Está relacionada à mudança (produto/serviço, processo, posição e paradigma) e pode-se caracterizá-la tanto na criação de um novo mercado quanto em uma nova concepção de atendimento de um mercado já estabelecido. Conforme demonstrado na Tabela 02, a inovação pode ser classificada em quatro tipos.

Tabela 02 - Tipos de inovação

<b>Tipo de inovação</b>	<b>Definição</b>
Inovação de produto	modificações relacionadas aos produtos e serviços apresentados por uma empresa
Inovação de processo	modificações relacionadas à maneira com que os produtos e serviços são desenvolvidos e apresentados

Continua



<b>Tipo de inovação</b>	<b>Definição</b>
Inovação de posição	modificações relacionadas à conjuntura em que os produtos e serviços são inseridos no mercado
Inovação de paradigma	modificações relacionadas aos padrões de pensamento e modo de agir que norteiam a organização

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Tidd, Bessant e Pavitt (2008).

Segundo o Manual de Oslo (OECD, 2005), quando se introduz um bem ou serviço novo ou com características/ usos significativamente melhorados tem-se uma inovação de produto; estas inovações podem ser promovidas pelo uso de novos conhecimentos ou tecnologias ou, ainda, pela combinação deles.

A OECD (2012), em sua publicação intitulada *Innovation for development*, na qual discorre sobre a importância da inovação para o desenvolvimento e os diversos desafios que surgem para as economias emergentes e em desenvolvimento, esclarece que, ainda que as prioridades de cada nação sejam diferentes, uma questão que tem chamado a atenção independentemente das particularidades de cada país é que os processos relacionados ao crescimento das economias tem-se mostrado deficiente na promoção da inclusão social. Essa diferença no avanço nas economias decorre não só das desigualdades conhecidas de cada país, bem como das diferenças nas condições de vida, renda e capacidades dentro de uma mesma nação, das atividades produtivas de riqueza e entre os próprios grupos sociais. Assim, a inovação surge como um elemento de uma política mais ampla e assume papel de impulsionadora do crescimento e ajuda a encarar os desafios socioeconômicos, tais como a saúde e a pobreza.

Tidd et al. (2008) elencam alguns fatores desencadeadores de inovação relacionados com a sustentabilidade, quais sejam: os recursos limitados, o descarte de resíduos e a poluição do meio ambiente, as questões relacionadas à saúde e os consumidores mais exigentes, inclusive quanto às questões relacionadas aos processos de produção, aumentando a demanda por produtos ecologicamente corretos.

E quando se refere a reduzir o impacto causado no meio ambiente, Frondel et al. (2008) enumeram dois tipos de inovações, uma direcionada para uma produção mais limpa (com redução no uso de recursos e da poluição por meio de técnicas pautadas na reutilização ou em novos materiais ou fonte de energia) e outra focada na prevenção da poluição (utilização de técnicas para evitar a poluição, como o tratamento de resíduos).

Assim, Klewitz e Hansen (2014) expõem que as discussões em torno das atividades empresariais direcionadas para a sustentabilidade por meio da inovação foram inicialmente

focadas em inovações ecológicas e, à medida que foi se desenvolvendo, assumiu uma concepção mais holística da sustentabilidade, de forma a contemplar as dimensões ambiental, social e econômica. Esses autores pesquisaram de forma sistemática a literatura sobre a inovação orientada para a sustentabilidade e as estratégias das pequenas e médias empresas, as quais têm assumido um papel relevante de contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Quando se fala em inovação sustentável, o tema central associado a ela está relacionado à redução dos impactos negativos na natureza, mas não se trata apenas da questão ambiental. Há outros sinônimos para inovação sustentável, a inovação verde, a ecoinovação e a inovação ambiental, que, na realidade, representam abordagens com focos diferentes: a inovação sustentável caracteriza-se como uma abordagem mais tecnológica e social; a inovação ambiental é marcada pela regulação ambiental, tem como foco a minimização dos custos e não analisa em profundidade o ciclo de vida; a ecoinovação analisa em profundidade o ciclo de vida e leva em consideração os impactos ambientais, é caracterizada como uma inovação tecnológica, social e institucional que considera mais importante o desempenho ambiental que a meta ambiental; a inovação verde foca os processos inovativos voltados para o posicionamento e a imagem verde da empresa, e o ciclo de vida não é considerado em profundidade (Pinsky, Moretti, Kruglianskas, & Plonski, 2015). A ecoinovação, segundo Bossle et al. (2016), é apresentada como uma meta a ser alcançada pelas empresas, que é incentivada pelo governo e demandada pela sociedade, e é capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Klewitz e Hansen (2013) caracterizam inovações orientadas para a sustentabilidade como a integração de aspectos ecológicos e sociais em produtos, processos e organizações. Assim, promover inovações considerando os aspectos sociais e ambientais além dos puramente econômicos traz a inovação para o contexto da sustentabilidade (Machado Junior et al., 2016). Dessa forma, a inovação orientada para a sustentabilidade está relacionada a mudanças intencionais nos valores de uma organização, abrangendo seus produtos, processos e práticas, com a finalidade de gerar valor social e ambiental, além do retorno econômico (Adams et al., 2016). Por conseguinte, Araujo (2018, p. 177) ainda acrescenta que a inovação sustentável não consiste apenas em reduzir os impactos negativos, mas também incide em “avançar em benefícios líquidos, onde os benefícios esperados devem ser significativos ou não negligenciáveis nas três dimensões da sustentabilidade”.

“A crescente preocupação com o consumo excessivo de recursos, a degradação ambiental e a desigualdade social resultaram em um apelo à transição para uma sociedade e uma economia mais sustentáveis” (Adams et al., 2016, p. 2). Esse é o pano de fundo no qual

Adams et al. (2016) apresentam contribuições conceituais a partir de um modelo de Inovação Orientada para a Sustentabilidade, o qual fornece diretrizes iniciais sobre como se tornar e ser sustentável.

Bossle et al. (2016) e Maçaneiro et al. (2018) estudaram os fatores internos e externos desencadeadores deecoinovação. Bossle et al. (2016) concluíram que os principais motivadores internos para a adoção da ecoinovação estão relacionados à busca pela eficiência, redução de custos, atualização de equipamentos, investimento em P&D, certificações e Responsabilidade Social Corporativa (RSC), e os principais fatores externos estão configurados na pressão normativa e na demanda de mercado. Maçaneiro et al. (2018) fizeram um estudo com organizações do ramo de papel de celulose para mapear os fatores internos e externos que afetam a gestão organizacional da ecoinovação, dentre eles estão as regulamentações e subsídios do governo, oportunidades de negócios para produção limpa e adoção de uma ética ambiental em resposta às pressões da sociedade.

Barbieri (2007) caracteriza uma organização como inovadora aquela que implanta novidades em seus negócios de forma intencional e proativa e obtém os resultados decorrentes dessas inovações. E acrescenta que uma organização sustentável deve necessariamente procurar aliar a eficiência econômica ao respeito aos limites naturais e ser um dispositivo de justiça social, reduzindo as disparidades sociais e promovendo mais equidade, inclusão e proteção de grupos mais vulneráveis socialmente.

Assim, conforme Tabela 03, a inovação para a sustentabilidade passa a considerar as três dimensões da sustentabilidade.

Tabela 03 - Dimensões da sustentabilidade

<b>Dimensão</b>	<b>Definição</b>
Ambiental	cuidado referente ao uso dos recursos naturais e os impactos negativos provocados na natureza.
Econômica	preocupação com a eficiência econômica, de forma garantir que a organização tenha condições de se manter e continuar existindo.
Social	cuidado relacionado aos impactos sociais que as inovações desencadeiam na sociedade, tais como pobreza, exclusão social, desemprego.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Barbieri et al. (2010).

O trabalho de Machado et al. (2016) aborda a inovação ambiental e social em conjunto no contexto da sustentabilidade. Esse estudo consistiu em identificar se as empresas brasileiras

divulgam as inovações sociais e ambientais que executam e, como resultados, constatou-se que as inovações sociais desenvolvidas se caracterizam no atendimento das necessidades das comunidades próximas e que as inovações ambientais são mais expressivas em quantidade, o que demonstra maior interesse nessa dimensão por parte das firmas brasileiras. Vale destacar ainda que as inovações ambientais realizadas por estas organizações têm a finalidade de melhorar os processos/produtos e reduzir o consumo dos recursos.

Kemp e Arundel (1998) trazem que a inovação tecnológica ambiental pode estar relacionada aos processos, às técnicas, aos sistemas e aos produtos novos ou melhorados que podem amenizar os prejuízos ambientais e elenca algumas tipologias para esse tipo de inovação: tecnologias para redução da poluição, para a gestão de resíduos e reciclagem, uso de tecnologia limpa nos processos produtivos, disponibilização de produtos limpos ou que tenham baixo impacto ambiental durante todo o seu ciclo de vida. Ainda nesse sentido, emerge também a ideia de inovação social, a qual é definida por Neumeier (2012, p. 55) como:

[...] mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções de um grupo de pessoas reunidas em uma rede de interesses alinhados que em relação ao horizonte de experiências do grupo levam a novas e melhores formas de ação colaborativa dentro e fora do grupo.

Segundo esse autor, a inovação social deve ser considerada a partir do contexto no qual se está inserida e se desenvolve. Esse tipo de inovação acontece quando uma rede de atores modifica a maneira de fazer as coisas acarretando como resultado algum tipo de melhoria tangível para os grupos direta ou indiretamente envolvidos e, em contraponto às inovações técnicas e econômicas, as inovações sociais são muito difíceis de se identificar, uma vez que elas não são caracterizadas pela melhoria tangível em si, mas sim pela mudança de atitudes, comportamentos ou percepções que resultam em uma nova forma de ação colaborativa que permite a melhoria em primeiro lugar.

É assim que as inovações sociais são entendidas como soluções inovadoras frente aos problemas sociais, capazes de criar empregos, novas indústrias e modelos de negócios (Alvord, Brown, & Letts, 2004; Bhatt & Ahmad, 2017; Phills, Deiglmeier, & Miller, 2008) e têm assumido uma importante função aliada ao desenvolvimento sustentável, o qual pode estar relacionado ao resultado de inovações sociais geradas, implementadas e disseminadas nas comunidades locais a partir de suas próprias necessidades sociais (Correia et al., 2018).

Nessa esteira, contribuição da inovação para a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico passa a ser considerada sob a perspectiva da ecoinovação, a qual se pauta na busca pelo equilíbrio ecológico, socioeconômico e de recursos (Fussler & James, 1996). Dessa forma, quando se fala em inovação para sustentabilidade, adaptando os conceitos para os casos

estudados conforme parâmetros elencados no quadro conceitual, ela pode apresentar três abordagens, conforme as dimensões da sustentabilidade: inovações ambientais, inovações sociais/inclusivas/frugais e inovações empreendedoras. Assim, buscou-se dados capazes de caracterizar as inovações direcionadas para a sustentabilidade apresentadas nos projetos.

Rennings (2000) introduz em seu estudo a ecoinovação contemplando três dimensões capazes de promover mudanças rumo ao desenvolvimento sustentável, são elas a inovação tecnológica, a social e a institucional. A inovação tecnológica, nesse caso, pauta-se nas tecnologias utilizadas para a proteção ambiental, enquanto a inovação social pode ser visualizada nas mudanças sociais provocadas na sociedade, como as mudanças de comportamento dos consumidores para um consumo e descarte mais conscientes, e a inovação institucional, por sua vez, caracteriza-se por medidas condizentes à gestão organizacional (rotinas e procedimentos).

As ecoinovações podem ser desenvolvidas por empresas ou organizações sem fins lucrativos, podem ser negociadas em mercados ou não, sua natureza pode ser tecnológica, organizacional, social ou institucional (Rennings, 2000).

Correia et al. (2018) analisaram as iniciativas de inovação social realizadas pelo Centro de Educação Comunitária Rural e concluíram que estas inovações contribuem para o desenvolvimento sustentável local. De maneira semelhante, Souza et al. (2019) analisaram as atividades realizadas por uma organização não governamental regional localizada em uma das regiões mais pobres do Brasil, a Agência de Desenvolvimento Econômico Local, a qual está conseguindo envolver os jovens na região e promovendo o desenvolvimento local por meio de iniciativas que se caracterizam como inovação social.

Em um estudo conduzido por Cloutier (2003), esse pesquisador concluiu que a inovação social vem surgindo como novas soluções para circunstâncias sociais deficientes, e pode ser caracterizada como uma atividade duradoura ou alterações processuais, organizacionais ou institucionais direcionadas ao desenvolvimento de pessoas, territórios ou organizações, de forma a promover o bem-estar dos indivíduos e comunidades. Portanto, conclui-se que esse tipo de inovação não tem uma forma específica, pode ser verificada numa inovação processual, organizacional ou institucional. Moulaert (2009) acrescenta que a inovação social vai além de implantar programas de desenvolvimento, inclui a organização e mobilização de grupos e territórios desfavorecidos de forma a evitar segmentações.

Neumeier (2012) assevera que a inovação social se desenvolve quando um grupo de atores resolve reestruturar determinada atividade, reorganizando a maneira como as coisas são feitas em um dado contexto, de tal forma a promover avanços concretos para os atores

envolvidos. Assim, toda solução que contribua para amenizar problemas sociais e para a evolução do progresso humano pode ser entendida como uma inovação social (Moulaert et al., 2013).

O estudo realizado por Kuhl et al. (2016) sobre a colaboração para inovação e desempenho sustentável com indústrias do setor de eletroeletrônica demonstrou que as organizações que buscaram colaborar para o desenvolvimento/implementação de inovações são aquelas que também apresentaram melhor desempenho sustentável, independentemente de porte, idade, controle acionário e nível de internacionalização.

Ruggi et al. (2018) analisaram os tipos de inovações sustentáveis adotadas por empresas que possuem certificação de sustentabilidade e os resultados demonstraram que asecoinovações de tecnologia mais limpa ou para evitar o impacto ambiental foram destaque; e que os pilares ambiental e social foram os mais impactados por esse tipo de inovação.

Carvalho e Barbieri (2010) analisaram o processo de incorporação de inovação tecnológica em uma indústria relacionada à agricultura orgânica considerando os três eixos da sustentabilidade. Segundo os autores, essa empresa, produtora de açúcar e etanol orgânico com perfil exportador, é responsável pelo maior projeto de agricultura orgânica do mundo. Essa pesquisa mostrou que as inovações que atendem ao mesmo tempo a questões econômicas, ambientais e sociais são viáveis e essenciais para o produto brasileiro entrar em países desenvolvidos.

Por fim, Parrish (2010) associa o conceito de inovação ao da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental e entende que as inovações sustentáveis seguem o curso da melhoria da vida das pessoas, bem como a preservação do meio ambiente, visando a atingir ganhos não econômicos, mas com a possibilidade de serem orientadas para o mercado. Ao passo que Oliveira Brasil et al. (2015) salientam que as inovações vinculadas exclusivamente à produção que desconsideram as suas consequências sociais e ambientais não são sustentáveis.

Os estudos sobre inovação orientada para a sustentabilidade, com exceção da inovação social, apresentaram foco nas atividades das organizações empresariais, fazendo referência às preocupações ambientais, sociais e aos seus interesses competitivos. Do mesmo modo ocorre quanto aos incentivos públicos e privados para a inovação, os financiamentos e outros instrumentos de apoio financeiro à inovação são direcionados à P&D e à inovação tecnológica nas organizações, conforme será demonstrado no item 2.3.

## 2.3 FINANCIAMENTO PARA INOVAÇÃO

Rapini (2009), Yanikian e Pamplona (2015) acrescentam que os avanços tecnológicos e a inovação têm representado um importante papel no desenvolvimento econômico do país, e um dos fatores responsáveis pela sua promoção e propagação está relacionado justamente às condições de financiamento à inovação. Assim, estudar os aspectos financeiros ligados à promoção das alterações tecnológicas e da inovação permite compreender importantes fontes de crescimento econômico (Rapini, 2009), cujos resultados dessa dimensão são muito importantes por determinar os investimentos nas demais dimensões da sustentabilidade (Silva, 2012).

A inovação, enquanto um processo, contempla várias etapas, dentre elas citam-se: a pesquisa, o desenvolvimento, a montagem de um negócio, a sua continuidade, a expansão, a comercialização, a metrologia (certificações, normatização), a propriedade industrial e também a exportação. E para cada um desses estágios há uma necessidade específica de incentivo que deve estar contemplada nas políticas de ciência, tecnologia e inovação - CT&I (Corder & Salles Filho, 2005).

Devido às suas particularidades, às incertezas, aos riscos e à demora no retorno dos investimentos em inovação, fazem-se necessários instrumentos específicos destinados a essa finalidade (Corder & Salles Filho, 2005; Rapini, 2009; Yanikian & Pamplona, 2015). Assim, a inovação se caracteriza como um processo moroso, que requer altos investimentos de recursos financeiros e humanos, além de apresentar um retorno de longo prazo e incerto, pois é difícil associar determinado retorno ao investimento realizado (Kruglianskas & Matias-Pereira, 2005).

Nesse sentido, Yanikian e Pamplona (2015, p. 36) destacam o papel do setor público no fomento financeiro à inovação:

Para construir alternativas de financiamento à inovação, criando e estimulando mecanismos financeiros específicos, a atuação governamental é essencial. Sem a obrigação de ser lucrativo em suas operações, o Estado não enfrentaria as mesmas adversidades que as instituições financeiras privadas encarariam diante de um projeto malsucedido. Muitos projetos de inovação em estágios iniciais, com potencial econômico expressivo, são arriscados demais para o mercado, mas com o financiamento estatal, o risco é compartilhado e o prêmio pelo alto risco é reduzido.

No Brasil, o apoio governamental para a inovação tornou-se mais intenso com a abertura comercial nos 90, pois nesse período as organizações nacionais foram provocadas a se tornarem mais competitivas para sobreviverem no novo cenário invadido pelos produtos importados (Andrade, 2012). Assim, perante a necessidade de aumentar o desempenho inovativo das empresas nacionais, o Estado “intensificou seus esforços para apoiar, regulamentar e financiar

a inovação no país, a fim de recuperar o atraso acumulado pela falta de investimentos em tecnologia” (Yanikian & Pamplona, 2015, p. 36).

A Tabela 04 traz os dados das últimas Pesquisas de Inovação – PINTEC realizadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE, 2010; 2013; 2016; 2020). Trata-se de uma pesquisa realizada trienalmente e tem por objetivo fornecer dados para a formação de indicadores de inovação no Brasil.

Tabela 04 - Pesquisas de Inovação – PINTEC

PINTEC	Triênio da pesquisa	Total de empresas		Implementaram inovação (Total)		Implementaram inovação (com apoio governamental)	
		n	%	n	%	n	%
2008	2006-2008	106.862	100%	41.262	38,61%	9.214	22,33%
2011	2009-2011	128.699	100%	45.950	35,70%	15.696	34,16%
2014	2012-2014	132.529	100%	47.693	35,99%	19.029	39,90%
2017	2015-2017	116.962	100%	39.230	33,60%	10.297	26,20%

Fonte: IBGE (2010, 2013, 2016, 2020).

O número de empresas que implementaram alguma inovação de produto e/ou de processo no período de 2006 a 2014 vinha aumentando, passou de 41.262 (2008) para 45.950 (2011), e para 47.693 (2014), contudo, esse número teve uma queda de aproximadamente 2,4% nos números divulgados em 2020 referente à pesquisa de 2017: apenas 39.230 empresas consideradas na realização da PINTEC no país apresentou algum tipo de inovação no período.

As versões da PINTEC 2008, 2011, 2014 e 2017 reforçam o papel do apoio público para financiar a inovação. Como pode-se observar na Tabela 04, o percentual de empresas que implementaram inovação com algum tipo de apoio governamental, embora tenha quase dobrado no período entre 2006 e 2014, saltando de 22,33% em 2008 para 34,16% em 2011 e 39,90% em 2014, também teve uma queda na pesquisa de 2017 e recuou para 26,2% em 2017. Esses dados demonstram a importância das fontes de financiamento para a inovação, uma vez que a queda na quantidade de empresas que implementaram inovações no último período da PINTEC (2014 a 2017), o que representa aproximadamente 12.000 empresas, foi acompanhada pela redução de cerca de 9.000 na quantidade de empresas que inovaram com algum tipo de apoio do governo (IBGE, 2010; 2013; 2016; 2020).



Corder e Salles Filho (2004) organizaram didaticamente as origens do capital para financiamento à inovação e para o fomento científico e tecnológico em três grupos: recursos reembolsáveis, recursos não reembolsáveis e outros incentivos. Como fontes de recursos reembolsáveis para inovação, cita-se o crédito à pesquisa, desenvolvimento e inovação e o capital de risco; quanto aos recursos não reembolsáveis, estes englobam os recursos para bolsas e demais auxílios para pesquisa e também os fundos setoriais; além destes há outros incentivos, os quais podem ser fiscais ou não fiscais. A Figura 02 ilustra essas origens de recursos para o investimento em inovação.

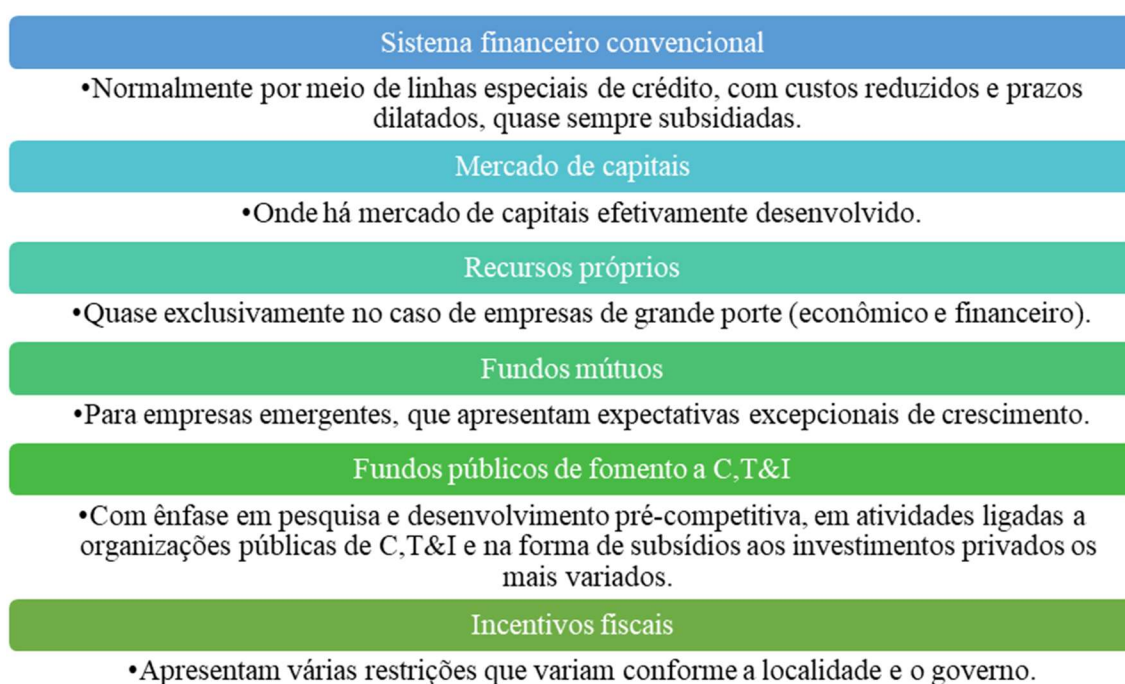


Figura 02 - Origens do Capital para o financiamento da inovação  
 Fonte: Adaptado de Corder e Salles-Filho (2006, p. 35).

A Figura 03 demonstra os instrumentos financeiros diretos e indiretos utilizados para o fomento da inovação no Brasil.

<b>FINANCIAMENTO PÚBLICO</b> Instrumentos financeiros diretos	<b>Aporte financeiro</b>	Empréstimo (capacidade de pagamento, garantias e condições para executar projetos de P&D)	
		Participação acionária (via fundos públicos, a participação acionária já contém cláusula pactuando a saída da participação estatal)	
		Capital de risco (sem a exigência de garantias tangíveis, com suporte gerencial)	
<b>FINANCIAMENTO PÚBLICO</b> Instrumentos financeiros diretos	<b>Participação nos custos (subsídio)</b>	Participação parcial direta	agências do governo aportam recursos diretamente às empresas
		Participação parcial indireta	serviços são prestados por universidades ou instituições de pesquisa
		Participação total	Encomenda e/ou compra de desenvolvimento tecnológico
<b>FINANCIAMENTO PÚBLICO</b> Instrumentos financeiros indiretos	<b>Não fiscais</b>	Recursos para bolsas e auxílios	FAP e CNPq
		<b>Fiscais</b>	Isenção Redução Dedução Créditos fiscais
<b>FINANCIAMENTO PRIVADO</b> Instrumentos financeiros diretos	<b>Aporte financeiro</b>	Autofinanciamento	
		Capital de risco (sem a exigência de garantias tangíveis, com suporte gerencial)	

Figura 03 - Fontes de financiamento para a inovação  
Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Buainain, Lima Junior e Corder (2017, p. 98) relatam que o setor público sempre apresentou uma função de destaque no Brasil, diferentemente do que ocorre em outros países,

nos quais o financiamento privado também assume um papel relevante nesses investimentos, e exemplificam:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, bancos públicos regionais e estaduais destacam-se no financiamento da produção e da infraestrutura do país; o apoio à ciência e à tecnologia está a cargo de agências de fomento como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na esfera federal, e de Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), hoje presentes na maioria dos Estados.

O Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada traz que o financiamento não reembolsável é um instrumento direcionado a instituições públicas (especialmente universidades e centros de pesquisa), ou a organizações privadas sem fins lucrativos. Esse tipo de apoio atende a projetos de pesquisa de C&T e inovação e também eventos direcionados para a permuta de conhecimento entre pesquisadores (IPEA, 2008). Devida à sua característica não reembolsável, essa modalidade de financiamento é o foco das captações de recursos realizadas por projetos sociais e ambientais, uma vez geralmente são executados por entidades sem fins lucrativos.

E perante as dificuldades de captação de recursos para projetos de P&D, notavelmente nos casos de pequenas e médias empresas, os países têm incrementado mecanismos não fiscais de aporte financeiro, que por intermédio de agências governamentais específicas, “o aporte de recursos tem se realizado basicamente de três maneiras: empréstimos, participação acionária ou capital de risco” (Longo, Krahe, & Marinho, 2004, p. 17). Nessa linha, o BNDES (2017) confirma o potencial estratégico do mercado de capitais no Brasil para o financiamento de projetos inovadores diante do desafio de atrair investimentos para empreendimentos com riscos elevados. O aporte financeiro via capital de risco pode se dar por fontes públicas ou privadas.

Além das fontes de recursos públicas para inovação, também há registros de investimentos realizados pela iniciativa privada. Kon (2013) assegura que o papel social das empresas é desempenhado via parcerias com outras organizações públicas e privadas para a diminuição de desigualdades sociais. É nesse contexto que se inserem as fontes de recursos privados direcionados à inovação para a sustentabilidade, e as ações de RSE são tidas como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Vários podem ser os motivos que levam as empresas a realizarem investimentos sociais, mas dentre os benefícios alcançados citam-se no curto prazo a melhora da sua relação com os *stakeholders*, a valorização da marca e a motivação dos colaboradores. E em longo prazo, após a avaliação de seus investimentos sociais, reconhece o seu papel transformador na sociedade como um agente do desenvolvimento sustentável (Andrade, 2002).

Por conseguinte, destaca-se a conclusão do estudo de Pinsky et al. (2015) no qual tem-se que “a produção acadêmica brasileira sobre inovação sustentável ainda é incipiente, mas gradativamente vem aumentando nos últimos anos”, o que é confirmado pelo foco predominante dos trabalhos que tratam sobre os aspectos dos incentivos à inovação, que destacadamente estão relacionados às atividades de P&D, inovação tecnológica e aquisição de máquinas e equipamentos.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Considerando o histórico de desenvolvimento das economias, marcado pela exploração dos recursos naturais e humanos e pelo agravamento das diferenças sociais, o desenvolvimento sustentável vem surgindo como uma solução para equilibrar as relações no planeta, de modo que o crescimento ocorra de forma sustentável, que atenda às necessidades das gerações presentes sem prejudicar a continuidade das gerações futuras.

Nesse contexto, foram acordados, em 2015, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em uma agenda a ser adotada por todos os países, independentemente se ricos ou pobres, tendo em vista promover crescimento sustentável e erradicar a pobreza no globo terrestre. Esses objetivos compõem a Agenda 2030 da ONU, a qual entrou em vigor em 2016 e se estenderá até 2030, e prevê a participação conjunta de entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil para o alcance das metas audaciosas que integram esses objetivos.

Assim, além do governo, a participação de outros atores da sociedade passa a adquirir relevância no alcance do desenvolvimento sustentável, em especial as organizações com fins lucrativos, que tanto podem se desenvolver economicamente de forma integrada com o meio ambiente e a sociedade, como podem promover o desenvolvimento local e melhorar as condições de vida da comunidade ao seu redor.

Para atender às pressões da sociedade e à competitividade, as empresas têm buscado alternativas inovadoras para seus negócios, o que requer altos investimentos direcionados para inovação e sustentabilidade. Essas fontes de recursos podem ser públicas ou privadas, e uma maneira de as empresas atenderem às demandas externas da comunidade e exercerem seu papel social é por intermédio das parcerias públicas ou privadas para a redução das desigualdades sociais, o que pode ser praticado com o apoio financeiro a projetos socioambientais.

Portanto, considerando que a inovação assume um papel estratégico aliado à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável, bem como o potencial que os projetos socioambientais têm de transformar as realidades locais, ressalta-se a importância que as fontes de financiamento de inovação para a sustentabilidade assumem perante o contexto da Agenda 2030.

### 3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

O objetivo da pesquisa científica é resolver problemas e esclarecer incertezas com o apoio de procedimentos científicos para a devida comprovação dos fatos, o que permite identificar, esclarecer e compreender a realidade estudada. Para tanto, a escolha do método de pesquisa a ser utilizado é fundamental para a realização de uma pesquisa científica (Barros & Lehfel, 2000).

Neste capítulo, são detalhados os procedimentos metodológicos que guiaram a elaboração desta pesquisa, o que inclui o delineamento da pesquisa, a identificação dos casos para estudo, as categorias de análise, os procedimentos de coleta e análise dos dados, bem como as limitações do método e técnicas de pesquisa.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida em torno de quatro objetivos, quais sejam: descrever o Fundo Socioambiental CAIXA, caracterizar o perfil dos projetos beneficiados por esse fundo, identificar práticas voltadas para a sustentabilidade e verificar as características inovadoras nos projetos socioambientais investigados.

Segundo taxonomia proposta por Vergara (2007), a pesquisa científica pode ser classificada quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, esta pesquisa se enquadra como descritiva. E quanto aos meios, é documental e de campo.

A pesquisa descritiva é utilizada quando se pretende descrever os atributos de um dado fenômeno investigado (Richardson et al., 2012), é capaz de exibir as características de determinada população e permite estabelecer correspondências entre variáveis, assim, ainda que não tenha o objetivo de explicar os fenômenos que descreve, pode servir de base para explicá-los (Vergara, 2007). Portanto, essa pesquisa é descritiva na medida em que visa expor as características dos projetos pesquisados, buscando relacioná-las com a sustentabilidade e a inovação.

Tendo em vista que a unidade de análise deste estudo compreendeu projetos socioambientais financiados pelo FSA no estado do Paraná e que os sujeitos das pesquisas são os coordenadores e beneficiários desses projetos, estabeleceu-se como estratégia de investigação o estudo de caso, no qual, segundo Creswell (2007a), o pesquisador pode explorar uma dada situação específica, investigando em profundidade uma atividade, um evento, um

programa, um processo ou, ainda, um ou mais sujeitos. Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa de pesquisa, a qual Creswell (2007a) assegura que, embora seja mais demorada que a pesquisa quantitativa e não trabalhe com generalizações, os métodos qualitativos, tais como as entrevistas, fornecem dados mais subjetivos do fenômeno analisado.

A abordagem qualitativa de pesquisa atende ainda ao pensamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que afirma que pesquisas relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável são plurifacetadas, o que extrapola uma medição quantitativa simples (OECD, 2010). Assim, em consonância com a temática proposta, o problema de pesquisa apresentado e os respectivos objetivos, esta investigação se enquadra como uma abordagem qualitativa de pesquisa.

Yin (2003) destaca que o estudo de caso consiste numa estratégia de investigação empírica de acontecimentos contemporâneos marcada pela ausência de manipulação de comportamentos importantes, o qual tem as seguintes características: a) ocorre diretamente no contexto do fenômeno, o que torna difícil separar os limites entre o fenômeno estudado e os seus contextos; e b) apresenta mais variáveis de interesse do que locais de dados possíveis, o que resulta na utilização de diversas fontes de evidências e no conhecimento teórico prévio para conduzir os procedimentos de coleta e análise dos dados.

Nessa pesquisa, tem-se um estudo de caso múltiplo (Creswell, 2007b), no qual o investigador escolhe intencionalmente múltiplos casos para revelar diferentes pontos de vista sobre um determinado assunto. Ainda que os contextos de cada caso sejam distintos, o que dificulta generalizações, Yin (2003) propõe o uso da replicação dos procedimentos de pesquisa para cada um dos casos com a finalidade de evidenciar as diferentes perspectivas do fenômeno pesquisado e conclui que o estudo de caso coopera de forma singular para a compreensão de fenômenos pesquisados, sejam eles individuais, organizacionais, políticos ou sociais, pois que se trata de uma investigação que preserva as características globais e expressivas da realidade dos eventos estudados.

Creswell (2007b) esclarece ainda que quanto maior for a quantidade de casos estudados, menor será a profundidade da análise individual de cada unidade, uma vez que o estudo de casos múltiplos dissolve a análise global da pesquisa. Para tanto, os autores Lipset, Trow e Coleman (1956, p. 419-420 citados por Yin, 2010) esclarecem que as análises em estudos de casos múltiplos caminham no sentido de generalizações teóricas e não particularizantes.

Segundo Yin (2010), há duas configurações básicas para replicação em estudos de casos múltiplos, a literal e a teórica. A primeira visa a prever resultados análogos entre os casos e sua estruturação teórica cita de antemão as condições prováveis sob as quais um dado fenômeno

acontece. Ao passo que, na replicação teórica, além de almejar a produção de resultados contrastantes, o embasamento teórico deve prever tanto as condições esperadas para a reprodução do fenômeno quanto as condições em que este provavelmente não ocorra. Isto posto, nesta pesquisa foi utilizada a replicação literal, uma vez que as condições se repetem em todos os casos considerados e não há indícios, *a priori*, das condições que levariam a resultados diferentes.

A quantidade de casos suficientes para um estudo de caso múltiplo com replicação literal depende do grau de certeza que se quer ter, pois a certeza dos resultados está atrelada ao maior número de casos que atendam aos critérios pré-estabelecidos. Assim, pode-se replicar a pesquisa em dois ou três casos nas situações menos complexas ou aumentar esse grau de certeza e replicar a pesquisa em cinco, seis ou mais casos (Yin, 2010).

Dessa forma, com o propósito de aumentar o grau de certeza sobre os resultados, elegeu-se para a investigação sete projetos socioambientais no Paraná, o que retrata todos os projetos finalizados que foram financiados pelo FSA CAIXA nesse estado no período de 2010 a 2019.

### 3.2 IDENTIFICAÇÃO DOS CASOS PARA O ESTUDO

Inicialmente, optou-se por estudar projetos socioambientais no estado do Paraná por dois motivos: representatividade desse estado na economia do país e custos para a realização da pesquisa. O fator custo favorece a escolha desse estado devido à facilidade de acesso e proximidade física. Ao passo que o fator econômico assegura que esta unidade da federação, conforme dados do IBGE referentes ao ano de 2017, ocupa a 5ª posição no ranking dos maiores PIB's dos estados nacionais com mais de R\$ 421 bilhões e, segundo o Índice FIEC de Inovação dos Estados 2018 (FIEC, 2019b), o Paraná aponta como o segundo estado mais inovador do país, atrás apenas do estado paulista.

Para a escolha dos projetos a serem estudados, na fase de pré-projeto, foi realizada uma pesquisa no motor de busca na *internet*, Google, com os termos projetos socioambientais no Paraná. Nos resultados dessa busca, apareceram iniciativas voltadas quase exclusivamente para projetos ambientais, com foco em conservação ambiental, redução de impacto ambiental e educação ambiental, tais como os diversos programas e projetos do Instituto Ambiental do Paraná (2019), os projetos apoiados pela Fundação do Grupo Boticário (2019) e pela SANEPAR (2019). Também foi identificado um fundo que apoiou algumas iniciativas socioambientais no Paraná, o Fundo Socioambiental CAIXA (2019a), o qual apresenta várias



linhas de atuação. Além desses, localizaram-se algumas iniciativas na linha da Responsabilidade Social Empresarial, como é o caso da empresa Klabin (2019), a qual mantém projetos que atuam em quatro pilares: educação, desenvolvimento local, ambiental e cultural; assim como é o caso das ações, programas e projetos da Copel (2019), que, além de contemplarem as dimensões da sustentabilidade, trabalham com temas como cidadania, economia solidária, sustentabilidade na cadeia de valor e geração de renda; da Copagril (2019), cujas ações de preservação ambiental são prioridade; do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2019), que, além da política interna de sustentabilidade, diminuem a distância social, econômica e cultural ao levar a justiça até os bairros promovendo conciliações; do Instituto Renault (2019), que, além do foco ambiental, desenvolve ações voltadas para a proteção dos usuários de trânsito, para o desenvolvimento e a inclusão social na região, assim como para promover o desenvolvimento de seus colaboradores e o princípio da igualdade de oportunidades.

Das iniciativas citadas acima, apenas a Fundação do Grupo Boticário e o FSA CAIXA apresentaram resultados com editais públicos para inscrições de projetos a serem financiados por estas instituições, os demais caracterizam-se como projetos coordenados pela própria instituição financiadora. Assim, considerando que os editais dessa fundação apresentavam uma dimensão estritamente ambiental, optou-se por selecionar para estudo o FSA CAIXA, que é fundo socioambiental de abrangência nacional, com linhas de atuação diversas e com iniciativas financiadas em todas as regiões do Brasil, o que contempla o estado do Paraná e apresenta como uma das modalidades de seleção as chamadas públicas via editais.

A escolha por aplicar esta pesquisa aos projetos socioambientais paranaenses apoiados financeiramente pelo FSA CAIXA deve-se também ao fato de esse fundo trazer em seu escopo o apoio a projetos de caráter social e ambiental inovadores, com potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável, bem como devido ao acesso livre ao conjunto histórico de dados referente a nove anos de história desse fundo e um total de 198 projetos e quase R\$ 150 milhões investidos nessas iniciativas no Brasil (dados da época da coleta de dados). Os históricos dessas iniciativas estão em relatórios, editais, regulamentos e demais documentos disponibilizados na página da CAIXA (CAIXA, 2019a).

Desde o início das atividades do FSA CAIXA até 2019, o Paraná tem registro de oito projetos apoiados pelo FSA CAIXA, o que lhe garante a sétima posição no ranking por quantidade em relação aos demais estados brasileiros e a 12ª colocação em montante financeiro (R\$ 3.507.591,26). Desse total, foram selecionadas para estudos as iniciativas socioambientais concluídas no estado, um total de sete projetos, uma vez que é necessária a finalização das ações

de um determinado projeto para poder avaliá-las de forma individual e ao mesmo tempo integrada ao seu contexto de estudo.

Dessa forma, foram pré-selecionados os setes projetos paranaenses finalizados, conforme informações constantes no site da CAIXA (2018d), os quais somam quase R\$ 3 milhões de investimento total no estado do Paraná: Casa do Pão, Capacitar para prosperar, Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná, Renda Nova, Catadores da ACLIMAR, Profissionalização de Mulheres e Jovens, e DIST – Londrina. A Tabela 05 traz mais detalhes dessas sete iniciativas encontradas no estado paranaense.

Tabela 05 - Projetos pré-selecionados para estudo.

<b>Ano de seleção</b>	<b>Título do projeto</b>	<b>Agente executor</b>	<b>Descrição do projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2011	Casa do Pão	Associação Projeto Renascer	Contribuir para autonomia econômica e financeira da Associação Projeto Renascer, capacitar mulheres (crianças, adolescentes, jovens e adultas) vítimas de exploração e violência sexual e atender a necessidades alimentares locais através da criação de Panificadora	Palmeira	112.079,00
2012	Capacitar para prosperar	COOPERCOST - Cooperativa de Costura de Colombo	Contribuir para geração de renda e trabalho, para as mulheres, jovens e adolescentes da comunidade de baixa renda do município e para o desenvolvimento sustentável, alavancando o crescimento da Cooperativa de Costura de Colombo – COOPERCOST	Curitiba	120.000,00
2012	Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná	ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural	Contribuir para o fortalecimento da agroecologia como uma forma capaz de aliar a produção de alimentos saudáveis com preservação ambiental, na região Sudoeste do Paraná.	Francisco Beltrão	118.620,00

continua

Ano de seleção	Título do projeto	Agente executor	Descrição do projeto	Município	Valor (R\$)
2012	Renda Nova	CASSFA - Centro de Ação Social São Francisco de Assis	Contribuir para que os participantes tenham condições de melhorarem sua renda, que possam desta forma, passar a ter autonomia econômica.	Curitiba	120.000,00
2012	Catadores da ACLIMAR	ACLIMAR - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Marialva/PR	Capacitar os catadores da ACLIMAR para aumentar a produtividade da associação para que posteriormente se tornem agentes ambientais.	Marialva	120.000,00
2012	Profissionalização de Mulheres e Jovens	UNICAFES - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná	Contribuir para a autonomia econômica e de obtenção de renda financeira das mulheres associadas das mulheres e jovens associadas da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar com Interação Solidária – Cresol de Ivaiporã/PR e o desenvolvimento local.	Ivaiporã	119.960,00
2013	DIST - Londrina	Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	Promover o desenvolvimento Integrado Sustentável Territorial do Residencial Vista Bela e seu entorno.	Londrina	2.099.601,38

Fonte: Elabora pela autora a partir de CAIXA (2019a).

Tendo em vista a seleção considerada inicialmente nessa pesquisa, dos sete projetos finalizados, um deles foi desconsiderado por destoar dos demais casos, trata-se do “DIST Londrina”, cuja sigla originou-se dos termos “Desenvolvimento Integrado Sustentável de Território”, que, além de ter uma forma de seleção diferenciada dos demais projetos, também apresentou um valor de investimento discrepante em relação aos demais, R\$ 2.099.601,38, o que chega a ser quase 18 vezes maior que o projeto que recebeu o menor recurso no Paraná (Casa do Pão – R\$ 112.079,00). Todos os projetos, com exceção do DIST Londrina, foram selecionados por editais de chamadas públicas, ao passo que o DIST foi via modalidade de seleção pautada no apoio a políticas internas (API) da CAIXA, a mantenedora do FSA CAIXA. O DIST Londrina foi um projeto desenvolvido para atender a um empreendimento do Minha Casa Minha Vida, o Residencial Vista Bela, e, por consequência, foram incluídos outros bairros no seu entorno (CAIXA, 2019e). Devido a essas particularidades e objetivando não prejudicar as análises e a comparação com os demais casos da pesquisa, este projeto foi desconsiderado nessa investigação. Por conseguinte, após estas considerações, foram mantidos os demais projetos para a investigação, um total de seis iniciativas.

Nessa pesquisa, as unidades de análise, cujos dados são coletados com objetivo de traçar inferências, consistem nos projetos socioambientais financiados pelo FSA CAIXA, e as fontes de dados e informações utilizados foram obtidas de entrevistas com representantes da equipe de coordenadores dos projetos socioambientais, entrevistas com representantes dos beneficiários atendidos por esses projetos e a partir de documentos disponibilizados pelos coordenadores dos projetos e/ou oriundos de buscas em páginas eletrônicas.

Os casos analisados estão descritos detalhadamente no capítulo 4, o qual traz o contexto da pesquisa e um breve relato de cada projeto investigado.

### 3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Richardson, Peres, Wanderley, Correia e Peres (2012) afirmam que um ponto a ser considerado na elaboração de projetos de pesquisa é a definição precisa das variáveis da investigação, de tal forma a evitar análises equivocadas. Esses pesquisadores acrescentam que todo estudo, independentemente de terem finalidades descritivas ou explicativas, apresentam variáveis, as quais devem estar explicitadas nos objetivos da pesquisa e/ou nas suas hipóteses. Esclarecem ainda que há duas maneiras de conceituar uma variável, uma definição conceitual e outra operacional, e diferenciam-nas da seguinte forma: a definição conceitual é mais genérica e mais ampla, ao passo que a definição operacional, sendo mais restrita, pauta-se nos atributos do objeto, o que permite a observação e, se for o caso, a aferição das variáveis do fenômeno investigado.

Nesta pesquisa, os conceitos teóricos utilizados foram aqueles encontrados na literatura pesquisada, ao passo que os conceitos operacionais foram traçados a partir das definições literárias e visam a propor elementos capazes de avaliar características inovadoras e sustentáveis nos projetos, assim, assumem a denominação proposta por Richardson et al. (2012, p. 65) como categorias de análise.

Destaca-se que esse estudo tem finalidade descritiva e visa a compreender as categorias analisadas, bem como identificar potenciais conexões entre elas para acentuar o conhecimento em torno dos temas sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e inovação nos projetos de cunho socioambiental.

Por conseguinte, o objetivo primordial da definição dos termos é o de torná-los mais claros, compreensíveis e apropriados ao contexto. Além de delimitarem a pesquisa, esses conceitos auxiliaram para apontar o conteúdo que será tratado e analisado nessa dissertação.

Lakatos e Marconi (2003) salientam que o uso de termos adequados e definições precisas e claras colaboram para melhorar o entendimento da realidade observada.

A partir de definições encontradas na literatura, foram estruturadas as definições operacionais para cada categoria de análise, de forma a permitir a sua identificação. Assim, a Tabela 06 traz as quatro categorias que serão avaliadas e suas respectivas subcategorias.

Tabela 06 - Quadro conceitual das categorias de análise

Componentes	Autores	Descrição conceitual	Descrição operacional	Item dos roteiros de entrevista
<b>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>				
Respeitar os limites da natureza	Barbieri e Cajazeira (2009); Buainain (2006); Werbach (2010)	Respeitar os limites naturais, preservando e recuperando os ecossistemas e a biodiversidade	Analisar por meio de entrevistas e documentos se há alguma prática relacionada à preservação e à recuperação do meio ambiente	Preocupação com a preservação e/ou recuperação do meio ambiente
Prejuízos causados à natureza	Elkington (2012)	O quanto o capital natural é afetado pelas atividades desenvolvidas	Analisar por meio de entrevistas e documentos se as atividades desenvolvidas afetavam negativamente o meio ambiente	Algum prejuízo ao meio ambiente (impacto negativo, poluição)
Redução de agentes poluidores	Barbieri e Cajazeira (2009); Barbieri e Silva (2011); Frondel, Horbach e Renning (2008); Werbach, (2010)	Redução da emissão de poluentes	Analisar por meio de entrevistas e documentos se há emissão de poluentes e se há uma preocupação com a sua redução	
Elementos renováveis e eficiência na utilização de recursos	Barbieri e Cajazeira (2009)	Eficiência e substituição de recursos não renováveis por recursos renováveis	Analisar por meio de entrevistas e documentos se há preocupação com a eficiência produtiva (economia de materiais e energia), e se há se há evidências de substituição de recursos não renováveis por renováveis nas atividades desenvolvidas pelo projeto	Utilização de recursos naturais (o que usa) e eficiência na utilização de recursos
Energia limpa	Hacking (2019)	Utilização de fontes de energia	Analisar por meio de entrevistas e documentos que tipo de energia é utilizada para a realização das atividades do projeto	Fonte de energia utilizada
Reaproveitamento de resíduos	Barbieri e Silva (2011)	Aproveitar os resíduos gerados para efeito de reciclagem	Analisar por meio de entrevistas e documentos se no projeto há alguma ação relacionada à gestão de resíduos sólidos	Gestão de resíduos sólidos (separação, reaproveitamento, reciclagem)

continua

<b>Componentes</b>	<b>Autores</b>	<b>Descrição conceitual</b>	<b>Descrição operacional</b>	<b>Item dos roteiros de entrevista</b>
<b>SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA</b>				
Emprego e renda	Sachs (2004, 1993); Barbieri e Cajazeira (2009); Hacking (2019)	Inserção do homem no sistema produtivo	Analisar por meio de entrevistas e documentos se há geração de emprego e se melhorou a distribuição de renda	Geração de emprego e renda direta ou indiretamente
Lucro	Elkington (2012)	Retorno financeiro decorrente das atividades desenvolvidas	Analisar por meio de entrevistas e documentos se as atividades desenvolvidas geram algum retorno financeiro	Resultado financeiro
Viabilidade econômica	Chambers e Conway (1992); Gomes (2004)	Atividade economicamente viável, capaz de ser sustentada e reproduzida	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto é autossustentável financeiramente, se o retorno financeiro gerado é suficiente para a sua manutenção	Autossuficiência financeira futura
Apoio financeiro	Barbieri e Cajazeira (2009); Sachs (1993)	Existe um fluxo regular de investimentos públicos e/ou privados	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto recebeu apoio financeiro (público ou privado) para viabilizar a realização de suas ações e identificar se existe dependência desses recursos para a manutenção de suas atividades	Regularidade na captação de recursos financeiros
Geração de valor	Boons e Ludeke-Freund (2013); Porter e Van der Linde (1995)	Agregar valor nos processos	Analisar por meio de entrevistas e documentos se há algum processo que agregava valor ao que era feito no projeto	Valor agregado ao que é feito
<b>SUSTENTABILIDADE SOCIAL</b>				
Direitos humanos	Mani et al. (2016a, b); Sachs (2004, 2010); Werbach (2010)	Garantir acesso aos serviços sociais basilares: educação, saúde, saneamento, moradia, segurança, justiça	Analisar por meio de entrevistas e documentos se projeto melhorou o acesso aos direitos humanos básicos, tais como educação, saúde, moradia, segurança, alimentação	Acesso aos serviços sociais basilares (saúde, educação, segurança, moradia, justiça, saneamento etc.)

continua

Componentes	Autores	Descrição conceitual	Descrição operacional	Item dos roteiros de entrevista
<b>SUSTENTABILIDADE SOCIAL</b>				
Sociedade equilibrada (desenvolvimento sustentável)	Sachs (1993), Werbach (2010)	Promover uma sociedade equilibrada, que busca um novo estilo de vida adequado ao momento presente e ao futuro	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto trabalhou questões de sustentabilidade relacionadas ao papel desempenhado pelas gerações e a relação com as gerações futuras buscando a redução de desequilíbrios, visando à conscientização socioambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento sustentável / redução de desequilíbrios/ gerações futuras
Identificação social	Spangenberg e Bonniot (1998)	Promover a identidade social e a satisfação	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto promoveu o sentimento de identificação com o grupo social, sensação de pertencimento e satisfação em relação ao que é feito e o papel na sociedade	Identificação com o grupo social
Equidade	Barbieri e Cajazeira (2009); Sachs (1990); Sachs (1993); Catalisa (2003); Spangenberg e Bonniot (1998); Mani et al. (2016a, b)	Promover maior equidade na distribuição de bens e renda, melhorias na saúde, na educação, nas oportunidades de emprego e crescimento profissional	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto promoveu oportunidades que melhorou a equidade entre gêneros e classes sociais	Promoção da equidade (gêneros, classe social)
Participação e cidadania	Robinson (2004); Sachs (2009)	Incluir dos cidadãos nos processos de decisão social, de promoção da solidariedade e de capacidade de autoajuda dos cidadãos	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto promoveu a participação das pessoas nos processos de decisão e estimulou a capacidade de solucionar ou minimizar os problemas relacionados às necessidades básicas das pessoas	Participação e representatividade na sociedade
Educação e treinamentos	Barbieri e Silva (2011); Araújo et al. (2006); Elkington (2012); Spangenberg e Bonniot (1998)	Promover treinamento especializado para a realização de uma atividade	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto tinha ações visando à qualificação de seus participantes	Educação e treinamentos

continua



Componentes	Autores	Descrição conceitual	Descrição operacional	Item dos roteiros de entrevista
<b>INOVAÇÃO</b>				
Aplicação de novos conhecimentos inovadores	OECD (2005); Tidd et al. (2008)	Consiste na aplicação de novos conhecimentos e/ou tecnologias nos produtos e/ou serviços	Analisar por meio de entrevistas e documentos se houve aplicação de algum novo conhecimento que inovou/melhorou o que era executado	
Implementação de técnicas, processos ou equipamentos para tornar os processos mais sustentáveis	Rennings (2000); Tidd et al. (2008)	Inovações em processos de forma a modificar como as coisas são feitas ou tornando-os mais sustentáveis	Analisar por meio de entrevistas e documentos se foi implementada alguma inovação na forma como são feitos os produtos ou serviços oferecidos pelo projeto, que os melhorou ou os tornou mais sustentável	Tipo de inovação (novos conhecimentos ou tecnologias aplicados a produtos/serviços ou processos) Inovações voltadas para a sustentabilidade ambiental
Introdução de material reciclado no processo de produção de um novo produto	Adams et al. (2016); Kemp & Arundel (1998)	Utilização de materiais recicláveis nos processos de produção	Analisar por meio de entrevistas e documentos se houve utilização de materiais recicláveis nas atividades finais do projeto	
Implementação inovações frugais	OECD (2012); Tiwari et al. (2017); Weyrauch e Herstatt (2016)	Inovações para atendimento de demandas sociais de forma a garantir o acesso de públicos menos favorecidos	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto implementou alguma ação inovadora para reduzir desigualdades sociais e facilitar o acesso dos mais pobres a esses serviços/produtos	Inovações voltadas para a sustentabilidade social (frugal)
Atividades inovativas empreendedoras	OECD (2012); Rennings (2000)	Inovações que facilitam o empreendedorismo de base e podem ajudar a integrar grupos anteriormente marginalizados em circuitos de atividades econômicas	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto implementou alguma inovação que permite que grupos marginalizados da atividade econômica formal possam fazer parte do processo econômico formal e melhorarem seus padrões de vida e renda (criação de emprego e renda).	Inovações voltadas para o empreendedorismo

continua

<b>Componentes</b>	<b>Autores</b>	<b>Descrição conceitual</b>	<b>Descrição operacional</b>	<b>Item dos roteiros de entrevista</b>
Grau de novidade da inovação	Tidd et al. (2008);	Inovação incremental consiste em pequenas mudanças nos produtos, serviços ou processos, de forma a agregar alguma melhoria a algo que já era feito, sem perder a sua essência	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto implementou alguma inovação melhorando o que já era feito	Grau de inovação apresentado no projeto (é uma inovação radical ou incremental)
Grau de novidade da inovação	Tidd et al. (2008);	Inovação radical está relacionada a transformações mais expressivas em produtos, serviços ou processos, consiste em fazer algo que já era feito de uma maneira completamente diferente	Analisar por meio de entrevistas e documentos se o projeto implementou alguma inovação que caracterizou algo totalmente novo para a entidade ou para o mundo	Grau de inovação apresentado no projeto (é uma inovação radical ou incremental)

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

### 3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Os procedimentos para a coleta de dados foram desenvolvidos em três etapas: a primeira delas consistiu no levantamento bibliográfico e seleção dos componentes de análise, a seguir foi realizada pesquisa documental, e o terceiro passo caracterizou-se pela realização de entrevistas com representantes da equipe executora e dos beneficiários das iniciativas pesquisadas.

Vale destacar que essas fases da pesquisa não ocorreram de forma linear devido à característica intrínseca da estratégia adotada estudo de caso (Yin, 2010). Assim, a título de organização de conteúdo, nesta seção são descritos os procedimentos tomados para a coleta dos dados, que, embora não tenham necessariamente seguido uma sequência pré-determinada, foram conduzidos de maneira dinâmica segundo a disponibilidade de dados, o que pode indicar a necessidade de retomar alguma etapa anterior antes de dar continuidade com o próximo estágio da pesquisa. Essas fases estão ilustradas na Figura 09 e detalhadas nos subitens dessa seção.

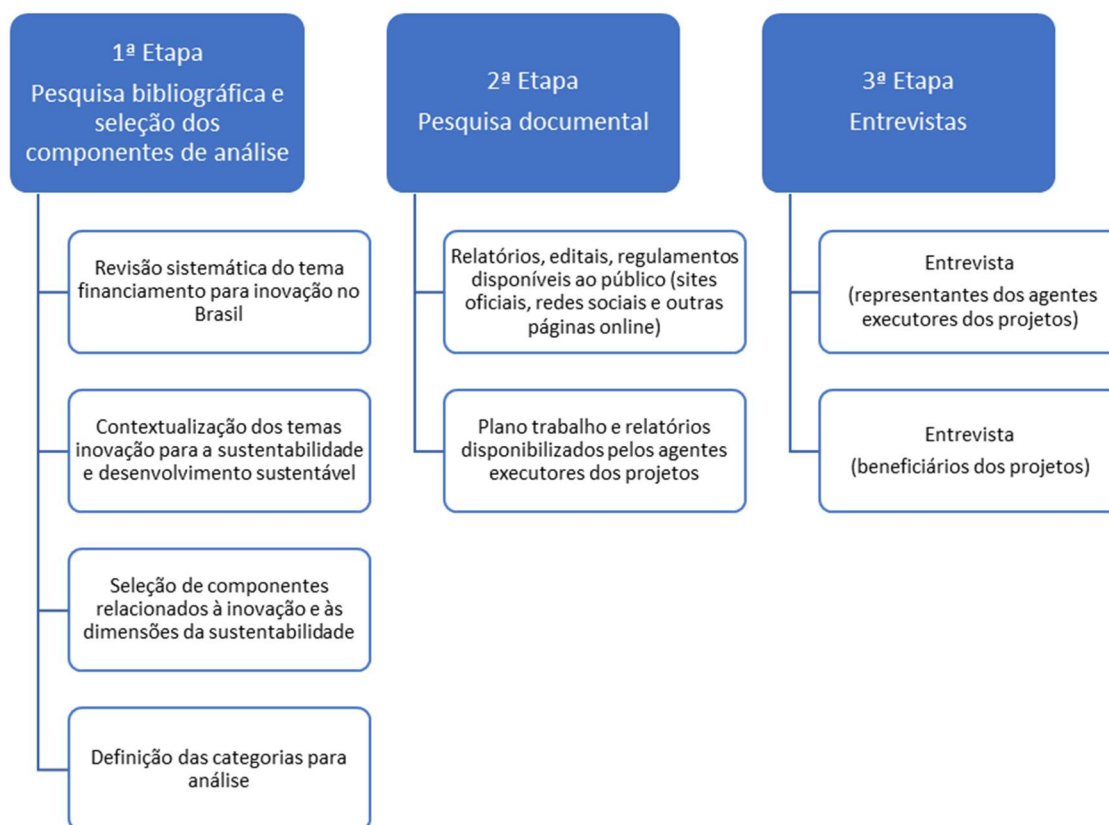


Figura 04 - Etapas da coleta de dados da pesquisa  
Fonte: Elaborada pela autora (2019).

### 3.4.1 Primeira Etapa – Pesquisa Bibliográfica e Seleção das Categorias de Análise

A primeira etapa consiste em um levantamento bibliográfico sobre as temáticas inovação para a sustentabilidade, financiamento de inovação e desenvolvimento sustentável. Para tanto, inicialmente foi realizada uma revisão sistemática da literatura sobre financiamento para inovação no Brasil.

As buscas para a revisão sistemática foram desenvolvidas em três etapas durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2018: 1ª) buscas nas bases de teses e dissertações (CAPES e IBICT), 2ª) buscas diretamente em periódicos da plataforma Sucupira e 3ª) buscas nas bases de dados (SPELL e EBSCO).

Foram realizadas buscas nas bases de dados *on-line* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no mês de outubro/18, conforme parâmetros apresentados na Tabela 07, com o objetivo de encontrar estudos relacionados ao financiamento da inovação. Para tanto, foram utilizados os termos: financiamento, apoio financeiro, fomento público, fomento privado e subvenção, todos relacionados à inovação.

Tabela 07 - Parâmetros utilizados para pesquisa na Base da IBICT

Base	Termos de busca		Filtros		Período inicial	Período final
IBICT	Financiamento	inovação	no título	todos os termos	2008	2018
	apoio financeiro	inovação	no título	todos os termos	2008	2018
	fomento público	inovação	no título	todos os termos	2008	2018
	fomento privado	inovação	no título	todos os termos	2008	2018
	Subvenção	inovação	no título	todos os termos	2008	2018
CAPES	“financiamento inovação”		-	-	-	-
	“apoio financeiro inovação”		-	-	-	-
	“fomento público inovação”		-	-	-	-
	“fomento privado inovação”		-	-	-	-
	“Subvenção inovação”		-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para as buscas na base do IBICT, foi utilizada a ferramenta de busca avançada disponibilizada pelo site, o que permitiu inserir os parâmetros descritos na Tabela 07 no momento da pesquisa, e possibilitou obter um resultado mais preciso conforme delimitação do escopo deste estudo. Vale destacar que a combinação de termos inserida nos campos de

pesquisa assume a função do conectivo “e”, assim, tem-se que as buscas foram direcionadas para retornar trabalhos que tivessem as referidas combinações de palavras no seu título.

Quanto às buscas na base da CAPES, devido à ausência de uma ferramenta de busca avançada, as palavras foram empregadas com a utilização de aspas para retornar apenas documentos que contenham exatamente o texto procurado. Os demais filtros foram aplicados após a leitura dos resumos dos documentos. Ver Tabela 08.

Tabela 08 - Resultados das Buscas nas bases da CAPES e do IBICT

Resultado na base da CAPES			Resultado na base do IBICT	
<i>Palavras</i>	<i>Palavras</i>	<i>Resultado</i>	<i>Palavras</i>	<i>Resultado</i>
financiamento	inovação	23	“financiamento”+“inovação”	3
apoio financeiro	inovação	1	“apoio”+“financeiro”+“inovação”	0
fomento público	inovação	5	“fomento”+“público”+“inovação”	1
fomento privado	inovação	0	“fomento”+“privado”+“inovação”	0
subvenção	inovação	8	“Subvenção”+“inovação”	0
<b>Total</b>		<b>37</b>	<b>Total</b>	<b>4</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com o resultado obtido referente às teses e dissertações, totalizando 41 trabalhos nas duas bases citadas, foram aplicados os critérios de exclusão, a saber: anterior a 2008, repetidos e de outras áreas fora da Administração, o que resultou em 10 pesquisas. A seguir, após leitura dos resumos desses estudos, foram excluídos dois trabalhos cujos temas não estavam relacionados ao escopo dessa revisão, o que resultou em um total de oito trabalhos, todos eles relacionados a trabalhos de conclusão de programas de mestrados. A Figura 10 ilustra o refinamento descrito nesse parágrafo.

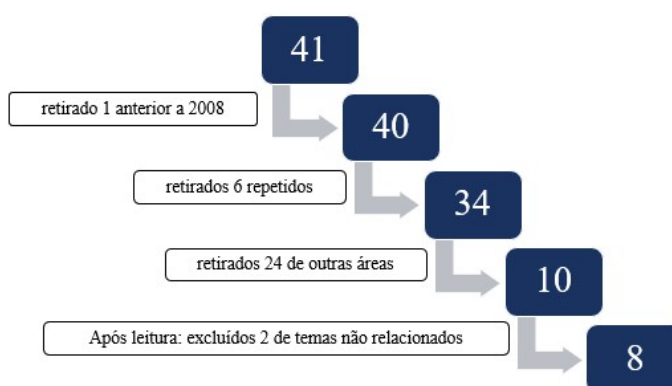


Figura 5 - Etapas do refinamento das pesquisas nas bases de teses e dissertações

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A partir de consulta na Plataforma Sucupira aos estratos *on-line* “Qualis-Periódicos” disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em seu portal, referente ao quadriênio 2013-2016 para os periódicos das Áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, foi gerado um relatório em formato “.xlsx”, no qual foram aplicados filtros para selecionar apenas os periódicos cuja classificação Qualis estivesse compreendida entre A1 e B3 e cujos títulos tivessem as palavra “inovação” ou sua variação em inglês “innovation”, o que resultou em 38 periódicos (CAPES, 2018).

Conforme Figura 11, às 38 revistas encontradas foram aplicados os critérios de refinamento e foram desconsiderados alguns periódicos, conforme descrito a seguir: os periódicos de versão impressa por não terem sido encontrados os arquivos correspondentes *on-line*; os repetidos; os de outras áreas do conhecimento (02 da área de educação, 01 do turismo e 01 da saúde); os de outros contextos de fora do Brasil, uma vez que a revisão visou a contextualizar o cenário brasileiro do financiamento para inovação; os que são de acesso restrito mediante pagamento de assinatura.

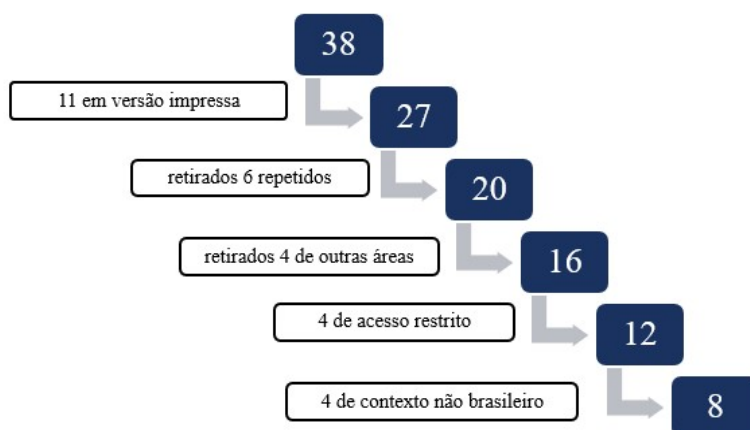


Figura 6 - Etapas do refinamento das pesquisas diretamente em periódicos  
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Com os oito periódicos selecionados, o segundo momento desta etapa consistiu em acessar cada um deles e pesquisar em suas bases de dados pelo termo “financiamento” e/ou “financing”, conforme o idioma do portal. Não foi necessário associar o termo inovação na busca porque esse termo já constava no título e no escopo das revistas escolhidas conforme critérios relatados anteriormente. Essas buscas retornaram um total de 22 artigos, dos quais 13 foram desconsiderados por não se enquadrarem no tema proposto neste trabalho, o que resultou em nove artigos para compor o objeto desse estudo.

As pesquisas nas bases de dados *on-line* SPELL e EBSCO foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2018 com os seguintes termos de buscas, os quais deveriam constar no título da publicação: financiamento “+” inovação, apoio financeiro “+” inovação, fomento “+” inovação, e subvenção “+” inovação. Foram acrescentados alguns limitadores para refinar as pesquisas, como: período de publicação compreendido entre 2008 e 2018, apenas artigos acadêmicos e disponibilizados na íntegra, apenas da área de administração na base da SPELL. A base da EBSCO não disponibiliza esse tipo de filtro por área de estudo.

Aplicados os parâmetros descritos na Figura 12, as pesquisas nas bases resultaram em um total de 31 artigos, dos quais dois não se enquadravam no contexto brasileiro sobre financiamento para inovação, dez eram repetidos e 11 não apresentavam aderência ao tema principal e foram excluídos da amostra analisada.

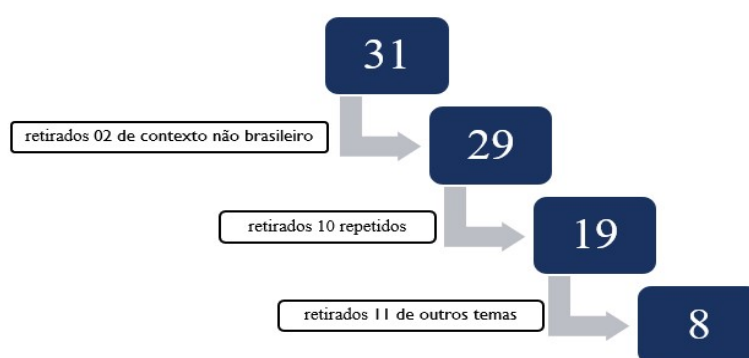


Figura 7 - Etapas do refinamento das pesquisas nas bases de dados  
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Com o universo de artigos definido, composto por oito dissertações de mestrado e 17 artigos, a próxima etapa consistiu na análise dos dados levantados, que contribuiu para levantar os principais resultados, lacunas e limitações desses estudos.

De maneira semelhante à revisão sistemática, também foram realizadas buscas nas bases de dados: EBSCO, SPELL, SCOPUS, IBICT e CAPES visando a contextualizar os assuntos inovação para sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram utilizados os parâmetros de buscas conforme demonstrado na Tabela 09 durante o período de março a setembro de 2019.

Vale citar que, na base de teses e dissertações da CAPES, não foram aplicados filtros devido à ausência de ferramenta de pesquisa avançada.

Além de compor o referencial teórico, nesta fase foi levantada uma série de componentes com o potencial de caracterizar a inovação e a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Tabela 09 - Parâmetros utilizados para pesquisa nas bases

Termos de busca		Filtros	Período inicial	Período final
desenvolvimento sustentável		todos os termos	2008	2019
Dimensões	sustentabilidade	todos os termos	2008	2019
Sustentabilidade	ambiental	todos os termos	2008	2019
Sustentabilidade	econômica	todos os termos	2008	2019
Sustentabilidade	social	todos os termos	2008	2019
Inovação	sustentabilidade	todos os termos	2008	2019
Inovação	sustentável	todos os termos	2008	2019
Inovação	social	todos os termos	2008	2019
Inovação	ambiental	todos os termos	2008	2019
EcoInovação	sustentabilidade	todos os termos	2008	2019
Financiamento	sustentabilidade	todos os termos	2008	2019
Indicadores	sustentabilidade	todos os termos	2008	2019
Indicadores	inovação	todos os termos	2008	2019
Medir	inovação	todos os termos	2008	2019
Medir	sustentabilidade	todos os termos	2008	2019
Projetos	socioambientais	todos os termos	2008	2019
Projetos	sociais	todos os termos	2008	2019
Projetos	ambientais	todos os termos	2008	2019
Financiamento	projetos socioambientais	todos os termos	2008	2019

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Destaca-se que a literatura traz uma abordagem predominante para a sustentabilidade e a inovação organizacionais, especialmente voltadas para organizações com fins lucrativos, para tanto, foi necessário um trabalho minucioso para eleger as categorias de análise com potencial para serem aplicados a projetos socioambientais e que fossem capazes de avaliá-los.

A seguir, após a seleção dos componentes a serem utilizados, foram levantados na literatura os conceitos operacionais a serem investigados nos projetos socioambientais com a finalidade de identificar se esses projetos apresentaram características inovadoras e se exibiram características relacionadas às dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica e social). Yin (2010) vincula a importância de se instituírem medidas operacionais corretas à validade do constructo pesquisado como um dos testes relacionados aos estudos sociais.

### 3.4.2 Segunda Etapa – Pesquisa Documental

A pesquisa documental se aproxima da pesquisa bibliográfica, entretanto, caracteriza-se pela coleta de material ainda não editado, tais como “cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, avisos, agendas, propostas, relatórios, estudos, avaliações, etc” (Martins, 2008,



p.46). Além destes, outros documentos são enumerados por Yin (2010, p. 128), tais como “correspondência eletrônica”, “recortes de notícias e outros artigos que aparecem na mídia de massa ou nos jornais comunitários”.

Ainda segundo Martins (2008), na realização de um estudo de caso, esse tipo de pesquisa é fundamental para melhorar a compreensão do caso, bem como para aumentar a confiabilidade das descobertas, uma vez que possibilita a triangulação dos dados e dos resultados.

Nesta pesquisa, a busca documental pode ser subdividida em dois momentos: uma delas consiste nas fontes de dados encontradas pela própria pesquisadora, e a outra a partir de documentos e registros fornecidos pelos agentes executores dos projetos. Esta fase aconteceu durante o período de outubro a dezembro/2019.

O primeiro momento da pesquisa documental se pautou na busca por materiais disponibilizados publicamente na internet que continham relação com os projetos selecionados para o estudo. Para tanto, foram realizadas buscas em navegadores de pesquisa *on-line* com palavras relacionadas à nomenclatura do fundo, aos nomes dos projetos e aos nomes dos agentes executores. A Tabela 10 traz os termos utilizados nesta busca exatamente da forma em que foram digitados.

Tabela 10 - Termos para busca documental na internet

---

**Textos utilizados para pesquisa na internet**

---

“Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural” +Francisco+Beltrão  
 “Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Marialva/PR”  
 “Associação Projeto Renascer” + Palmeira  
 “Casa do Pão” + Renascer + Palmeira  
 “Centro de Ação Social São Francisco de Assis” + Colombo  
 “Cooperativa de Costura de Colombo”  
 “União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná”  
 ACF+FSA+CAIXA  
 ACLIMAR+Marialva  
 acordo+cooperação+FSA+CAIXA  
 ASSESOAR+Francisco+Beltrão  
 CASSFA + Colombo  
 Chamada+pública+FSA+CAIXA  
 COOPERCOST+Colombo  
 Edital+2011+FSA  
 Edital+2012+FSA  
 edital+FSA+CAIXA  
 FSA+CAIXA  
 Fundo Socioambiental CAIXA  
 Gerência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial  
 Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental  
 GERSA  
 Projeto + “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná” +Francisco+Beltrão  
 Projeto + “Capacitar para prosperar”

---

continua

---

**Textos utilizados para pesquisa na internet**


---

Projeto + “Catadores da ACLIMAR”  
 Projeto + “Casa do Pão” + Palmeira  
 Projeto + “Renda Nova” + Colombo  
 Projeto + UNICAFES+ “Profissionalização de Mulheres e Jovens” + Ivaiporã  
 Projetos+apoiados+FSA  
 Projetos+Socioambientais+CAIXA  
 Regulamento+FSA+CAIXA  
 UNICAFES+Ivaiporã

---

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Os termos utilizados na busca surgiram a partir das informações conhecidas sobre os projetos a serem estudados, tais como informações disponibilizadas na página do Fundo Socioambiental CAIXA sobre a sua constituição, gerência e editais de chamada pública, bem como dados dos projetos por ele apoiados (nome do projeto e nome do agente executor).

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir de dados e documentos públicos disponibilizados em sítios eletrônicos na internet: no site da Caixa (CAIXA, 2012, 2018a, 2018b, 2019e) e a partir do banco de dados fornecido pela área gestora do FSA, Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da CAIXA por email (CAIXA, 2018d).

Considerando que, na planilha disponibilizada pela CAIXA (2019e), na sua página *on-line*, a título de banco de dados dos projetos apoiados nacionalmente, não constavam os contatos dos projetos, houve necessidade de angariar esses contatos a partir de buscas na internet. Assim, a partir dos dados relacionados aos agentes executores (identificação da entidade responsável pela execução), encontraram-se os contatos dessas entidades responsáveis pela execução de cada uma das iniciativas.

Inicialmente, foram realizados contatos telefônicos com os agentes executores dos projetos com vistas a identificar pessoas relacionadas à coordenação desses projetos. Nesse momento, ocorreram alguns redirecionamentos de contatos com o objetivo de identificar integrantes da equipe executora de cada iniciativa.

Esta busca inicial objetivou agrupar as informações sobre as iniciativas apoiadas pelo FSA no estado do Paraná para melhor compreender os casos estudados, uma vez que foram encontradas poucas informações na página do fundo.

Vale esclarecer que a segunda coleta documental aconteceu a partir dos contatos iniciais com os responsáveis pelos projetos, momento em que foi solicitada a disponibilização de quaisquer documentos relacionados à contratação, execução, acompanhamento e prestação de contas do projeto em questão, podendo ser em qualquer meio, seja digital ou físico.

Logo após o primeiro contato, apenas o representante do projeto realizado pela ACLIMAR encaminhou, pelo aplicativo WhatsApp, o plano de trabalho referente a esse

projeto. Ter acesso a esse documento recebido foi importante para conhecer o contexto, as metas e etapas do referido projeto e também facilitou a busca por esse documento nos demais casos, uma vez que, ao saber o título e o seu teor, ficou mais fácil para solicitá-lo aos demais projetos. Os representantes dos demais casos repassaram os materiais na mesma data da entrevista realizada pessoalmente, ou ainda enviaram em um outro momento, por *e-mail*, após a realização das entrevistas.

Dessa forma, observa-se que a coleta de dados documentais não ocorreu de forma linear no tempo e que estes materiais foram coletados conforme as entidades os disponibilizavam. O rol de documentos que foram disponibilizados para este estudo inclui:

- a) editais de chamada pública do FSA CAIXA (CAIXA, 2011, 2012);
- b) planos de trabalho dos projetos (COOPERCOST, 2011; ASSESOAR, 2011; ACLIMAR, 2012; CASSFA, 2012);
- c) comunicações oficiais relacionadas ao projeto (ofícios, cartas) disponibilizados pela COOPERCOST;
- d) relatórios de prestação de contas final (ASSESOAR, 2014; CASSFA, 2014; ACLIMAR, 2015).

### 3.4.3 Terceira Etapa – Entrevistas

Para Yin (2010), a entrevista, além de se caracterizar como uma das fontes de dados mais valiosas para a realização de um estudo de caso, apresenta como características a fluidez e o direcionamento dos assuntos. Nessa linha, Martins (2008) realça que o roteiro utilizado em uma entrevista deve estar respaldado no referencial teórico que sustenta o estudo e os seus objetivos.

Dada a variedade de modalidades de realização entrevistas, no presente estudo de caso múltiplo, optou-se pela utilização de entrevista de tipologia focada semiestruturada, cujas características são a curta duração (cerca de uma hora) e a utilização de uma série de tópicos para guiar a coleta de dados (Yin, 2010).

Esclarece-se que, embora ambas as entrevistas tenham sido conduzidas com um roteiro semiestruturado, com o grupo de beneficiários foi utilizado um guia de tópicos mais sintético em relação ao que foi utilizado com a equipe de coordenação.

Para esta etapa, foram elaborados dois roteiros embasados nas categorias de análise dessa pesquisa, um para coordenadores de projetos socioambientais e outro para beneficiários

dessas iniciativas. Esses roteiros estão disponibilizados nos Apêndices A e B, respectivamente, e compõem-se por tópicos que permitiram a condução da interlocução de maneira semiestruturada.

Esclarece-se que os públicos de interesse a serem ouvidos foram reunidos para que as entrevistas fossem realizadas pessoalmente em grupo. Dessa forma, foram formados dois grupos para cada projeto pesquisado, um com membros da equipe executora/coordenadora e outro com beneficiários dos projetos. As entrevistas ocorreram conforme disponibilidade de horário e local indicados pelos entrevistados, de maneira separada com cada um dos grupos de cada iniciativa. As entrevistas com os beneficiários foram viabilizadas pelos respectivos grupos executores. A Tabela 11 traz mais detalhes sobre estas entrevistas.

Tabela 11 - Observações sobre as entrevistas

<b>Projeto</b>	<b>Entrevista com o representante(s) da equipe executora</b>	<b>Entrevista com representantes do grupo de beneficiários</b>
Projeto Catadores da ACLIMAR	Foi realizada pessoalmente em 19/11/19 com o coorientador do projeto na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de Marialva/PR.	Foi realizada em 19/11/19 no Centro de Triagem e Compostagem do Município de Marialva, local onde funciona a ACLIMAR. O coorientador do projeto, o entrevistado, quem indicou cinco trabalhadores, que participaram do projeto à época da sua execução, para serem entrevistados. A entrevista foi conduzida pessoalmente em grupo com as cinco mulheres indicadas;
Projeto Renda Nova (CASSFA)	Foi realizada em 20/11/19 pessoalmente com a assistente social responsável pelo projeto e com a diretora da entidade executora, o Centro de Assistência Social São Francisco de Assis (CASSFA), na sede dessa instituição, na cidade de Curitiba/PR.	Foi realizada em 20/11/19 nas dependências do CASSFA, e foram entrevistadas pessoalmente duas beneficiárias do projeto, as quais participaram de suas atividades à época da sua execução e foram convidadas pela equipe executora. Segundo informação da assistente social entrevistada, teve uma terceira convidada que não compareceu.
Projeto Capacitar para Prosperar (COOPERCOST)	Foi realizada pessoalmente em 28/11/19 com a coordenadora do projeto nas dependências de um comércio na cidade Colombo/PR.	Não foram conseguidos os contatos previamente para agendamento de entrevista e na data da entrevista com a coordenadora não foi possível realizar a entrevista com beneficiários devido à indisponibilidade dessas pessoas na data sugerida.

Continua

<b>Projeto</b>	<b>Entrevista com o representante(s) da equipe executora</b>	<b>Entrevista com representantes do grupo de beneficiários</b>
Projeto Casa do Pão (Renascer)	A atual diretoria da entidade não acompanhou a realização do projeto estudado e não houve sucesso em localizar alguém da equipe responsável pela execução do projeto.	Como não foi possível localizar as pessoas responsáveis pela execução da prática, também não foi realizada a entrevista com esse grupo por não encontrar contatos que correspondessem ao grupo de interesse na pesquisa.
Projeto Profissionalização de Mulheres e Jovens (UNICAFES)	Foi realizada pessoalmente em 29/11/19 com a coordenadora do projeto em um estabelecimento comercial na cidade de Ortigueira, cidade de residência da entrevistada.	Devido a dificuldades físicas e operacionais, como os beneficiários residem em várias cidades e comunidades rurais da região, a coordenadora não conseguiu conciliar uma data com alguns desses beneficiários para a realização da entrevista grupal. Não foram disponibilizados contatos dessas pessoas para tentativa própria de agendar a entrevista.
Projeto Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná (ASSESOAR)	Foi realizada pessoalmente em 09/12/19, em conjunto, com a gestora de projetos da entidade e com o coordenador/responsável técnico da iniciativa estudada. A entrevista ocorreu nas instalações da instituição executora (ASSESOAR) sediada na cidade de Francisco Beltrão.	Devido a dificuldades operacionais, uma vez que os beneficiários residem em várias cidades e comunidades rurais da região, a equipe executora não conseguiu viabilizar uma agenda para a realização da entrevista, contudo, após a entrevista foram fornecidos alguns contatos de beneficiários, mas devido à dificuldade de logística não se conseguiu conciliar uma data para a entrevista.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Nesse estudo, a coleta de dados por meio de entrevistas teve como finalidade extrair opiniões dos participantes quanto aos aspectos inovativos e de sustentabilidade que podem ser identificados nos projetos socioambientais. Destaca-se que as entrevistas foram realizadas pessoalmente e com utilização de gravador de áudio perante autorização dos entrevistados, bem como foram tomadas notas ao longo da conversa direcionada, conforme orienta os autores Martins (2008) e Yin (2010). As anotações referentes aos itens inquiridos nas entrevistas foram revisadas posteriormente a partir da escuta das gravações e, quando necessário, foram complementados os apontamentos para posterior análise dos dados.

Destaca-se que os trechos das entrevistas foram corrigidos textualmente nas citações dessa pesquisa, uma vez que se levou em conta o conteúdo capturado, e a oralidade do discurso não foi analisada nesse estudo.

Tabela 12 - Panorama da coleta de dados

<b>Projeto</b>	<b>Documentos públicos localizados</b>	<b>Documentos fornecidos pelo AEX</b>	<b>Entrevista com coordenadores</b>	<b>Entrevista com beneficiários</b>
Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná (ASSESOAR)	Sim	Sim	Sim	Não
Capacitar para prosperar (COOPERCOST)	Sim	Sim	Sim	Não
Casa do Pão (RENASCER)	Não	Não	Não	Não
Catadores da ACLIMAR	Sim	Sim	Sim	Sim
Profissionalização de Mulheres e Jovens (UNICAFES)	Sim	Não	Sim	Não
Renda Nova (CASSFA)	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Ao todo, conforme demonstrado na Tabela 12, foram realizadas cinco entrevistas com equipe de coordenação e duas entrevistas com equipe de beneficiários de projetos diferentes, sendo que dois desses projetos não disponibilizaram documentos para o estudo.

Destaca-se que não se conseguiu contato com coordenadores de apenas um destes projetos: a iniciativa Casa do Pão, projeto selecionado em 2011 pelo FSA CAIXA na cidade de Palmeira/PR, cujo objetivo era “contribuir para autonomia econômica e financeira da Associação Projeto Renascer, capacitar mulheres (crianças, adolescentes, jovens e adultas) vítimas de exploração e violência sexual e atender necessidades alimentares locais através da criação de Panificadora”. Foi realizado contato telefônico com a atual diretoria da Associação Projeto Renascer em outubro/2019, a qual informou que havia assumido a direção da entidade recentemente e que não sabia detalhes da execução desse projeto, mas salientou que havia ouvido falar muito bem do projeto e que lamentava o fato de que os equipamentos de panificação estivessem sem uso por não ter ninguém dessa área para assumir as atividades. Esse representante da associação informou ainda que estava buscando parcerias para retomar o funcionamento da panificadora (montada com recursos desse contrato), bem como voltar a oferecer atividades para jovens e adultos, tais como os cursos de panificação, uma vez que hoje são atendidas apenas crianças.

Para facilitar a compreensão, é apresentada na Figura 13 a síntese do histórico dos contatos realizados com os projetos.



Figura 8 - Histórico dos contatos com os projetos

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Ao término dessa etapa da pesquisa, além do Projeto Renascer, também foi excluído do estudo o Projeto Profissionalização de Mulheres e Jovens realizado na região de Ivaiporã. Tal iniciativa foi desconsiderada porque se conseguiu somente uma fonte de evidência, a entrevista com a coordenadora do projeto, o que pode prejudicar a triangulação dos dados que será

possível realizar nos demais casos estudados (entrevista com equipe coordenadora/executora; entrevista com beneficiários; documentos).

Por conseguinte, foi dada continuidade no presente estudo com quatro casos concretos, quais sejam: Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná (ASSESOAR), Capacitar para prosperar (COOPER COST), Catadores da ACLIMAR e Renda Nova (CASSFA).

A partir das entrevistas, visando a não identificar os nomes dos entrevistados, foram utilizados os códigos relacionados na Tabela 13 para fazer referência às pessoas que foram entrevistadas. Para facilitar a referência aos projetos, os casos de estudo foram enumerados de 1 a 4, e essa codificação foi adotada em alguns momentos na pesquisa.

Tabela 13 - Codificação dos casos investigados

<b>Projeto</b>	<b>Código de identificação do projeto</b>	<b>Quantidade de entrevistado(s) representante(s) da equipe executora</b>	<b>Código dos grupos representantes da equipe executora</b>	<b>Quantidade de entrevistados representantes do grupo beneficiado</b>	<b>Códigos dos grupos entrevistados representantes dos beneficiados</b>
Projeto “Catadores da ACLIMAR”	P1	1	E1	5	B1
Projeto “Renda Nova”	P2	2	E2	5	B2
Projeto “Capacitar para prosperar”	P3	1	E3	-	-
Projeto “Apoio a feiras ecológicas no sudoeste do Paraná”	P4	2	E4	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Esclarece-se, ainda, que foi atribuído um código único para cada um dos grupos entrevistados independentemente da quantidade de pessoas que participou da entrevista.



### 3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Yin (2010) recomenda que o pesquisador tenha uma estratégia geral para analisar os dados do estudo, uma vez que a função dessa estratégia analítica é tanto auxiliar na condução da pesquisa para que seja concluída com êxito como garantir que o tratamento das evidências seja realizado com justeza, de forma a gerar conclusões analíticas claras e indiscutíveis.

Assim, a partir das quatro opções de estratégias gerais analíticas apresentadas por Yin (2010), para este estudo, selecionou-se aquela que é a mais aplicada, a qual apoia-se nas revisões teóricas da pesquisa para analisar as evidências. Destaca-se que essas revisões teóricas são as mesmas que nortearam a pesquisa e seus objetivos iniciais, bem como “refletem o conjunto de questões da pesquisa, as revisões feitas na literatura sobre o assunto e as novas interpretações que possam surgir” (Yin, 2001, p. 133). Tendo em vista a relação estrita dessas revisões teóricas com a base das etapas desse estudo de caso múltiplo, a sua aplicação como estratégia de análise colabora para que se mantenha o foco da pesquisa.

Dessa forma, o tratamento dos resultados pautou-se na realização de inferências com base nas categorias e subcategorias identificadas no item 3.3 desse trabalho, considerando os respectivos parâmetros de análise e suas teorias. A Figura 14 ilustra a triangulação realizada nos dados da pesquisa.

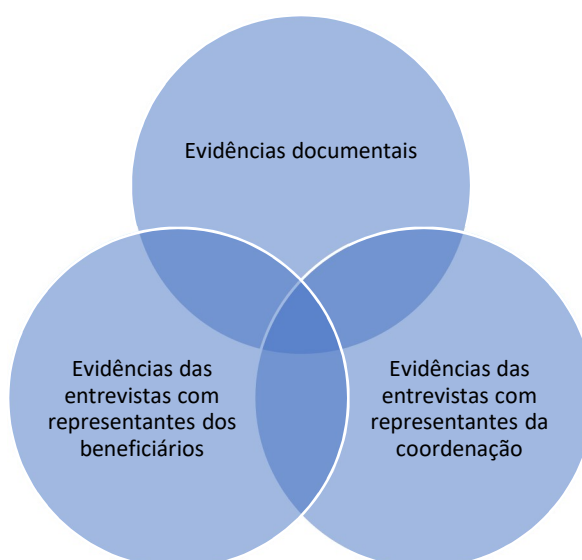


Figura 9 - Triangulação dos dados  
Fonte: Barbosa (2008).

Como trata-se de uma investigação de casos múltiplos, a partir de cinco técnicas analíticas igualmente propostas por Yin (2010), optou-se pela técnica analítica, a qual é de uso

exclusivo para esse tipo de estudo de caso e consiste em cruzar os casos a partir dos dados dos casos individuais.

### 3.6 LIMITAÇÕES DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Segundo Creswell (2003), as limitações de uma pesquisa podem ocorrer de três formas: uma delas refere-se ao método escolhido, a outra à forma como os dados são coletados e, por fim, à maneira como os dados são analisados.

Referente à maneira como os dados são coletados, no caso das entrevistas realizadas pessoalmente em grupo, surgiram algumas dificuldades, desde conciliar as agendas entre pesquisador e pesquisados do mesmo grupo até distorções de percepções e interpretações sobre os assuntos abordados.

Quanto ao entendimento e à compreensão sobre determinado tema pelos pesquisados, ainda que tenha ocorrido um esforço por parte deste para fazer a abordagem mais adequada e simples ao entendimento do seu interlocutor, não há como garantir que eles tenham apresentado a mesma compreensão do pesquisador ao dialogar sobre os itens da entrevista.

Sobre a coleta de dados documentais, esse levantamento foi afetado pelo volume e pela diversidade de documentos disponibilizados e/ou encontrados de cada caso, uma vez que houve diferença nos arquivos disponibilizados e fez-se necessária uma seleção de alguns documentos que foram apresentados por todos os casos para possibilitar as análises de forma a não favorecer um dos casos em detrimento de outro, o que dificultaria a comparação entre eles ou ainda poderia direcionar análises equivocadas por falta de informações importantes.

Quanto à realização das entrevistas, além de dar opções de data para agendamento das entrevistas de forma a melhor conciliar com as agendas dos entrevistados, tomou-se o cuidado de seguir o mesmo protocolo para todos os casos da pesquisa: as entrevistas foram conduzidas pessoalmente e sempre em grupo, nos casos em que havia mais de um respondente de cada público avaliado. Ainda assim, constatou-se uma dificuldade no agendamento das entrevistas devido a compromissos dos entrevistados e ao deslocamento da pesquisadora para a sua realização.

Ainda que seja mantido um esforço para empregar um método científico, não se pode garantir a ausência de alguma percepção subjetiva do pesquisador nas análises e interpretações realizadas. Para tanto, buscou-se pautar as análises a partir das evidências encontradas e, sempre que possível, fazer a triangulação dos dados levantados.

#### 4 CONTEXTO DA PESQUISA E CASOS ESTUDADOS

Uma forma de se transformar a realidade das comunidades locais é via a realização de projetos socioambientais, os quais podem ser executados em diferentes locais, por iniciativas do governo, da sociedade organizada, de universidades ou, ainda, pela atuação do setor privado ao cumprirem exigências legais e/ou por ações de responsabilidade social empresarial – RSE (Cava, 2014). Pesquisadores ambientais propõem que os projetos socioambientais são uma forma de aproveitar todo o potencial econômico do Brasil para um desenvolvimento também de caráter social e ambiental, pois esses projetos visam a difundir o conhecimento científico, fomentar melhores condições sociais e adequações ambientais via parceria entre instituições nacionais e internacionais, de direito público ou privado (Dornelles, 2011).

Nesse sentido, ressalta-se a participação da iniciativa privada para a promoção de inovações sociais e de sustentabilidade, e o Fundo Socioambiental da Caixa (FSA), administrado pela empresa pública Caixa, insere-se nessa modalidade de incentivo.

O FSA iniciou suas atividades em 2010 e é mantido pela Caixa, pessoa jurídica da administração indireta do governo federal cuja característica intrínseca é ter o capital 100% público e personalidade jurídica de direito privado. Esse fundo é constituído por recursos correspondentes a até 2% do lucro líquido da empresa e caracteriza-se como uma fonte de investimento privado para projetos socioambientais inovadores, vinculados ao desenvolvimento sustentável e alinhados às ações estruturantes da Caixa e, portanto, enquadra-se como uma fonte de incentivo à inovação para a sustentabilidade no país. Embora o aporte de recurso seja de uma empresa estatal, como não é o governo diretamente atuando, os investimentos realizados pelo FSA são considerados de cunho privado (CAIXA, 2012).

Segundo o Guia de Orientações do FSA Caixa (CAIXA, 2018c), o fundo apoia financeiramente projetos de natureza social e ambiental, atrelados ao desenvolvimento sustentável, prioritariamente relacionados à população de baixa renda, principalmente nas áreas de habitação de interesse social, saneamento ambiental, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, saúde, educação, desportos, cultura, justiça, alimentação, desenvolvimento institucional e desenvolvimento rural.

A aplicação dos recursos do FSA CAIXA observa as diretrizes do Plano de Aplicação de cada exercício aprovado pelo Comitê Gestor do FSA CAIXA e pelo Conselho Diretor da CAIXA. Anualmente, é definido um tema-chave, e os projetos submetidos à seleção devem estar aderentes a ele (Caixa, 2018e).

O FSA apresenta três modalidades para seleção das propostas: seleção pública, apoio a políticas internas – API e Incentivo Financeiro a Negócios Sustentáveis. Na seleção pública, os projetos são escolhidos conforme regulamento próprio via chamada pública. Ao passo que, na modalidade de API, as propostas apresentadas ao FSA CAIXA são analisadas segundo as diretrizes do Plano de Aplicação do Fundo. O Incentivo Financeiro a Negócios Sustentáveis consiste em apoiar demandas internas da CAIXA voltadas para a sustentabilidade. A seleção das propostas submetidas ao fundo passam pelas seguintes fases: enquadramento da proposta, habilitação institucional do proponente, análise de mérito pela Gerência Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Caixa (para projetos recebidos via Apoio à Política Interna – API) ou por uma Câmara Técnica (para os casos de Seleção Pública) e homologação da proposta pelo Comitê de Responsabilidade Socioambiental (Caixa, 2018c).

Dentre as fases de seleção das propostas, destaca-se o enquadramento, no qual, além da verificação da aderência da proposta ao Plano de Aplicação vigente do fundo, também são ponderados os seguintes critérios (CAIXA, 2018c):

- a) adequação da proposta às regras do FSA CAIXA;
- b) reciprocidade de interesse entre as partes;
- c) inovação do projeto;
- d) impacto socioambiental;
- e) relação entre investimento e impacto socioambiental;
- f) garantias de sustentabilidade do projeto;
- g) fortalecimento institucional da caixa;
- h) consistência técnica/coerência da proposta;
- i) reaplicabilidade.

Os agentes executores (AEX), responsáveis pela execução dos projetos, nem sempre são entidades governamentais. O fundo admite participação de entidades públicas e privadas, desde que não haja a obtenção de lucro por parte do AEX, e mantém com elas uma relação de parceria (CAIXA, 2018c).

Ao longo de sua trajetória, observam-se mudanças no posicionamento de atuação do fundo, com predominância na linha “Cidades Sustentáveis” no período entre 2012 e 2014, e depois o seu reposicionamento nos anos de 2015 e 2017, direcionando sua atuação para ações que mitiguem os impactos da ação humana sobre o clima e o alinhamento aos setores prioritários definidos pela Organização das Nações Unidas para uma economia verde e inclusiva (CAIXA, 2018a).

A aderência da Caixa com a Organização das Nações Unidas no Brasil pode ser vislumbrada nas diretrizes de seleção de seus projetos apoiados e também é confirmada em uma reportagem publicada em 21/10/2015 na página *on-line* da ONU, com o título “Iniciativas da Caixa a favor dos Objetivos do Milênio são destaque da série de entrevistas da ONU”.

Em seu Guia de Orientações (CAIXA, 2018c), o fundo FSA faz referência à avaliação dos projetos apenas no momento de seleção das propostas, para enquadramento conforme aderência ao Plano de Aplicação vigente do fundo e critérios enumerados anteriormente. Não se teve acesso a esse plano de aplicação e verificou-se que as diretrizes do FSA podem ser observadas conforme o direcionamento de cada edital lançado para as chamadas públicas de seleção de projetos. Quanto aos critérios de enquadramento, também não se encontraram dados que demonstrassem como é feita esta avaliação.

#### 4.1 PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS FINANCIADOS PELO FSA CAIXA NO PARANÁ

Esta seção destina-se a traçar um panorama geral de cada um dos projetos alvo dessa pesquisa com o objetivo de conhecer mais detalhes de cada um deles, os quais foram apresentados no item 3.2.

Portanto, neste tópico, serão apresentados apenas os projetos sobre os quais se obtiveram pelo menos duas fontes de evidências além daquela oriunda do próprio banco de dados do FSA CAIXA.

##### 4.1.1 Projeto “Capacitar para prosperar”

O Projeto “Capacitar para prosperar” foi uma iniciativa da Cooperativa de Costura de Colombo – COOPERCOST com apoio da prefeitura municipal de Colombo, cujo acordo de cooperação financeira, no valor de R\$ 120.000,00, foi assinado com o FSA CAIXA em 05/04/2012 (CAIXA, 2019e; COOPERCOST, 2012). Como especificado no próprio nome, trata-se de um projeto realizado na cidade paranaense de Colombo, região Metropolitana de Curitiba/PR, um município colonizado por italianos, com 129 anos de história e população estimada de 229 mil habitantes (IBGE, 2014).

Esse projeto apresentou como objetivo “contribuir para geração de renda e trabalho, para as mulheres, jovens e adolescentes da comunidade de baixa renda do município e para o

desenvolvimento sustentável, alavancando o crescimento da Cooperativa de Costura de Colombo – COOPERCOST”, teve sua execução no período de 01/01/2012 a 30/07/2013 e atendeu 48 pessoas, sendo cinco homens e 43 mulheres (CAIXA, 2019e; COOPERCOST, 2012). A Figura 04 ilustra onde fica a cidade de Colombo no território paranaense.



Figura 010 - Localização geográfica do município de Colombo/PR  
Fonte: IPARDES (2020b).

Segundo Coopercost, 2012, os recursos desse apoio financeiro foram aplicados nas seguintes ações:

- a) capacitar e treinar mulheres, jovens e adolescentes em corte e costura;
- b) capacitar com curso de empreendedorismo e cooperativismo;
- c) ampliar a capacidade da cooperativa por meio da aquisição de máquinas e equipamentos utilizados na costura;
- d) crias alternativas de escoamento da produção confeccionada na cooperativa.

#### 4.1.2 Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”

A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, em 2012, firmou um contrato de acordo de cooperação financeira com o FSA CAIXA, no valor de R\$ 118.620,00, para a execução do projeto intitulado “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, cujo objetivo era “Contribuir para o fortalecimento da agroecologia como uma forma capaz de aliar a produção de alimentos saudáveis com preservação ambiental, na região Sudoeste do Paraná” (CAIXA, 2019e; ASSESOAR, 2011), foi desenvolvido no período de

25/04/2012 a 12/03/2014 e atendeu 410 pessoas no total (ASSESOAR, 2014). O mapa da Figura 05 traz a localização da sede da ASSESOAR, o município de Francisco Beltrão.



Figura 011 - Localização geográfica do município de Francisco Beltrão/PR.  
Fonte: IPARDES (2020b).

Embora esta iniciativa fosse da ASSESOAR, cuja sede fica em Francisco Beltrão/PR, região Sudoeste do Paraná, as atividades contemplaram outros municípios da região, tanto com estruturação de feiras de produtores agroecológicos como com capacitação e apoio técnico a esses produtores.

Os municípios contemplados foram Francisco Beltrão, Salgado Filho, Ampere, Barracão, Salto do Lontra, Verê, Coronel Vivida, Santo Antônio do Sudoeste e Pérola d'Oeste (ASSESOAR, 2014). A Figura 06 identifica no mapa da região Sudoeste paranaense todos os municípios contemplados por atividades desse projeto.

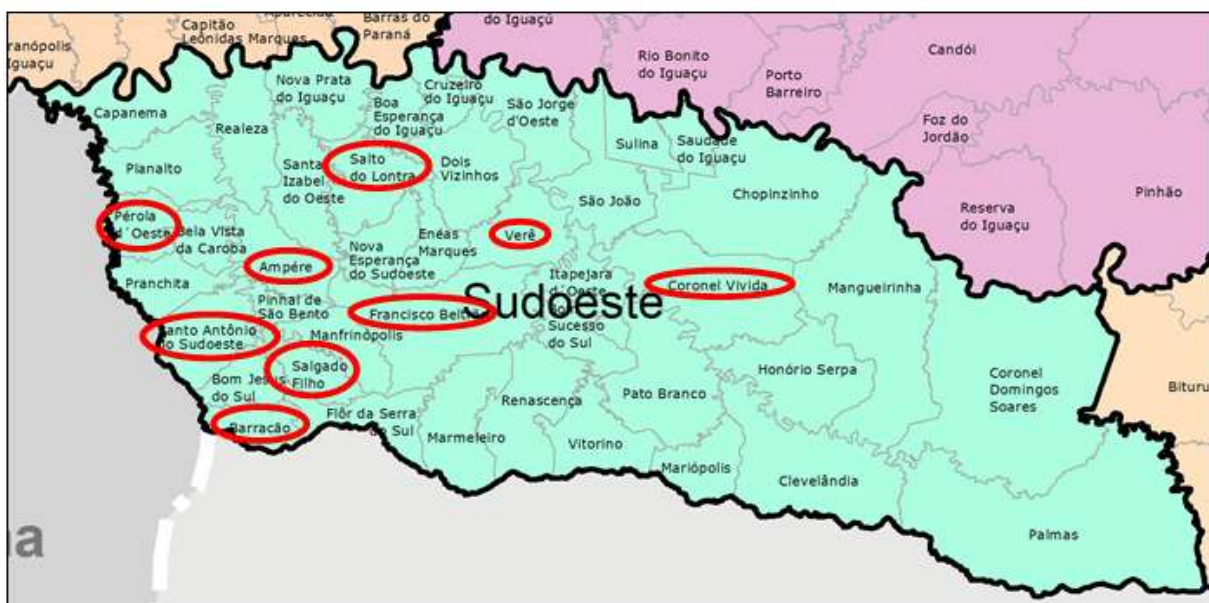


Figura 012 - Localização geográfica dos municípios contemplados no projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”.

Fonte: Adaptado de IPARDES (2020b).

Os recursos desse ACF foram aplicados para promover (ASSESOAR, 2011, 2014):

- a) encontro de formação participativa;
- b) encontro de cooperação e planejamento;
- c) oficinas voltadas para as tecnologias ecológicas;
- d) I e II Seminário Municipal da Campanha Contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida;
- e) Festa das Sementes (troca de sementes e experiências);
- f) diversas oficinas (de Formação e planejamento, de podas, de panificação);
- g) formação de feirantes (planejamento produtivo).

#### 4.1.3 Projeto “Renda Nova”

O projeto “Renda Nova” foi uma proposta idealizada e executada pelo Centro de Ação Social São Francisco de Assis – CASSFA, situado em Curitiba, capital do estado paranaense, com apoio financeiro do FSA CAIXA no valor de R\$ 120.000,00. Tinha como descrição “Contribuir para que os participantes tenham condições de melhorarem sua renda, que possam desta forma, passar a ter autonomia econômica” (CAIXA, 2019e; CASSFA, 2012). Essa iniciativa foi executada no período de 01/02/2013 a 14/12/2014 e atendeu 88 pessoas, sendo 56 mulheres e 22 homens entre jovens e adultos (CASSFA, 2014). A Figura 07 mostra a localização da capital do Paraná.





Figura 013 - Localização geográfica do município de Curitiba/PR.  
Fonte: IPARDES (2020b).

A entidade, fundada em 1968 pelas Irmãs de São José de Cuneo, é uma associação sem fins lucrativos com finalidade de prestar gratuitamente assistência material, moral e espiritual à comunidade carente com risco de vulnerabilidade social (CASSFA, 2012). Assim, o CASSFA já possuía um histórico de atendimento aos públicos jovem e adulto, promovendo a geração de renda por meio da realização de cursos de artesanatos diversos e um bazar para a sua comercialização, bem como matinha um cursinho pré-vestibular para jovens carentes.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela iniciativa, citam-se as oficinas de artesanato, inclusive com material reciclável, de comunicação e publicidade, de informática e de desenvolvimento pessoal e social. Essa última oficina consistiu no aconselhamento psicológico e acompanhamento por assistente social, enquanto as oficinas de “comunicação e publicidade” e de informática foram promovidas com o intuito de ensinar as beneficiárias a promoverem seus produtos com a utilização de tecnologia tanto para aperfeiçoamento dos produtos e serviços, bem como para a comercialização desses produtos e serviços gerados a partir dos cursos profissionalizantes (CASSFA, 2012, 2014).

#### 4.1.4 Projeto “Catadores da ACLIMAR”

A iniciativa “Catadores da ACLIMAR” foi uma proposta executada por uma equipe do município de Marialva, contudo, formalmente, foi apresentado ao FSA como agente executor a própria Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Marialva/PR (ACLIMAR, 2012).

Esse projeto recebeu incentivo financeiro do FSA CAIXA no valor de R\$ 120.000,00 para cumprir o seu objetivo de “Capacitar os catadores da ACLIMAR para aumentar a produtividade da associação para que posteriormente se tornem agentes ambientais” (ACLIMAR, 2012; CAIXA, 2019e).

A Figura 08 traz a localização geográfica do município onde foi executada essa iniciativa (IPARDES, 2020).



Figura 014 - Localização geográfica do município de Marialva/PR.  
Fonte: IPARDES (2020b).

A ACLIMAR é uma entidade que foi constituída em 2003, tem 50 associados a ela vinculados e capacidade para tratar cerca de 20 toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia, o que inclui a segregação desses resíduos, a prensagem dos materiais recicláveis e a compostagem dos materiais orgânicos (ACLIMAR, 2012). Essa associação está instalada no município de Marialva, uma cidade criada em 14 de dezembro de 1952, localizada na região Norte Central do Paraná (IPARDES, 2020b) e conhecida como a capital da uva fina, conforme dados históricos do portal *on-line* da prefeitura municipal (2020).

Esse projeto contemplou a realização de cursos de educação ambiental para a formação de agentes ambientais, de cursos e treinamentos voltados para o sistema produtivo e a gestão da associação, a aquisição de equipamentos para aprimorar o processo de compostagem, a realização de visitas técnicas em outras associações e em empresas relacionadas ao mesmo ramo de atividade e, por fim, foi realizado um trabalho de conscientização da população com distribuição de materiais gráficos (folders e cartazes) pelos próprios associados da ACLIMAR (ACLIMAR, 2014).

## 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados resultados e análises referentes às características inovadoras e sustentáveis dos casos estudados conforme dados encontrados nas entrevistas e nos documentos pesquisados.

Os achados e a discussão serão realizados por tema, o que permite cruzamento das análises entre os casos; para tanto, este item será desmembrado em quatro subitens, quais sejam: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica, sustentabilidade social e inovação. Em cada uma dessas dimensões estudadas, serão analisados todos os elementos do quadro das categorias de análise apresentado no item 3.3 desse trabalho.

### 5.1 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Na dimensão ambiental da sustentabilidade, são analisados os seguintes componentes: elementos renováveis e eficiência, prejuízos causados à natureza, respeito aos limites da natureza e reaproveitamento de resíduos.

A Tabela 14 resume as características identificadas nos casos que são voltados para a sustentabilidade ambiental.

Tabela 14 - Práticas de sustentabilidade ambiental identificadas nos casos

<b>Componentes</b>	<b>Projetos</b>	<b>Práticas/evidências/contribuições</b>
Prejuízos causados à natureza	P1	-
	P2	-
	P3	-
	P4	-
Redução de agentes poluidores	P1	Redução do descarte de resíduos no aterro; Aumento da produção de compostagem;
	P2	Redução do descarte de resíduos (reaproveitamento de materiais recicláveis e óleo de cozinha usado);
	P3	Redução do descarte de resíduos (reaproveitamento dos retalhos);
	P4	Redução do descarte de resíduos; Evita o uso de uso de agrotóxicos; Incentiva os agricultores e comunidade a praticarem a compostagem;

continua

<b>Componentes</b>	<b>Projetos</b>	<b>Práticas/evidências/contribuições</b>
Respeitar os limites da natureza	P1	Curso de formação de agentes ambientais; Campanha para conscientização de consumo consciente e descarte correto de resíduos;
	P2	Curso de artesanato com materiais recicláveis e rodas de diálogo explicando sobre a importância de cuidar do meio ambiente;
	P3	-
	P4	Produção agroecológica (respeito às condições do meio ambiente, rotação de solos e culturas); Distribuição de sacolas retornáveis para os clientes das feiras; Campanha em prol da saúde e contra o uso de agrotóxicos; Utilização de caixas plásticas para transporte e armazenamento da produção (evitar uso de sacos plásticos);
Utilização de elementos renováveis, eficiência e reaproveitamento de resíduos	P1	Utilização da técnica de compostagem para tratar resíduos orgânicos (e venda desse composto como adubo); Separação materiais recicláveis para comercialização;
	P2	Confecção de artesanatos com materiais recicláveis; Produção de sabão com óleo de cozinha usado;
	P3	Confecção de estopas com retalhos de tecidos;
	P4	Utilização da técnica de compostagem para tratar resíduos orgânicos gerados nas propriedades rurais, e reaproveitamento desse adubo na própria produção; Cursos de reaproveitamento de resíduos para produção de gêneros alimentícios.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A partir da Tabela 14, observa-se que algumas práticas reconhecidas se enquadram em mais de um dos componentes analisados e, por isso, apareceram mais de uma vez.

Com vistas a identificar práticas que causassem algum tipo de prejuízo à natureza, inquiriram-se os entrevistados sobre lembranças de alguma ação do projeto que tivesse uma relação negativa com o meio ambiente causando-lhe poluição ou danos. É interessante observar que todas as respostas, tanto dos grupos E quanto dos B, foram unânimes ao afirmar a inexistência de impacto negativo à natureza em decorrência das atividades desenvolvidas pelo projeto.

Contudo, apenas os projetos 01 e 04 trouxeram no seu escopo uma preocupação em reduzir o impacto negativo na natureza: na iniciativa da ACLIMAR, essa preocupação pode ser observada na justificativa apresentada em seu projeto quanto à necessidade de qualificação e conscientização para melhorar a coleta seletiva na cidade (ACLIMAR, 2012), ao passo que, no projeto da ASSESOAR, essa preocupação pode ser verificada a partir das ações “Seminário Municipal da Campanha contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida” e utilização de embalagens oxibiodegradáveis, constantes no relatório de prestação de contas, o que demonstra o interesse

em práticas produtivas mais naturais e saudáveis (ASSESOAR, 2014). Essas características associam-se positivamente ao componente do respeito aos limites naturais.

Nas ações descritas nos documentos estudados, apenas o projeto de apoio às feiras agroecológicas apontou uma conduta diretamente relacionada ao respeito ao meio ambiente devido aos princípios da agroecologia guiar as práticas da associação e do projeto em questão (ASSESOAR, 2011).

Ainda que não seja o objetivo direto dos casos estudados, todos eles apresentaram contribuição no sentido de reduzir o descarte de resíduos ao meio ambiente:

- a) O entrevistado E1 afirmou que o “a coleta seletiva e o tratamento dos resíduos sólidos melhoram a condição do meio ambiente, reduz o descarte incorreto de lixo, traz mais saúde à população e gera renda”; os entrevistados do B1 corroboraram ao dizer que ação de divulgação do projeto e incentivo à correta separação do lixo doméstico “aumentou a quantidade e a qualidade do lixo separado”, e “facilitou o trabalho para dos associados na associação”;
- b) Uma das atividades do projeto Renda Nova consistiu na realização de Oficina de artesanato com materiais recicláveis, o que pôde ser constatado tanto na fala dos grupos E2 e B2, tanto no plano de trabalho do projeto (CASSFA, 2012) como no relatório de prestação de contas (CASSFA, 2014), entretanto, esta evidência está diretamente associada a um cuidado com o meio ambiente, uma preocupação em reduzir o descarte de matérias que possam ter alguma utilidade ou serem reaproveitados, apenas sob a ótica da equipe executora entrevistada;
- c) Quanto à utilização de retalhos de tecidos para a confecção de estopas, esta prática foi constatada apenas na entrevista do E3, e não foi encontrado nenhum apontamento nesse sentido no plano de trabalho do projeto executado (COOPERCOST, 2011);
- d) A iniciativa de apoio a feiras apresentou três ações em seu escopo relacionadas diretamente à redução do descarte de resíduos, uma delas é o incentivo à compostagem do material orgânico e a importância da reciclagem do lixo, a utilização de sacolas retornáveis e o reaproveitamento de resíduos que seriam descartados para a produção de outros alimentos, tais como geleias e doces com cascas de frutas (entrevistados do E4). Essas ações constam na justificativa e metodologia do plano de trabalho do projeto (ASSESOAR, 2011);

De todos os casos estudados, metade deles (projetos 01 e 04) apresentaram nas entrevistas com os coordenadores e nos planos de trabalho, ações voltadas para o cuidado e eficiência na utilização de recursos naturais. Destes, apenas o último lida diretamente com o uso de recursos naturais relacionados às práticas do projeto, o que foi constatado nas evidências orais e no plano de trabalho (ASSESOAR, 2011) na realização de atividades destinadas à conscientização ambiental dentro dos princípios da agroecologia, o que contempla a economia de recursos na produção (como água e energia), a redução de desperdícios, a utilização de técnicas de reaproveitamento de resíduos, o cuidado com o meio ambiente e o uso e a disseminação das boas práticas (trocas de experiências entre os grupos).

No Projeto “Apoio a feiras ecológicas no sudoeste do Paraná”, além de oferecerem cursos voltados para a produção ecológica (mais equilibrada) e preparo de alimentos, evitando-se perdas e aumentando o reaproveitamento de resíduos (utilização de cascas de frutas para produção de gêneros alimentícios e utilização de resíduos orgânicos para compostagem), a iniciativa também entregou aos seus clientes uma sacola retornável, a qual permitiu a redução do uso de embalagens plásticas nas feiras (entrevistado do E4).

Vale destacar uma crítica traçada pelo E4 a respeito do modelo atual de produção e da necessidade de buscar uma produção mais equilibrada, respeitando os recursos naturais: “esse modelo hegemônico da produção atual pauta-se numa exploração ambiental que beira o esgotamento dos recursos associado à exploração social da mão de obra, o que impacta nas gerações futuras”. Esse posicionamento demonstra a preocupação com o desenvolvimento sustentável, de forma que o desenvolvimento garanta o atendimento das necessidades do presente sem inviabilizar a capacidade das gerações futuras de atender a suas próprias necessidades (Adams et al., 2012; Adams et al., 2016; CMMAD, 1991; Klewitz & Hansen, 2014).

O projeto da ACLIMAR por sua vez, igualmente trabalhou a questão da conscientização ambiental na formação de agentes ambientais (os próprios beneficiários do projeto) e, conseqüentemente, a comunidade também foi conscientizada dentro dos princípios da sustentabilidade, sendo incentivada ao consumo consciente e à separação dos resíduos produzidos. Essa ação pôde ser constatada tanto na fala dos dois grupos entrevistados como nos documentos disponibilizados, Plano de trabalho (ACLIMAR, 2012) e Relatório de prestação de contas (2015).

A partir dos dados coletados nas entrevistas e documentos, é possível constatar que, embora nem todos os projetos apresentassem objetivos relacionados à sustentabilidade ambiental, todos eles promoveram ações que demonstram zelo pelo meio ambiente, seja por

intermédio dos cursos para a qualificação e conscientização socioambiental dos beneficiários e comunidades, seja por meio das práticas de reaproveitamento e reciclagem, ou ainda do manejo menos agressivo no uso do solo.

Vale destacar o posicionamento do B4, o qual, além de categoricamente afirmar que suas atividades não causavam danos ao meio ambiente, acrescentou que, “ao contrário de causarem prejuízo, as práticas da agroecologia visam a preservar o meio ambiente e busca o equilíbrio sistêmico”. A agroecologia compreende uma ciência que tem como objetivo aprimorar bases teóricas, científicas e metodológicas para promover uma produção agrícola mais sustentável, considerando as características da comunidade rural local, os aspectos geográficos, biológicos, físicos, sociais, culturais e econômicos, bem como os recursos disponíveis, o que caracteriza uma integração entre as técnicas e as questões socioculturais no estilo de agricultura praticado (Buainain, 2006).

Elkington (2012) nomeia este parâmetro, referente ao respeito aos limites da natureza, como capital natural crítico, e nesta investigação foi analisado com a finalidade de identificar ações com potencial de reduzirem os impactos negativos sobre os recursos naturais não renováveis. Nesse sentido, observou-se que, ainda que nem todos os projetos apresentassem ações formais de redução de impactos causados à natureza, como é o caso das iniciativas P1 e Projeto “Apoio a feiras ecológicas no sudoeste do Paraná”, os demais casos estudados apresentaram pequenas ações relacionadas à redução do lixo descartado a partir do reaproveitamento de resíduos para reciclagem (Projeto “Renda Nova” tem oficinas de artesanatos com recicláveis e Projeto “Capacitar para prosperar” confeccionava estopas com retalhos de tecidos).

Sobre esta perspectiva, a preservação e a recuperação do meio ambiente, aliadas ao respeito dos limites naturais, novamente os projetos 01 e 04, talvez justamente por apresentarem uma abordagem ambiental mais evidente, foram os que demonstraram em todas as evidências coletadas práticas vinculadas ao cuidado com a natureza e preocupação com os seus limites.

A iniciativa 01 demonstrou na entrevista que há uma preocupação indireta com o meio ambiente, uma vez que, embora suas atividades estejam relacionadas à separação dos resíduos sólidos produzidos pelo município, a necessidade maior e o objetivo primordial da iniciativa era promover a sustentabilidade social e econômica. Tanto que o B1 demonstrou com mais ênfase a importância do trabalho na associação devido a ser um bom lugar para se trabalhar, como uma fonte de renda boa na cidade, e apenas indiretamente foi dada importância à proteção e à recuperação ambiental. Ainda assim, ao analisar o conteúdo das entrevistas e dos documentos deste projeto, constatou-se que as atividades desenvolvidas pelo projeto auxiliam

na proteção e na recuperação do meio ambiente na medida em que se evita o descarte incorreto e descontrolado de resíduos na natureza.

Quanto à iniciativa 04, tanto no plano de trabalho do projeto (ASSESOAR, 2011) quanto nas constatações da entrevista foram identificadas várias ações com finalidade de preservação e recuperação do meio ambiente, tais como a promoção cursos, acompanhamento e assistência técnica às famílias feirantes, disseminação de práticas menos intervencionistas no ecossistema (adequadas rotação dos solos e culturas, manejo equilibrado dos solos, preservação das fontes de água, não fazer uso de agrotóxicos, o respeito às condições locais para ter uma produção melhor) e também aquelas com foco na sustentabilidade ambiental (utilização de vasilhas reutilizáveis para armazenamento e comercialização da produção de alimentos, redução no uso de embalagens descartáveis, distribuição de sacolas retornáveis aos clientes das feiras e divulgação dos princípios da agroecologia, a qual consiste em considerar um olhar sistêmico da sociedade).

Os projetos 03 e 04, embora apresentem ações voltadas para o reaproveitamento de materiais (confeção de estopa com retalhos de tecido e artesanato com materiais recicláveis), não demonstraram preocupação ambiental direta. As entrevistas com os grupos de coordenadores deixaram claro que estas ações derivaram da busca de alternativas de investimentos de baixo custo e reaproveitamento de material para promover renda e qualificação aos participantes dos projetos.

De forma unânime, todos os casos estudados não trabalharam questões focadas na fonte de energia utilizada. Nesses projetos, foi constatado apenas o uso de energia elétrica, tanto nas estruturas dos cursos quanto na separação de resíduos (inclusive prensagem e compostagem), como na confecção e na produção agroecológica. Assim, não foram identificadas evidências relacionadas diretamente aos projetos que buscassem a substituição de fontes de energia.

Em todas as iniciativas, ocorreram registros de cursos diversos, conforme a área de atuação, os quais muitas vezes foram realizados em ambiente de sala de aula e/ou laboratórios com máquinas adequadas às aulas práticas. Nestas aulas, os equipamentos utilizados funcionavam com energia elétrica, tais como máquinas de costura (cursos de costura do projeto 03) e cabine para secagem de esmalte em gel (curso de manicure do projeto 02). A energia elétrica ainda está presente na estrutura predial das instalações das entidades executoras e contratadas para a realização de cursos.

No projeto 01, por exemplo, a energia elétrica é utilizada para operar os equipamentos da produção, tais como esteira, prensadora e revolvente de compostagem. A esteira é utilizada para trazer os materiais para a linha de produção, que fará a sua devida separação. A prensadora



é responsável por compactar o material separado com a finalidade de reduzir seu volume, o que facilita o armazenamento e o transporte. O revolvedor de compostagem é um equipamento utilizado para revolver o material em processo de compostagem, que otimizou esse processo na associação de forma a acelerar o tempo necessário para o composto ficar pronto a ponto de ser comercializado (a otimização do processo será tratada com mais detalhes desse equipamento no item inovação).

Quanto ao projeto que estruturou as feiras agroecológicas, nas suas atividades propriamente ditas não há indícios de uso de outra fonte de energia além da elétrica, uma vez que, nas atividades indiretas relacionadas aos produtores e feirantes, eles trabalharam nos princípios da produção agroecológica, a qual tem como característica a produção em pequena escala sem uso de máquinas motorizadas. Neste último caso, constatou-se, na entrevista, que as famílias produtoras utilizam de pequenas tecnologias artesanais para melhorar a produção (artefatos adaptados e construídos por eles próprios, os quais serão abordados com mais detalhes no item de inovação). Ainda nesta entrevista, os representantes da equipe executora elucidaram que a associação teve outro projeto no qual o foco foi a disseminação de uma prática que consistia na confecção de aquecedor solar com garrafa pet. Mas, como se trata de uma iniciativa independente, que ocorreu desvinculada do caso pesquisado, não será considerada nesta análise.

Outro pilar da sustentabilidade ambiental consiste na reutilização e reciclagem de resíduos para reduzir os descartes e a poluição (Catalisa, 2003). Em todas as evidências coletadas, tanto oral quanto documental, constatou-se a existência de pelo menos uma prática relacionada ao reaproveitamento de resíduos em cada um dos casos estudados.

A iniciativa 01 trouxe como foco a gestão de resíduos, a qual foi desenvolvida a partir da capacitação dos participantes diretos do projeto, da compostagem, da realização de visitas técnicas e divulgação do projeto para a população. A capacitação consistiu na promoção de curso de educação ambiental para os associados, o qual foi realizado por uma empresa contratada e teve como finalidade transformar os associados, cerca de 50, em agentes ambientais, conscientizando-os da importância da separação dos resíduos e preparando-os para a divulgação do projeto aos munícipes, cujo objetivo era igualmente de conscientizá-los sobre a importância de se segregar corretamente os resíduos e melhorar a separação do lixo doméstico para otimizar o reaproveitamento de materiais para a reciclagem, evitar danos ao meio ambiente e acidentes de trabalho com a manipulação desses materiais. Outro destaque desta iniciativa é a compostagem de resíduos orgânicos, a qual é feita em nível municipal, na sede da associação, e segundo informações do B1, na época da execução desse projeto, entre 2013 e 2014, Marialva

foi o terceiro município paranaense a implantar a compostagem no município, depois de Bituruna e Tibagi.

Ressalta-se que, a respeito do Projeto “Catadores da ACLIMAR”, segundo o ponto de vista do B1, a ação de conscientização da população realizada pelos próprios associados, na qualidade de agentes ambientais, “foi bastante positiva e causou um impacto muito grande na população” abordada naquele momento devido a essas pessoas, “com linguagem simples e objetiva, serem a carta viva da experiência de trabalhar com separação de lixo, o que permitiu mostrarem inclusive cicatrizes de machucados causados por acidentes de trabalho na manipulação de lixo não separado corretamente”, tal como é o caso dos cacos de vidro misturados com o lixo comum sem embalagem e identificação adequadas.

Uma das oficinas do Projeto “Renda Nova” teve como foco trazer informações sobre materiais recicláveis e ensinar a fazer artesanatos com esses materiais. Assim, foi contratado um instrutor para conduzir esta oficina, e segundo o E2, além de ensinar técnicas de artesanato, nela foram tratados assuntos relacionados à reutilização de material reciclável, tais como: conscientização sobre cuidados e preservação do meio ambiente, evitar desperdício, ensinar a separar os resíduos produzidos, bem como o seu reaproveitamento. Nessa oficina, foi ensinado a produzir sabão com óleo de cozinha usado e peças de artesanato, como bolsas de garrafa pet.

No Projeto “Capacitar para prosperar”, embora não fizesse parte da proposta aprovada pela Caixa, o E3 apontou um dado relevante na postura da sustentabilidade, que se trata do reaproveitamento de retalhos para a confecção de estopa, a qual era comercializada e contribuía para aumentar a receita da cooperativa.

Quanto ao Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, o qual tem como norte os princípios da agroecologia, todas as suas atividades visam a promover o equilíbrio das relações do ecossistema, e a gestão de resíduos sólidos é uma prática dessa linha de produção. Assim, podem-se visualizar algumas ações específicas desse projeto com vistas ao reaproveitamento de resíduos, como redução das sacolas plásticas e distribuição de sacolas retornáveis com o logo do projeto, reaproveitamento de alimentos para transformá-los em outros produtos comestíveis, tais como o doce de casca de laranja, e conscientização da população para adotarem a compostagem doméstica (foi distribuído folder orientativo).

Nessa linha de raciocínio, assim como resumido por Barbieri e Cajazeira (2009), as ações que visam a manter o equilíbrio ecológico, a biodiversidade, a substituição de recurso não renováveis por renováveis, assim como a redução de agentes poluidores, práticas desenvolvidas com mais intensidade pelo P4, colaboram para o desenvolvimento sustentável no âmbito da dimensão ambiental.

Os resultados de destaque em cada dimensão analisada foram resumidos em uma ilustração ao fim de cada subitem desse capítulo, de maneira a formar um desenho global com esses achados no item que traz as conclusões das análises. A Figura 15 ilustra os principais resultados identificados no âmbito do pilar ambiental da sustentabilidade.

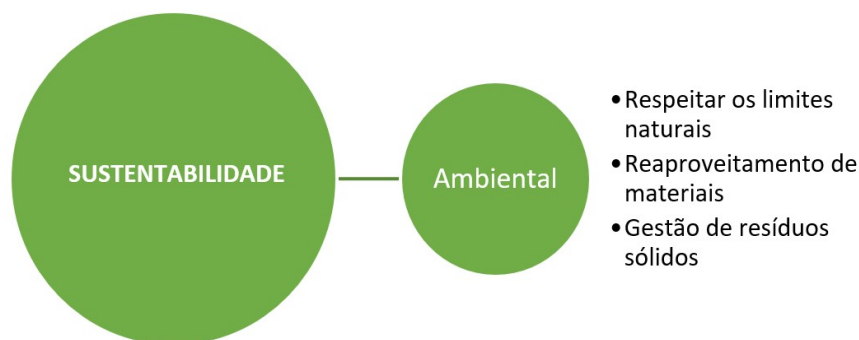


Figura 15 - Principais resultados referentes à dimensão ambiental

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Por conseguinte, conforme pode-se observar na Figura 15, os principais resultados relacionados à sustentabilidade ambiental consistiram no respeito aos limites naturais, no reaproveitamento de materiais e na gestão de resíduos sólidos.

## 5.2 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Nessa dimensão da sustentabilidade, são analisados os seguintes componentes: emprego e renda, lucro, apoio financeiro, autossuficiência financeira e geração de valor agregado.

A sustentabilidade econômica é um ponto que todos os grupos entrevistados, de alguma forma, afirmaram ter sido promovido pelos projetos. A Tabela 15 resume as características identificadas nos casos que são voltadas para a sustentabilidade econômica.

Tabela 15 - Práticas de sustentabilidade econômica identificadas nos casos

Componentes	Projetos	Práticas/evidências/contribuições
Emprego e renda	P1	Curso de formação em agentes ambientais; Geração de trabalho e renda aos associados;
	P2	Curso de profissionalização (manicure, artesanato); Estímulo à inclusão no mercado de trabalho e renda;

continua

<b>Componentes</b>	<b>Projetos</b>	<b>Práticas/evidências/contribuições</b>
Emprego e renda	P3	Cursos profissionalizantes de design, corte e costura; Estímulo à inclusão no mercado de trabalho e renda;
	P4	Estruturar e divulgar as feiras locais para melhorar comercialização; Oficinas para manejo ecológico da produção e transformação de alimentos;
Resultado financeiro (fonte de receita)	P3	Bazar para comercialização das peças produzidas; Contratos de parceria com comércio, empresas e prefeitura para confecção de uniformes;
	P4	Comercialização da produção agroecológica em feiras locais;
Viabilidade econômica	P1	As atividades do projeto dependiam de apoio financeiro para a realização; As atividades fins desenvolvidas pela associação promovem renda para manter as atividades;
	P2	As atividades do projeto dependiam de apoio financeiro para a realização; Renda obtida com feira ajudou a custear o curso de manicure para mais uma turma;
	P3	As atividades do projeto dependiam de apoio financeiro para a realização e foram descontinuadas por não lograrem dependência financeira da prefeitura;
	P4	As feiras locais continuam acontecendo e possuem autossuficiência financeira;
Apoio financeiro	P1	Recebem apoio da prefeitura local (cessão do espaço para funcionamento da associação, não pagam aluguel);
	P2	Recebem apoio da comunidade local com doações de alimentos e dinheiro para ajudar a bancar as despesas da instituição;
	P3	Recebia apoio da prefeitura e Colombo: pagava o aluguel do barracão utilizado pela cooperativa; custeava as despesas administrativas, inclusive a cessão de uma funcionária para acompanhar a administração da COOPERCOST;
	P4	Recebem apoio das prefeituras locais e demais entidades da sociedade (cessão de espaços para funcionamento das feiras locais, não pagam aluguel);
Geração de valor	P1	Divulgação do projeto de coleta seletiva e conscientização ambiental realizada pelos próprios trabalhadores da associação de materiais recicláveis;
	P2	Realização de feira ao final do projeto para comercialização de artesanatos produzidos e prestação de serviços aprendidos (manicure) para a comunidade;
	P3	-
	P4	Personalização de cestas de produtos; Realização da Feira das Sementes; Oferta de produto de qualidade a preço justo.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

O E1 apontou que o Projeto “Catadores da ACLIMAR” ajudou a otimizar os processos na associação, especialmente pela aquisição do revolvedor de compostagem, que exigiu uma

pessoa para operar esse equipamento (um dos associados) e reduziu o tempo de preparo da compostagem, e pelo trabalho de conscientização da população local, cujo “resultado foi surpreendente” (E1): a abordagem de conscientização e o incentivo para a correta separação do lixo doméstico que foram realizados, inicialmente, nos dois bairros municipais de pior índice de coleta seletiva, e que após a realização dessas ações pelos agentes ambientais (após o curso de formação), transformaram-se em bairros exemplares, melhorando a qualidade e a quantidade da separação dos resíduos. Essa última conquista foi corroborada pelos respondentes do B1. Além dessas atividades, as demais metas do projeto, cursos e visitas técnicas, conforme se pode evidenciar da análise documental (ACLIMAR, 2012), também “contribuíram para aprimorar os processos internos da entidade, tanto na gestão, como na produção e na comercialização do material reciclável, o que contribuiu para aumentar a renda dos associados” (E1).

O contexto da realização do Projeto “Renda Nova” consistiu em dar continuidade com atividades que já haviam sido desenvolvidas pela entidade em conjunto com a prefeitura municipal: cursos profissionalizantes e cursinho pré-vestibular. Os públicos-alvo eram, respectivamente, mulheres e homens acima de 18 anos de baixa renda ou desempregados e jovens carentes. A realização das oficinas, de manicure, de confecção de artesanatos, de utilização de recicláveis, de técnicas de venda e publicidade, de desenvolvimento pessoal e social contribuíram para preparar essas mulheres para o mercado de trabalho, oferecendo desde apoio motivacional, o ensino de um ofício, até formas de comercialização (formação de preço, espaços de prestação de serviço/venda e ferramentas de publicidade). Já o cursinho pré-vestibular foi formatado para ajudar os jovens da comunidade a dar continuidade nos estudos e ter acesso ao ensino superior (CASSFA, 2012). Ressalta-se que, na entrevista com a equipe executora, ficou evidente a preocupação em promover uma ocupação e fonte de renda para o público feminino que vivia em situação de vulnerabilidade social na comunidade.

Quanto às oficinas do Projeto “Renda Nova”, ressalta-se que, após a finalização do projeto, foi organizada uma feira com a participação dos beneficiários do projeto em conjunto com a equipe coordenadora para a promover a prestação dos serviços aprendidos e a comercialização dos itens produzidos durante as oficinas. Essa ação não aparece nos documentos disponibilizados pela entidade executora, contudo, foi igualmente citada nas falas das entrevistas pelo grupo E2 e pelo grupo B2, de forma que, nas duas entrevistas, foram relatados vários resultados positivos desse projeto: colaboração com o grupo, divisão de tarefas, sentimento de motivação e valorização dos trabalhos desenvolvidos, melhora na autoestima e autonomia financeira das mulheres participantes. Embora os cursos para geração de renda fossem abertos para participação masculina, houve inscrições apenas do público feminino (E2).

Semelhante ao contexto do Projeto “Renda Nova”, a iniciativa do Projeto “Capacitar para prosperar” visava a melhorar as condições da cooperativa que havia sido criada com incentivo da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (COOPERCOST, 2011). Segundo a entrevistada da equipe coordenadora do projeto, com o aporte do FSA foi possível “melhorar as instalações da cooperativa com aquisição de mais máquinas de costuras bem como capacitar os cooperados. Essas ações eram metas do Plano de trabalho do projeto (COOPERCOST, 2011). Foram ofertados cursos de corte e modelagem, de costura básica e industrial, de cooperativismo e empreendedorismo, bem como foram buscadas e firmadas parcerias (fornecedores e clientes) para facilitar o escoamento da produção. Todas essas atividades contribuíram para a profissionalização dessas pessoas, para a melhora na produção e na renda obtida com a comercialização das confecções. “Destaca-se que essas pessoas, na maioria mulheres, não tinham renda própria antes de ingressarem na cooperativa”, logo, “ainda que o rendimento não fosse muito, representava bastante para sua autonomia e autoestima” (E3).

Inicialmente, a entidade executora do Projeto “Capacitar para prosperar” foi criada em 2008 com o intuito de fomentar a criação de uma cadeia produtiva têxtil, qualificar a mão de obra local e estruturar um polo de confecção na cidade (COOPERCOST, 2011). Contudo, embora o município tenha apoiado administrativa e financeiramente o funcionamento da cooperativa, em 2014, ela foi extinta por decisão da administração municipal, que, “após um estudo de viabilidade econômica, resolveu descontinuar com o apoio financeiro” (E3), e como a cooperativa ainda não gerava receita o suficiente para se manter sozinha, foi extinta e as máquinas de costura foram doadas para outro projeto na cidade vizinha de Almirante Tamandaré (E3). Embora a cooperativa tenha sido extinta, a entrevistada afirmou que várias mulheres deram continuidade com a costura e passaram a trabalhar em suas próprias residências por conta própria.

Conforme evidências coletadas no Plano de trabalho, no Relatório de prestação de contas e na entrevista, ainda que o objetivo principal do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná” fosse a estruturação de feiras, este e os demais objetivos da proposta selecionada tinham como finalidade melhorar as condições daquelas famílias feirantes (formadas por pequenos agricultores) por meio de melhores condições de trabalho e comercialização (ASSESOAR, 2011). Assim, além da estruturação das feiras (aquisição de barracas e utensílios utilizados no armazenamento e exposição adequados dos produtos) foram ofertados cursos e assistência técnica direcionados a melhorar a produção agroecológica e, com isso, obteve-se como resultado um aumento no aproveitamento dos alimentos, redução de desperdícios, uma diversidade na produção familiar, que tanto serve para seu sustento, para

trocas com outros produtores ou para comercialização na feira (ASSESOAR, 2011, 2015). Dentre outras, conforme relatado pela entrevista do grupo executor, essas consequências favoreceram a um melhor aproveitamento do potencial produtivo rural, ao envolvimento de mais pessoas da família na produção agrícola e a acréscimo na renda desses pequenos produtores/feirantes.

Os municípios contemplados na iniciativa de “Apoio a feiras” foram Francisco Beltrão, Salgado Filho, Ampere, Barracão, Salto do Lontra, Verê, Coronel Vivida, Santo Antônio do Sudoeste e Pérola d’Oeste. Os três últimos citados não estavam previstos inicialmente na proposta e foram acrescentados posteriormente pela entidade executora (E4). Esse aumento do público beneficiário foi possível graças à economia de recursos na aquisição dos bens e contratação dos serviços, tanto que, para esses casos, só foi concedido apoio para a estrutura física das feiras (ASSESOAR, 2015).

Além da promoção de trabalho e renda, outro item investigado foi sobre autossuficiência e apoio financeiros para a manutenção das atividades dessas iniciativas.

A respeito do Projeto “Catadores da ACLIMAR”, a prefeitura municipal fornece o local físico onde está instalada a associação, que fica no Centro de Triagem e Compostagem do município, e realizada a coleta seletiva na cidade. Esse apoio municipal colabora para que a entidade sobreviva financeiramente com o contrato de prestação de serviço para processar o lixo da cidade e com os recursos oriundos das vendas dos materiais recicláveis. Conforme constatado nas entrevistas com E1 e B1, o salário dos associados, ano base 2019, era de R\$ 1.052,00, e a sobra de caixa mensal da associação fica aplicada no banco durante o decorrer do ano e somente é rateada entre os associados no fim de cada ano. Para o E1, trata-se de uma espécie de 13º salário.

No Projeto “Renda Nova”, conforme comentado anteriormente, os grupos E2 e B2 relataram ainda que a renda arrecada pela feira montada ao final do projeto (término do acordo de cooperação com o FSA CAIXA), para prestação de serviços aprendidos e comercialização de itens produzidos nas oficinas, teve parte revertida para a continuidade de novas turmas do curso de manicure e parte foi rateada entre as beneficiárias do projeto. Salienta-se que a “destinação da renda obtida na feira foi uma decisão coletiva entre os participantes do projeto e a equipe executora” (E2).

Como o Projeto “Capacitar para prosperar” recebia um aporte de recursos do governo municipal para bancar suas despesas fixas, a cooperativa alcançava um resultado financeiro positivo que possibilitava o rateio em cotas conforme a produção individual de cada cooperado.

Todavia, a entidade “não conseguiu alcançar autonomia financeira para andar com as próprias pernas” (E3), motivo pelo qual essa iniciativa foi descontinuada.

Em um relatório final (ASSESOAR, 2015) fornecido pelo Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, foi possível constatar o que havia sido abordado pelo E4: a melhora na estrutura das feiras (aquisição de barracas cobertas, bancadas, caixas térmicas, sacolas biodegradáveis e retornáveis), bem como os cursos e consultoria técnica oferecidos pelo projeto permitiram que as famílias conhecessem novas técnicas produtivas a partir da troca de experiências com outras famílias envolvidas no projeto, o que possibilitou um planejamento da unidade de produção e vida familiar (UPVF) melhorado, com redução de perdas e custos, o que acarretou em aumento no resultado financeiro de suas atividades.

Tendo em vista a geração de renda e o nível de dependência de apoio financeiro recebidos, constatou-se, nas evidências coletadas, que os projetos Projeto “Renda Nova” e Projeto “Capacitar para prosperar” foram os que mantinham uma dependência financeira para a realização de suas atividades. Ainda assim, a única iniciativa que não conseguiu lograr êxito para manter as atividades da cooperativa com o trabalho desenvolvido e com as parcerias recebidas foi o Projeto “Capacitar para prosperar”. Contudo, conforme afirmado pelo E3, “muitas mulheres continuaram com a costura por conta própria”, o que demonstra de certa forma a continuidade dos efeitos do projeto.

O caso da cooperativa do Projeto “Capacitar para prosperar” foi explicado anteriormente. E, conforme consulta realizada no portal da Receita Federal do Brasil em 27/01/2020, a baixa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da cooperativa foi registrada em 14/07/2014 justamente por depender financeiramente de apoio para bancar suas despesas e ser considerada inviável economicamente após um estudo de consultoria realizado por um administrador do município (E3).

O Projeto “Renda Nova”, por sua vez, não é autossuficiente financeiramente e depende de aporte de recursos para continuar as atividades. O dinheiro arrecado na feira que foi revertido para a entidade executora, segundo as entrevistadas dos grupos de execução e beneficiárias, serviu para a compra de materiais a serem utilizados por próximas turmas com instrutores voluntariados.

A iniciativa Projeto “Catadores da ACLIMAR” é autossuficiente financeiramente nos moldes em que mantém a parceria com a prefeitura municipal, a qual cede o local da sede da associação, e se mantém com as vendas dos recicláveis e com o contrato ativo de processamento de resíduos orgânicos e recicláveis gerados no município.



Já as feiras livres que receberam apoio com recursos do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná” continuam funcionando por conta própria, independentemente de aporte de recursos financeiros para continuar suas atividades.

Vale destacar um apontamento trazido pelos respondentes dos representantes da equipe coordenadora das iniciativas (E1, E2, E3 e E4), que relataram a carência de editais como esses do FSA, direcionados para projetos de cunho socioambientais. Ainda assim, citaram outros incentivos financeiros recebidos, tanto para a realização de outros projetos como para a aquisição de bens a serem utilizados em suas atividades.

Um ponto interessante levantado nas entrevistas é que o único agente executor que informou manter uma equipe de captação e projetos é o responsável pela execução do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, que tem pessoas que acompanham espaços de trocas de experiências diversos (sites, fóruns, eventos presenciais) e ficam atentas a novas oportunidades de captação e realização de seus projetos.

Segundo dados coletados dos entrevistados, conclui-se que a regularidade na captação de recursos financeiros não depende exclusivamente da necessidade da entidade, mas está intimamente ligada à disponibilidade de fontes de recursos, que são raros. Inclusive, “quando a gente já foi beneficiado com recurso de um fundo, por exemplo, precisa aguardar um certo prazo para poder submeter nova proposta de projeto para aquele mesmo fundo” (E4).

Referente à geração de valor, este é um assunto que os entrevistados não conseguiram se expressar muito bem, mas, ao conhecer melhor cada uma das iniciativas durante a pesquisa, pôde-se identificar que alguns casos apresentaram diferenciais que contribuíram para agregar valor às atividades desenvolvidas nos projetos. O que é o caso da “divulgação do projeto de coleta seletiva e conscientização ambiental realizada pelos próprios trabalhadores da associação de materiais recicláveis” (E1), que, na condição de agentes ambientais após a formação, conseguiram sensibilizar a comunidade por trazerem suas experiências e realidade para perto da população (contaram suas histórias, mostraram cicatrizes por acidentes de trabalho devido a lixo não separado corretamente etc.). Essas particularidades dessa ação puderam ser observadas apenas nos relatos dos entrevistados dos dois grupos, mas nos documentos Plano de trabalho (2012) e Relatório de prestação contas (2015) disponibilizados constava apenas que a divulgação teria a participação ativa dos trabalhadores.

Boons e Ludeke-Freund (2013) asseguram que um modelo organizacional capaz de criar valor é aquele que busca o equilíbrio entre os elementos ambientais, econômicos e sociais, de forma a promover relacionamentos mais justos entre as partes interessadas e, por consequência, adota-se um padrão mais justo de receita, ao passo que Porter e Van der Linde (1995)

argumentam que uma maneira de gerar valor na organização consiste na transformação/aproveitamento de um resíduo (a princípio sem valor) em algo de valor.

Essa busca por agregar valor pôde ser verificada no caso das feiras livres agroecológicas, as quais, segundo relato da entrevista com os coordenadores, esforçam-se para oferecer um produto de qualidade, com boa procedência, sem agrotóxicos, que se preocupa com todas as partes da relação/produção e que primam por manter um preço justo e fortalecer o relacionamento entre a natureza e as pessoas, inclusive com os clientes. Outra prática de valor agregado é a oferta de cesta de produtos personalizada conforme a disponibilidade sazonal da produção.

A Figura 16 traz os principais resultados identificados no âmbito da dimensão econômica da sustentabilidade.

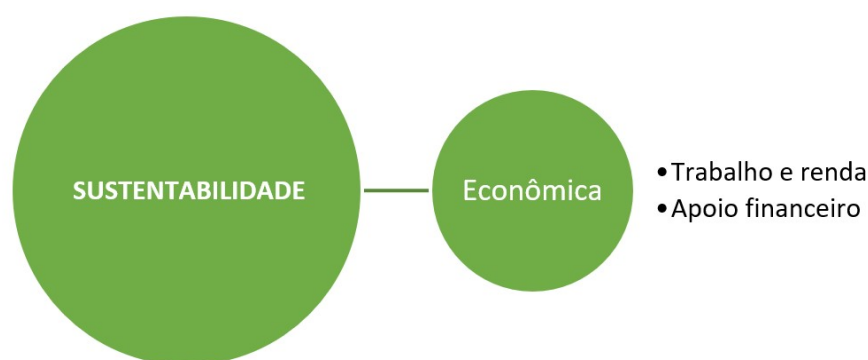


Figura 16 - Principais resultados referentes à dimensão econômica

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Conforme resultados encontrados no pilar econômico, resumidos na Figura 16, pôde-se verificar nos casos estudados, a promoção de trabalho e renda, bem como os apoios financeiros para a continuidade dos projetos são imprescindíveis para se alcançar a sustentabilidade econômica nos projetos socioambientais.

### 5.3 SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Na dimensão social da sustentabilidade, são analisados os seguintes componentes: busca por uma sociedade mais equilibrada, melhorar acesso aos direitos humanos básicos, promoção da equidade, da participação e da cidadania, e fortalecimento de relações.

A Tabela 16 resume as contribuições identificadas nos casos que são voltadas para a dimensão social da sustentabilidade.

Tabela 16 - Práticas de sustentabilidade social identificadas nos casos

<b>Componentes</b>	<b>Projetos</b>	<b>Práticas/evidências/contribuições</b>
Direitos humanos	P1	Qualificação e renda melhoraram as condições de vida das famílias atendidas pela associação; Prefeitura entrega cesta básica para associados; A associação oferece três refeições diárias durante o expediente de trabalho;
Direitos humanos	P2	Incentivo a discussões (durante as oficinas) sobre o fortalecimento do papel da mulher na sociedade e a busca por seus direitos; Qualificação e renda melhoraram as condições de vida das famílias atendidas pelo projeto (possibilidade de atender a necessidades básicas do ser humano, tais como alimentação e vestimentas mais adequadas);
	P3	Qualificação e renda melhoraram as condições de vida das famílias atendidas pela cooperativa (possibilidade de atender necessidades básicas do ser humano, tais como alimentação e vestimentas mais adequadas);
	P4	Facilitar acesso a alimentação saudável; Fortalecimento de grupos de discussões para defesa de direitos;
Sociedade equilibrada (desenvolvimento sustentável)	P1	Curso de qualificação para formar agentes ambientais; Distribuição de panfletos e abordagem pessoal para conscientização ambiental da população (consumo consciente e descarte adequado dos resíduos);
	P2	Curso de artesanato com materiais recicláveis e conscientização sobre a reciclagem durante as oficinas;
	P3	-
	P4	Oficinas para manejo ecológico da produção e transformação de alimentos; Aquisição de embalagens oxibiodegradáveis para acomodação de alimentos produzidos; Distribuição de sacolas retornáveis para os clientes das feiras; Campanha em prol da saúde e contra o uso de agrotóxicos;
Identificação social	P1	Visitas técnicas a outras cooperativas e indústrias do ramo de materiais recicláveis;
	P2	Oficina de desenvolvimento pessoal e social (aconselhamento psicológico e assistência social);
	P3	Curso de cooperativismo;
	P4	Realização de reuniões com famílias feirantes e consumidores para debate relacionados à organização das feiras como iniciativa de economia solidária; Feiras realizadas como espaço de compartilhamento entre feirantes e clientes;
Equidade	P1	Todos os associados têm oportunidades iguais na associação; De um total de 50 associados, 35 são mulheres;
	P2	Incentivo à inclusão feminina no mercado de trabalho (oficinas direcionadas às mulheres); Cursinho pré-vestibular direcionada ao público jovem local; De um total de 120 beneficiários, 80 são mulheres e 7 foram pessoas com deficiência;

continua

<b>Componentes</b>	<b>Projetos</b>	<b>Práticas/evidências/contribuições</b>
Equidade	P3	Incentivo à participação do público feminino e jovem a se profissionalizarem; Todas as pessoas tinham oportunidades de se vincularem à cooperativa (desde se associar a participar da diretoria); De um total de 48 cooperados, 43 eram mulheres;
Participação e cidadania	P4	A agroecologia pratica uma visão sistêmica da sociedade e estimula a participação de todos;
	P1	Campanha para conscientização de consumo consciente e descarte correto de resíduos;
	P2	-
	P3	-
Educação e treinamentos	P4	Estímulo ao compartilhamento de ideias, experiências (feiras, reuniões); Estímulo à participação em conselhos e entidades de classes;
	P1	Curso de formação (agentes ambientais); Curso de gestão administrativa;
	P2	Cursos profissionalizantes (manicure, artesanato); Curso de venda e publicidades; Curso pré-vestibular para jovens carentes;
	P3	Cursos profissionalizantes de design, corte e costura; Cursos de cooperativismo e empreendedorismo;
Fortalecimento de relações	P4	Cursos de qualificação e assistência técnica direcionados para a produção agroecológica; Cursos sobre preparo de alimentos e reaproveitamento de alimentos; Distribuição de panfletos e abordagem pessoal para conscientização dos consumidores das feiras (campanha contra o uso de agrotóxicos e valorização da vida/saúde, sobre consumo consciente, sobre compostagem doméstica);
	P1	Parcerias com município e comunidade local para a manutenção das atividades da associação; Parcerias com outras instituições para aquisição de veículos e equipamentos para a associação;
	P2	Parceria com comunidade local e com o Mesa Brasil do SESC, dos quais recebia doações de alimentos para serem utilizados no preparo dos lanches que eram servidos nos intervalos das atividades;
	P3	Parceria com prefeitura de Colombo e empresários locais;
	P4	Parceria com as prefeituras e entidades locais; Feiras agroecológicas acolhedoras (fortalecimento de relações e compartilhamento entre feirantes e comunidade).

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A iniciativa Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná” foi a que demonstrou com mais clareza a atuação direcionada para as práticas do desenvolvimento sustentável e busca por uma sociedade mais equilibrada. Esse posicionamento pôde ser verificado tanto no plano de trabalho selecionado e aprovado (ASSESOAR, 2011), o qual apresentou objetivos apoiados nas três dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica e

social), bem como na entrevista com o E4, em que novamente foi referenciada a importância da visão sistêmica da sociedade para equilibrar o todo e também traçada uma crítica ao modelo produtivo atual:

“se quiser ter uma melhor qualidade de vida, melhorar a distribuição de renda, promover condições mais iguais de vida, precisa mudar o sistema de produção atual, que é exploratório, concentrador e causa grande impacto ambiental. E a agroecologia busca criar um ambiente mais comunitário possível, mais social possível, melhorar a distribuição das riquezas e dos recursos naturais para ter sustentabilidade ao longo do tempo”.

O pensamento exposto pelo grupo executor do projeto 4 vai ao encontro do que Faria et al. (2017) entendem a respeito do desenvolvimento sustentável no meio rural: a inovação se apresenta como um desafio e um potencial para o fortalecimento da agricultura familiar e a inclusão desses grupos.

Outro aspecto de destaque é o escopo da organização responsável pela execução do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, “é uma associação de agricultores e agricultoras familiares que tem como finalidade promover melhores condições de vida no campo e propor políticas públicas na área da educação, da agroecologia e do desenvolvimento local sustentável” (ASSESOAR, 2011), o que demonstra, segundo relatos da entrevista grupal com os executores, a sua aderência na busca pelo desenvolvimento sustentável em toda a sua atuação. O Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná” foi um projeto dessa entidade e um exemplo da forma como ela vem atuando.

Quanto às atividades desenvolvidas pelo Projeto “Catadores da ACLIMAR” e Projeto “Renda Nova”, constatou-se nas evidências orais coletadas que, embora tivessem relação com práticas direcionadas a promoverem o desenvolvimento sustentável, seja no trabalho com recicláveis, seja na formação profissional ou na inclusão social, ficou claro que o foco maior dessas iniciativas era promover melhores condições de vida para essas pessoas (ACLIMAR, 2012; CASSFA, 2011), para tanto, foram priorizadas ações de qualificação e renda para o público beneficiário. Com isso, pôde-se concluir que, embora necessária, a dimensão ambiental foi o pilar da sustentabilidade que recebeu menor ênfase nessas iniciativas.

O Projeto “Capacitar para prosperar” foi o único caso em que não se encontraram evidências na entrevista de alguma ação diretamente direcionada para o desenvolvimento sustentável, e conforme palavras de um dos entrevistados do E3: “o projeto foi muito imaturo, se tivesse continuado teria sido abordado esse aspecto”. Contudo, ainda que timidamente, verificou-se no escopo do projeto que havia ações que contribuiriam para o desenvolvimento sustentável da sociedade na medida em que se promoveu melhores condições de vida ao ser

humano, o que se alcançou mediante a realização dos cursos profissionalizantes de corte, design e costura, da geração de fonte de renda, da inclusão de pessoas desempregadas no mercado de trabalho, na promoção de equidade para o público feminino e na constituição de um grupo para seu fortalecimento e crescimento, cooperativa (COOPERCOST, 2011).

Todas as iniciativas englobaram em seu escopo algum tipo de tentativa de promover igualdade de oportunidades ou ainda dar uma atenção especial àquelas pessoas que se encontram à margem da sociedade por algum motivo. Tanto nas entrevistas quanto na pesquisa documental constataram-se ações nos projetos direcionadas à inclusão das mulheres no mercado de trabalho, incentivando-as e preparando-as para terem sua fonte de renda e independência financeira:

- a) Capacitar os catadores da associação (35 mulheres e 15 homens) para aumentar a produtividade e para transformá-los em agentes ambientais (ACLIMAR, 2012);
- b) Contribuir para que os participantes (80 mulheres e 40 homens, entre adultos e jovens) tenham condições de melhorarem sua renda, que possam, dessa forma, passar a ter autonomia econômica e acesso a universidades (CASSFA, 2012);
- c) Contribuir para geração de renda e trabalho, para as mulheres, jovens e adolescentes da comunidade de baixa renda do município (COOPERCOST, 2011);
- d) Contribuir para o fortalecimento da agroecologia (na figura de homens e mulheres agricultores) como uma forma capaz de aliar a produção de alimentos saudáveis com preservação ambiental (ASSESOAR, 2011).

O Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, cujas ações giram em torno da agroecologia, engloba nas suas práticas a defesa dos direitos humanos, as questões sociais, de gênero e o ciclo de vida como um todo (ASSESOAR, 2011). Esse aspecto foi enfatizado pelos respondentes do E4: “a agroecologia foca no que fica bom tanto para quem produz quanto para quem consome, todas as classes têm direito a um alimento de qualidade”.

Mani et al. (2016a, b) elencam os direitos humanos como uma das dimensões da sustentabilidade social. E Catalisa (2003) salienta as questões relacionadas à melhoria da qualidade de vida da população, à promoção da equidade na distribuição da renda e à redução das desigualdades sociais. Logo, conclui-se que as práticas desses projetos coadunam com o que esses autores apresentam como sustentabilidade social.

Quando se fala em atendimento das necessidades básicas e melhora no acesso aos direitos básicos, esse é um tópico do estudo que teve pouco desdobramento nas falas das

entrevistas. Contudo, observou-se que todas as iniciativas contribuíram de alguma maneira, direta ou indiretamente, para melhorarem a qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Todos os projetos apresentaram um ponto em comum relacionado à promoção de trabalho e renda, o que se caracteriza como um aspecto atendido dos direitos humanos e melhora na qualidade de vida dessas pessoas. Dessa forma, mais do que oferecer apoio ao desenvolvimento pessoal e profissional (CASSFA, 2012), cursos de formação e aprimoramento profissional (COOPERCOST, 2011; ACLIMAR, 2012; CASSFA, 2012; ASSESOAR, 2012), cursinho pré-vestibular (CASSFA, 2012) e apoio técnico (ASSESOAR, 2011), as iniciativas investiram no desenvolvimento de seres humanos melhores e com melhores condições de vida.

Quando se fala na promoção de melhores condições de vida, foram identificadas práticas diretamente relacionadas a essa questão em alguns projetos, como é o caso da oferta de alimentação saudável. O Projeto “Catadores da ACLIMAR”, conforme relatado pelo entrevistado, oferece diversas refeições na sede da associação: café da manhã, almoço e café da tarde. Essas refeições são contratadas e pagas pela própria entidade. Além desses alimentos, a prefeitura municipal entrega uma cesta básica para cada associado mensalmente. No Plano de trabalho, foi identificada a existência de refeitório nas instalações da associação (ACLIMAR, 2012).

O AEX do Projeto “Renda Nova” mantinha parceria com a comunidade local e com o Mesa Brasil do SESC, dos quais recebia doações de alimentos para serem utilizados no preparo dos lanches que eram servidos nos intervalos das atividades (CASSFA, 2012). O Mesa Brasil SESC consiste em uma rede de abrangência nacional de banco de alimentos que atua contra a fome e o desperdício. Tem como objetivo contribuir para a promoção da cidadania e melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de pobreza, promovendo a inclusão social. Essa prática está alicerçada no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, cujas bases são ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou que estão fora dos padrões de comercialização, mas ainda em condições de consumo (SESC, 2020).

Na iniciativa Projeto “Capacitar para prosperar”, não se encontraram evidências sobre oferta de algum apoio à alimentação dos beneficiários ou de suas famílias, contudo, na E3 foi assegurado que a renda obtida por essas mulheres na costura, “ainda que pequena, ajudava a levar algum alimento, comprar algo que faltava em casa, levar um leite para as crianças”. Dessa forma, constata-se uma promoção na melhora da qualidade de vida das famílias beneficiadas, uma vez que as mulheres vinculadas à cooperativa, ao obterem uma renda financeira, passaram a ter certo poder aquisitivo e vida mais digna, o que traz várias consequências, dentre elas, melhora na alimentação e saúde, promoção da equidade, valorização e autoestima.

Os dados coletados na entrevista E4 afirmam que o projeto contribuiu de forma direta para a promoção de saúde e de uma alimentação saudável, tanto para os beneficiários diretos do projeto quanto para a população que tem acesso a essas feiras. Esse era um dos objetivos do projeto, conforme consta no Plano de trabalho (ASSESOAR, 2011). E por consequência, em decorrência dos princípios basilares da produção agroecológica, na qual todo o sistema é levado em conta na busca por uma produção e comercialização equilibradas, “os grupos são estimulados a pensarem e a se unirem na defesa de seus direitos em busca de uma sociedade mais justa” (E4). Um exemplo dessa conduta são as escolas no campo, que, segundo E4, “são fruto de uma luta dos agricultores, por buscar ter acesso à educação próxima de casa”.

Nessa linha, de participação na sociedade e exercício da cidadania, ainda que indiretamente, conforme apontado pelo E1, pode-se entender que a atuação dos agentes ambientais do Projeto “Catadores da ACLIMAR” na “abordagem e conscientização da população local está relacionada a essa capacidade de participação nas decisões da sociedade” (E1) e é uma forma de buscar soluções para atender às necessidades básicas das pessoas. Essa característica foi confirmada pelo B1 ao destacar que “a gente se sentiu importante, ouvido” e “a gente falou como é que tinha ser feito”.

Robinson (2004) argumenta que um aspecto da dimensão social da sustentabilidade está relacionado ao envolvimento da comunidade nos processos de decisão social, e que, portanto, devem-se buscar formas de engajamento social para que os cidadãos participem de forma ativa na construção do pensamento e do futuro que querem criar. E a participação nas entidades de classes bem como os espaços de trocas de ideias e experiências podem servir para o exercício desse papel participativo nas comunidades.

O Projeto “Renda Nova” apresentou como um de seus objetivos contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos participantes, para tanto, foram realizadas palestras motivacionais e informativas (CASSFA, 2012). O E2 assegura ainda que, durante as atividades, nas oficinas oferecidas, eram conduzidas rodas de diálogos e conversas informais sobre formas de exercer a cidadania na sociedade: “nós conversávamos de tudo, desde questões domésticas, dos direitos da mulher, da importância de se valorizarem e serem independentes” (E2). Destaca-se que o grupo representante da entidade executora não soube informar se algum dos beneficiários assumiu algum papel na comunidade local. Todavia, na entrevista com o B2, constatou-se que esses beneficiários assumiram trabalho voluntariado, um deles em um hospital próximo, e os dois na própria entidade promotora do projeto, auxiliando na continuidade das oficinas existentes.



Segundo E3, o Projeto “Capacitar para prosperar” não apresentou ações que pudessem ter relação com a participação ativa na sociedade e busca por atender a necessidades básicas das pessoas fora as atividades diretas do projeto. Contudo, encontrou-se uma evidência documental relacionada à própria cooperativa na sua carta de apresentação enviada ao FSA CAIXA, na qual declara ter confeccionado lençóis e capas de colchão para a Santa Casa de Colombo (COOPERCOST, 2012). Esse tipo de atividade demonstra que a própria entidade pode ter estimulado esse ou outros tipos de atuação na sociedade, contudo não foram encontradas mais evidências.

O Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, talvez devido às suas raízes na agroecologia e por ter sido executado por uma associação que visa a atender às minorias do campo, tratou-se de um projeto bem articulado com outras entidades representativas da sociedade. Assim, são promovidos espaços e eventos regionais, nos quais todos os participantes são convidados a debaterem direitos e participarem da sociedade. O grupo E4 afirmou que “vários dos beneficiários dos projetos assumiram papéis na sociedade, participam de entidades de classe, de sindicatos de trabalhadores e de cooperativas de agricultores”.

Conforme já tratado em itens anteriores, unanimemente, todas as iniciativas apresentaram objetivos e ações direcionados para a qualificação dos beneficiários dos projetos. A maioria deles consistiu em cursos/oficinas de qualificação sobre alguma técnica produtiva ou de gestão/empreendedorismo, e apenas um deles, o Projeto “Renda Nova”, teve registro de um cursinho pré-vestibular para atender especialmente o público jovem que desejasse dar continuidade com os estudos e ingressar no nível superior (CASSFA, 2012). Essas práticas promovem o que Elkington (2012) prevê como o desenvolvimento de habilidades e educação na formação do capital humano, além de ser um potencial de geração de riquezas.

Todos os projetos citaram nos planos de trabalho dos projetos executados o envolvimento de pessoas físicas e/ou jurídicas de áreas diversas que colaboraram para a realização dessas iniciativas, seja por contrato de prestação de serviço, parceria/apoio físico e/ou financeiro, ou ainda por trabalho voluntário (ASSESOAR, 2011; ACLIMAR, 2012, CASSFA, 2012; COOPERCOST, 2012).

Na iniciativa Projeto “Catadores da ACLIMAR”, como parte do referido projeto, além do fortalecimento da relação com o meio ambiente e o contato com a população a partir da ação de divulgação do projeto, conforme relato das entrevistas com coordenador e beneficiários, e segundo consta no Plano de trabalho (ACLIMAR, 2012) e no Relatório de prestação de contas (ACLIMAR, 2015), registrou-se também a troca de experiências e conhecimentos a partir da

realização de cinco visitas técnicas (Unidade de Triagem e Compostagem de Tibagi/PR, Unidade de Triagem e Compostagem de Bituruna/PR, Recicladora de papeis e embalagens longa vida Revita em Telêmaco Borba/PR, Indústria VALPASA de papel ondulado de Tangará/SC e Instituto do Lixo e Cidadania de Curitiba/PR).

Vale destacar que essas visitas foram a parte do projeto que mais deixou memórias nos beneficiados, o que é confirmado tanto pela entrevista do E1 “direto o pessoal pergunta quando é que vai ter outro projeto daquele que teve as viagens”, como pelos depoimentos do B1, “esse projeto é aquele que teve os passeios”, “a gente gostou de conhecer os que trabalham que nem a gente, de visitar os lugares”. Nas entrevistas, constatou-se que, além de proporcionar amadurecimento de práticas de reciclagem e compostagem, o fato de conhecerem outras partes da cadeia de produção que utilizava o material reciclável, como as fábricas de papéis, abriu novos horizontes, despertou uma visão sistêmica do que representa o trabalho da associação para o município e permitiu vivências diferentes (conhecer outros lugares, culturas, histórias). Todos os beneficiários entrevistados se referem a este projeto como “aquele que teve as viagens”. A troca cultural e histórica foi possível graças a um esforço da equipe executora, que, ao agendar uma visita técnica procurou encaixar um pouco de turismo no roteiro, “coisa que essas pessoas não teriam condições de conhecer se não fosse daquele jeito”.

O Projeto “Catadores da ACLIMAR”, segundo fala do entrevistado da equipe de coordenação, ainda contou com apoio da prefeitura para acompanhamento e execução do projeto e de outros parceiros, que, desvinculados desse acordo de cooperação financeira, forneceram outros equipamentos para a entidade, tais como prensa, esteira e caminhão. São eles a FUNASA, o PROVOPAR, a TETRAPACK, o Instituto das Águas e a Associação Nacional de Catadores.

O AEX do Projeto “Renda Nova”, por sua vez, apresenta em sua estrutura uma equipe multidisciplinar de colaboradores e/ou terceirizados (educadores, instrutores de música e de artesanato, auxiliar de serviços gerais, assistente social e psicóloga), estagiários e grupos de voluntários, que juntos colaboraram para o suporte e andamento das metas do projeto (CASSFA, 2012). Há algumas parcerias, conforme já falado anteriormente, como o Mesa Brasil (SESC) e a comunidade local, ambos doam alimentos para a preparação dos lanches, sendo que a comunidade colabora também financeiramente para ajudar nas despesas mensais (água, luz, internet, telefone) do instituto (CASSFA, 2012).

O fortalecimento das relações no caso do Projeto “Renda Nova” aconteceu desde o momento que esse público, maioria mulheres, reuniu-se para aprender um ofício e passou a conviver e desenvolver relacionamentos que não aconteciam no ambiente doméstico. O auge

deste projeto foi a realização de uma feira, evento que envolveu todos os participantes, “se sentiram valorizados e prestigiados pela comunidade local” (E2).

Semelhante ao Projeto “Catadores da ACLIMAR”, o Projeto “Capacitar para prosperar” aconteceu graças à parceria com a prefeitura, que, além do apoio financeiro, fornecia apoio administrativo para a operação da cooperativa e do projeto. Na entrevista, foi relatada a parceria com empresários locais, que contratavam serviços da cooperativa ou, ainda, que ajudaram com doações para a montagem de um bazar pela organização. Não foi localizado nenhum dado a esse respeito no plano de trabalho (COOPERCOST, 2011) nem no relatório da CAIXA (2018d).

No caso do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no sudoeste do Paraná”, as feiras são organizadas em grupos, os quais se reúnem frequentemente (ASSESOAR, 2012). Também são realizadas reuniões em nível regional, nas quais todos têm a chance de trocar experiências e conhecimentos, o que ocorre inclusive nos ambientes das feiras com os consumidores, uma vez que “as feiras proporcionam um ambiente acolhedor de compartilhamento” (E4). Assim, “são promovidos espaços e eventos regionais, nos quais todos os participantes são convidados a trocar ideias e experiências” (E4).

A Figura 17 ilustra os principais resultados identificados na dimensão social da sustentabilidade.

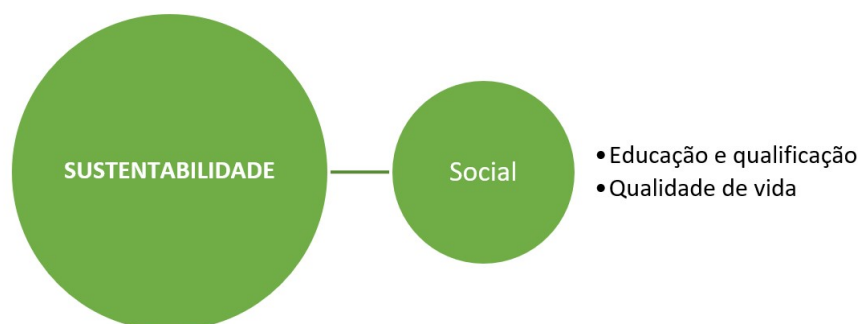


Figura 17 - Principais resultados referentes à dimensão social

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Destaca-se a partir das análises e conforme ilustrado na Figura 17 que as ações identificadas no âmbito do social nos casos estudados, de forma geral, promoveram o desenvolvimento de cidadãos, possibilitando que essas pessoas tenham condições mais dignas de trabalho e vida, e que, ao se sentirem fortalecidas e representadas, passam a buscar por outros direitos na sociedade.

## 5.4 INOVAÇÃO

Assim como ocorreu com os dados sobre as dimensões da sustentabilidade, para a análise dos componentes da inovação, optou-se por tratá-los por assuntos similares para facilitar o entendimento e o encadeamento de ideias, uma vez que nem todos os projetos apresentaram conteúdos sobre essa temática. Assim, serão analisados os tópicos: tipos de inovação, inovação para a sustentabilidade e grau e alcance da inovação.

A Tabela 17 traz um resumo das práticas inovadoras identificadas nos casos investigados, que, em alguns casos, aparecem mais de um registro por enquadrarem-se em mais de um componente de estudo.

Tabela 17 - Práticas inovadoras identificadas nos casos

<b>Componentes</b>	<b>Projetos</b>	<b>Práticas/evidências/contribuições</b>
Produto novo ou melhorado	P1	Aquisição do revolvedor de compostagem;
	P2	-
	P3	-
	P4	Cesta de produtos personalizadas;
Aplicação de novos conhecimentos inovadores	P1	Conhecimentos obtidos nos cursos/oficinas;
	P2	Conhecimentos obtidos nos cursos/oficinas;
	P3	Conhecimentos obtidos nos cursos/oficinas;
	P4	Conhecimentos obtidos nos cursos/oficinas; Espaço de compartilhamento na Feira das Sementes;
Implementação de técnicas, processos ou equipamentos para tornar os processos mais sustentáveis	P1	Cursos de gestão administrativa e de formação de agentes ambientais; Aquisição do revolvedor de compostagem; Visitas técnicas; Campanha de divulgação do projeto realizada pelos próprios agentes ambientais;
	P2	Confecção de artesanatos com materiais recicláveis; Produção de sabão com óleo de cozinha usado;
	P3	-
	P4	Cursos de formação a aprimoramento produção agroecológica; Feira das Sementes; Cesta de produtos personalizadas;

continua

<b>Componentes</b>	<b>Projetos</b>	<b>Práticas/evidências/contribuições</b>
Introdução de material reciclado no processo de produção de um novo produto	P1	Utilização de resíduos orgânicos para compostagem;
	P2	Confecção de artesanatos com materiais recicláveis; Produção de sabão com óleo de cozinha usado;
	P3	Confecção de estopas com retalhos de tecidos;
	P4	Reaproveitamento de resíduos alimentares para produção de gêneros alimentícios; Realização e incentivo à compostagem;
Implementação inovações frugais	P1	Campanha de divulgação do projeto e conscientização sobre consumo e descarte de resíduos pelos próprios trabalhadores da associação de materiais recicláveis;
	P2	Feira para comercialização de artesanatos produzidos e prestação de serviços aprendidos (manicure) para a comunidade;
	P3	-
	P4	Espaços de compartilhamento de ideias, experiências nas feiras locais; Realização da Feira das Sementes;
Atividades inovativas empreendedoras	P1	Cursos de gestão administrativa e de formação de agentes ambientais;
	P2	Cursos profissionalizantes (manicure, artesanato); Curso de venda e publicidades;
	P3	Cursos profissionalizante (design, corte e costura) e cursos de cooperativismo e empreendedorismo;
	P4	Cursos de formação a aprimoramento produção agroecológica; Feira das Sementes;
Grau de novidade da inovação	P1	A divulgação e implementação de novos conhecimentos caracterizou-se como inovação incremental local; Revolvedor de compostagem caracterizou-se como uma inovação radical de abrangência regional;
	P2	A divulgação e implementação de novos conhecimentos caracterizou-se como inovação incremental local;
	P3	A divulgação e implementação de novos conhecimentos caracterizou-se como inovação incremental local;
	P4	A divulgação e implementação de novos conhecimentos e a oferta da cesta de produtos personalizada caracterizaram-se como inovações incrementais de abrangência local; A realização da feira das sementes é uma inovação radical em nível regional.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Ainda que o escopo do FSA CAIXA hoje traga que o fundo apoia projetos de cunho socioambiental inovadores (CAIXA, 2018a, 2018c), esta é uma característica que não é amplamente disseminada nas práticas estudadas no estado do Paraná.

Vale destacar que os editais vinculados aos quatro casos ora pesquisados, naquela época, Regulamento N° 004/2011 (CAIXA, 2011) e Regulamento N° 001/2012 (CAIXA, 2012), não contemplavam um critério de avaliação de inovação dentre os itens avaliados e pontuados das propostas apresentadas. Nos referidos regulamentos, constava apenas uma referência à inovação dentro do item de reaplicabilidade da metodologia do projeto, a qual consistia em verificar se “as lições aprendidas e o conhecimento acerca de alternativas ou soluções bem-sucedidas e inovadoras obtidas no projeto poderão ser replicados em outras localidades, em situações similares”. Ainda assim, foi possível identificar evidências nas práticas que remetem para a inovação.

Tendo em vista os parâmetros considerados nesta pesquisa, conforme demonstrados nas categorias de análise do item 3.3 desse trabalho, o único projeto que adquiriu um equipamento para inovar seu processo produtivo foi o Projeto “Catadores da ACLIMAR”, o qual encomendou sob medida o revolver de compostagem (ACLIMAR, 2012), que otimizou esse processo de reciclagem do composto orgânico para transformá-lo em húmus. Este equipamento promoveu redução do tempo total para o processo de estabilização do composto, passando de 130 para 40 dias, e com isso aumentou a quantidade de resíduo orgânico manipulado por ciclo. O E1 enfatizou que até a data da entrevista (11/2019) “nenhum município no Paraná faz uso dessa técnica com auxílio do revolver de compostagem como o adquirido pela associação”, e que “o município recebe muitas visitas para conhecer o projeto” com vistas a reaplicar a ideia em outros lugares. Esta inovação foi classificada pelo E1 como radical e novidade a um alcance regional.

Nesse caso, o revolver de compostagem caracteriza-se como uma inovação radical, que transformou o processo de compostagem, fazendo o que já era feito de uma maneira diferente (Tidd et al., 2008), e a novidade apresentou uma abrangência em nível estadual, pois o E1 afirmou que, ao participar de eventos estaduais sobre gestão de resíduos sólidos (grupo de discussão que se reúne periodicamente), não se sabe de outro caso no Paraná que faça uso desse equipamento na compostagem, inclusive, poucos municípios têm essa prática (compostagem) implantada em nível municipal.

Além da aquisição do revolver, outra atividade elencada como uma inovação promovida pelo projeto foi a campanha de divulgação do projeto e conscientização da comunidade local (ACLIMAR, 2012), cujas ações foram realizadas pelos próprios agentes ambientais formados pelo projeto. Essa campanha foi um sucesso por dois motivos, “foram eles próprios (os beneficiários do projeto) que disseram o que tinha que ter nos panfletos” (E1) e “não foi alguém de fora que foi lá falar com a população, foram os próprios trabalhadores da

cooperativa, foi a Dona Maria que foi lá e mostrou suas mãos machucadas e comoveu a população a separar o lixo” (E1). O que foi corroborado na entrevista com o B1, “era nós mesmo que entregava e falava com eles (a população)” e “ensinava a maneira correta para eles reciclarem, que era melhor para nós”. Essa prática foi caracterizada como uma inovação radical de abrangência local, pois “não é normal os próprios trabalhadores de material reciclável sair fazendo campanha, nem escrever texto para panfleto. E no projeto, eles foram convidados a participar ativamente da elaboração da campanha” (E1).

Outra iniciativa que se destacou no campo da inovação foi a realização de uma atividade do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, a Festa das Sementes, que já era um evento realizado pelo AEX do projeto e que teve uma edição patrocinada com recursos do FSA (ASSESOAR, 2012). “Nesta festa, não há a comercialização de nenhum item, tudo é compartilhado gratuitamente, as sementes, as ideias, as técnicas, os conhecimentos e as experiências” (E4). É nesses espaços que são compartilhadas técnicas produtivas e utensílios caseiros utilizados na produção, tais como as adaptações de objetos, equipamentos e técnicas convencionais para a agroecologia, como é o caso da utilização de um cano de PVC como plantadeira. “Como são pequenos agricultores em propriedades pequenas, não há uso de máquinas e as técnicas utilizadas geralmente são adaptações da agricultura convencional”. Esta festa foi caracterizada pelo E4 como uma inovação radical em nível regional, que “revolucionou os espaços de compartilhamento regionais no campo do conhecimento” (E4), pois foi uma nova forma de promover a troca de ideias, conhecimentos, técnicas e experiências, entre os produtores da região.

Segundo o Manual de Oslo (OECD, 2005), as inovações organizacionais consistem na implementação de novas metodologias nos procedimentos e nas rotinas organizacionais, o que inclui a implantação de novas técnicas e padrões para melhorar os processos de aprendizagem e compartilhamento de conhecimentos, quando aplicados pela primeira vez. Portanto, nessa perspectiva, a Festa das Sementes, as visitas técnicas realizadas, a Feira para comercialização de itens produzidos e prestação dos serviços aprendidos, bem como os demais cursos e oficinas ofertados pelos projetos se caracterizam como inovações para aquelas iniciativas, no momento em que ocorrerem pela primeira vez, posto que tinham como foco estruturar maneiras de promover ambientes de aprendizagem e troca de conhecimentos e experiências. Assim, destaca-se o papel do conhecimento acumulado nas organizações, especialmente incorporado no capital humano, mas presente também nas rotinas organizacionais, como uma capacidade de inovação que pode resultar em inovatividade e empreendedorismo (OECD, 2005).

Ainda quanto ao Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, identificou-se no relato dos entrevistados uma inovação de produto: as cestas de produtos personalizadas. Estas funcionavam da seguinte maneira: os produtores passaram a divulgar uma lista de produtos disponíveis para a semana, dos quais os clientes escolhiam os itens de interesse e no dia da feira o produtor montava a cesta personalizada e a entregava direto ao cliente. Essa sistemática favorecia a garantir uma alimentação diversificada aos clientes, bem como a comercialização dos itens da estação a um preço justo e acessível, evitando-se, assim, desperdícios e perdas ocasionadas por produtos colhidos e não vendidos, o que não ocorre com a personalização das cestas. Essa inovação foi classificada como incremental de abrangência local pelo grupo E4, pois se trata de “adaptação de técnicas e ideias que vieram de outros lugares” e que são compartilhadas nos “espaços de compartilhamento de experiências” como as feiras locais e outros eventos locais e regionais. Contudo, essa prática não foi localizada no plano de trabalho do projeto nem no relatório de prestação de contas disponibilizado. A inovação incremental consiste em pequenas mudanças nos produtos, serviços ou processos, de forma a agregar alguma melhoria ao que já era feito (Tidd, Bessant, & Pavitt, 2008).

A única inovação de produto identificada nos casos estudados foi a cesta de produtos, a qual consistiu na introdução e comercialização de um novo produto pelos feirantes do P4. Contudo, constatou-se, nos casos, a disseminação e utilização de novos conhecimentos, que quando colocados em prática passam a ser entendidos como inovação.

Nessa linha, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2012) entende que a inovação na agricultura é especialmente importante para viabilizar o crescimento ao mesmo tempo que busca soluções para o enfrentamento dos problemas de cunho socioeconômicos. E acrescenta que existem indícios de que investimentos em P&D no setor agrícola causam um impacto maior na diminuição da pobreza em relação à maior parte dos demais investimentos públicos.

Inovações de produtos e serviços que facilitem o seu acesso por famílias de baixa e média renda, que melhoram o seu bem-estar e o acesso a oportunidades de negócios, tal como é o caso das Feiras Agroecológicas e das demais práticas que promoveram acima de tudo qualificação profissional e melhores condições de trabalho e renda, segundo a OECD (2012), são tidas como inovações inclusivas, justamente por promover soluções capazes de reduzir as discrepâncias nos padrões de vida entre os mais pobres e os mais ricos, o que pode ser caracterizado como inovação frugal quando consistem em produzir versões simplificadas de produtos existentes, com menor custo para possibilitar o acesso por grupos de baixa renda (Weyrauch & Herstatt, 2016; Tiwari et al., 2017).



Além dos projetos Projeto “Catadores da ACLIMAR” e Projeto “Apoio a feiras ecológicas no sudoeste do Paraná”, os outros dois, Projeto “Renda Nova” e Projeto “Capacitar para prosperar” também apresentaram soluções para problemas locais, especialmente no âmbito de promover mais qualidade de vida para a população atendida. Para tanto, essas iniciativas investiram em qualificação e na promoção do trabalho e renda, os quais colaboraram para que esse público pudesse ter uma profissão e condições de ter uma fonte de renda e garantir melhores condições para seu núcleo familiar. Os grupos entrevistados E2 e E3 entenderam que estas práticas se caracterizavam como inovações frugais/sociais e empreendedoras em nível local, uma vez que foram atividades criadas para atender a demandas locais de profissionalização, educação, ocupação e renda.

Todos os projetos apresentaram práticas inovativas relacionadas à sustentabilidade ambiental, mas nem todas essas novidades são extraordinariamente novas no mercado, à exceção do revolvedor de compostagem do Projeto “Catadores da ACLIMAR” e da Feira das Sementes do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”, as demais atividades eram novas apenas para aquelas pessoas beneficiárias dos projetos, como é caso da produção de estopas com retalhos do Projeto “Capacitar para prosperar”, da confecção de artesanatos com materiais recicláveis do Projeto “Renda Nova” e da Cesta de produtos personalizada do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná”.

Quanto aos artesanatos produzidos a partir de materiais recicláveis, estes podem ser caracterizados como uma inovação sustentável no sentido em que, além de evitar desperdício de materiais, promove a reutilização e o retorno de produtos que estavam no fim do seu ciclo de vida (Adams et al., 2016).

Contudo, todas as iniciativas apresentaram evidências que contribuiram para a melhoria nas condições de vida das pessoas, tanto econômica quanto social. Os projetos promoveram acesso à educação, alimentação (saudável – Projeto “Apoio a feiras ecológicas no sudoeste do Paraná”, cesta de alimentos – Projeto “Catadores da ACLIMAR”) e conscientização sobre direitos sociais (Projeto “Catadores da ACLIMAR”, Projeto “Capacitar para prosperar” e Projeto “Apoio a feiras ecológicas no sudoeste do Paraná”).

Nesse sentido, a OECD (2012) enumera o fomento ao empreendedorismo como uma forma de inovação capaz de promover inclusão social, que pode colaborar para o ingresso de grupos marginalizados em atividades econômicas a serem desempenhadas por grupos de baixa e/ou média renda, cujas atividades, ordinariamente, compreendem a exploração de conhecimentos tradicionais como a agricultura e o artesanato. Esse tipo de inovação pode ser constatado nas práticas de todos os projetos, que cada um segundo suas particularidades,

apresentaram inovações locais capazes de promover melhores condições de vida aos grupos beneficiários diretos e indiretos (suas famílias, por exemplo).

Nessa esteira, segundo Rennings (2000), as ações de divulgação e conscientização do Projeto “Catadores da ACLIMAR” bem como a atuação do Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná” como um todo podem ser enquadradas como inovações ambientais no âmbito tecnológico e social, no sentido em que essas iniciativas buscavam desenvolver práticas de proteção ao meio ambiente e a mudança de comportamento nas pessoas.

Como recomenda a Agenda 2030 das Nações Unidas (2015), a participação da sociedade é fundamental para o êxito na resolução dos problemas socioambientais de cada região. Dessa forma, a inovação dirigida para a sustentabilidade se desenvolve de maneira interdisciplinar e envolve várias áreas da sociedade, o que estimula a aprendizagem e a disseminação de novas tecnologias com o potencial de formar melhores práticas no mercado (Seebode, Jeanrenaud e Bessant, 2012). De modo semelhante, a inovação social, conforme definida por Bignetti (2011), prevê a participação e a cooperação dos atores envolvidos ao aplicar conhecimentos e obter soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou a sociedade como um todo.

Nessa linha, conforme apontado por Seebode et al. (2012) e Bignetti (2011), observa-se que, nos casos estudados, as ações que se caracterizam como inovações foram desenvolvidas com o envolvimento de vários atores, como é o caso da divulgação da campanha de incentivo à separação do lixo desenvolvida pelo Projeto “Catadores da ACLIMAR”, da Feira das Sementes realizada pelo Projeto “Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná” e da Feira realizada pelo Projeto “Renda Nova”. A Figura 18 traz os destaques relacionados à inovação que foram identificados nos projetos pesquisados.



Figura 18 - Principais resultados referentes à inovação  
Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Conforme sintetizado na Figura 18, os principais resultados encontrados nos casos estudados relacionados à inovação foram: aplicação de novos conhecimentos inovadores, introdução de materiais reciclados no processo de produção de um novo produto, implementação de técnicas, processos ou equipamentos para tornar os processos mais sustentáveis, e atividades inovativas empreendedoras.

## 5.5 CONCLUSÕES DAS ANÁLISES

Neste tópico, serão abordados os principais resultados e um resumo das análises desenvolvidas. Para tanto, com a finalidade comparar os resultados encontrados nos projetos estudados, foi atribuído um valor unitário (um) para cada prática/ação/evidência encontrada, a seguir, foram somadas as evidências identificadas em cada caso e em cada dimensão para medir os resultados de cada projeto socioambiental estudado. A Figura 19 apresenta essa medida de forma comparativa.

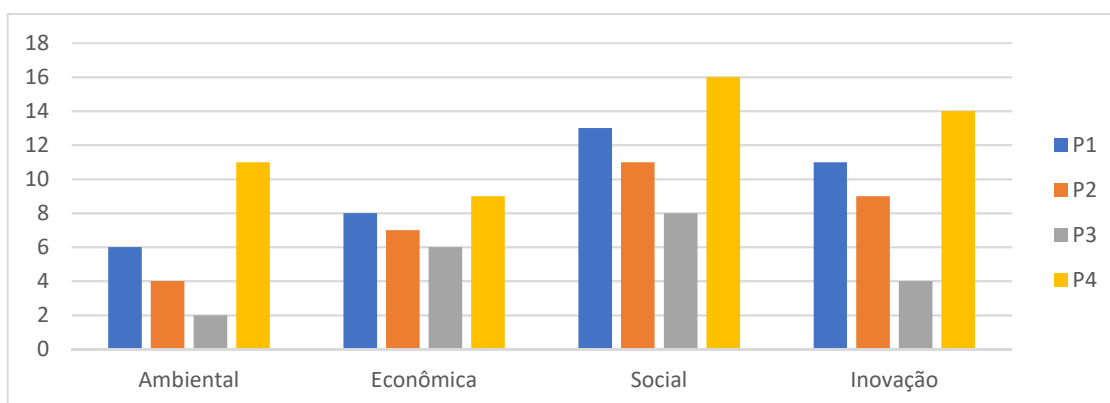


Figura 19 - Representação quantitativa dos resultados encontrados

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Conforme pode-se observar na Figura 19, ao considerar as dimensões da sustentabilidade, a dimensão social foi o pilar que mais apresentou evidências em todos os casos do estudo. Ao todo, foram 48 evidências identificadas. A segunda dimensão que mais trouxe evidências foi a econômica com um total de 30 ações. Contudo, o projeto 4, de apoio a feiras agroecológicas, foi uma exceção, uma vez que foi o único caso cuja dimensão ambiental (11 práticas) apresentou mais ações que o pilar econômico (9 práticas), portanto, diferentemente dos demais casos estudados, a ordem quantitativa das evidências encontradas no P4 foi a seguinte: dimensão social, dimensão ambiental e dimensão econômica.

Destaca-se que, em todas as dimensões avaliadas, conforme demonstrado na Figura 19, o P3 foi o projeto que teve menos evidências identificadas, o que pode demonstrar uma certa imaturidade do projeto em relação ao desenvolvimento sustentável, tanto que foi o único caso em que a entidade executora teve suas atividades interrompidas e não conseguiu lograr autonomia financeira para dar continuidade com as atividades da cooperativa.

De forma geral, ainda segundo a Figura 19, observa-se que os projetos que mais apresentaram resultados nas dimensões da sustentabilidade foram as iniciativas P04 com 36 ações e P01 com 27 ações.

No âmbito da sustentabilidade social, que foi a dimensão com mais resultados encontrados, destaca-se que todos os casos estudados apresentaram ações para a promoção da educação e treinamentos, o que demonstra uma carência nesse aspecto em termos de políticas públicas para a qualificação e profissionalização das pessoas, uma vez que essa foi uma demanda das comunidades atendidas, e essa situação pode ser o retrato de outras localidades em situações similares de vulnerabilidade.

Dessa forma, em relação às dimensões da sustentabilidade, conclui-se que o foco principal dos projetos estudados contempla os componentes econômicos e sociais da sustentabilidade. Isso se verifica na busca por promover melhores condições de vida, inclusão, profissionalização, qualificação e renda para o público atendido direta e indiretamente (grupo familiar).

A dimensão ambiental da sustentabilidade, ainda que indiretamente, teve componentes atendidos em todos os projetos, contudo, verificou-se que, em metade dos casos pesquisados, o atendimento desse pilar ocorreu de forma coadjuvante, o que se verifica nas práticas de reaproveitamento de materiais recicláveis para a confecção de artesanato e sabão (Projeto Renda Nova) e confecção de estopas com retalhos de tecidos (Projeto Capacitar para Prosperar da COOPERCOST), cujas finalidades principais eram gerar trabalho e renda em relação a dar destinação correta aos materiais.

O Projeto da ACLIMAR teve grandes contribuições na dimensão ambiental devido ao escopo do seu projeto estar relacionado à gestão de resíduos sólidos do município de Marialva. Entretanto, conforme se constatou na fala do entrevistado da equipe executora, ainda que o objetivo fosse melhorar a coleta seletiva na cidade, a finalidade maior era melhorar as condições de vida dos trabalhadores da associação e melhorar a renda dessas pessoas.

A iniciativa de Apoio a feiras agroecológicas no Sudoeste do Paraná foi o único caso que apresentou contribuições em todos os quesitos pesquisados das dimensões da sustentabilidade e da inovação. Concluiu-se que esse projeto teve uma abordagem mais

complexa e integrada do desenvolvimento sustentável, o que pode se justificar pelo perfil da entidade executora, a ASSESOAR, uma associação criada na década de 60 para o fortalecimento da agricultura familiar na região, para promover melhores condições de vida no campo, propor políticas públicas na área da educação, da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Quando se refere à inovação, embora todos os casos estudados tenham apresentado alguma ação, nem que seja a disseminação e a utilização de novos conhecimentos em nível local, o que caracteriza uma novidade apenas para aquele público, dois projetos apresentaram inovações direcionadas para sustentabilidade de maneira mais consistente: o projeto realizado pela ACLIMAR e aquele executado pela ASSESOAR.

Na iniciativa da ACLIMAR, foram identificadas duas inovações importantes que fizeram a diferença nesse projeto: a aquisição do revolvedor de compostagem e a participação direta dos trabalhadores da associação de materiais recicláveis na elaboração e na divulgação da campanha de conscientização socioambiental realizada na cidade. O revolvedor caracterizou-se como uma inovação radical de abrangência estadual, ao passo que a maneira de elaboração e divulgação da campanha do projeto enquadrou-se como uma inovação de caráter incremental e abrangência local.

O projeto de apoio a feiras apresentou uma inovação de produto e uma inovação social que se destacaram. A inovação de produto refere-se ao fornecimento de cesta de produtos personalizada e feita sob demanda, a qual caracterizou-se como novidade local, enquanto o espaço para compartilhamento de conhecimentos, trocas de ideias e experiências promovido pela ASSESOAR, a Festa das Sementes, pode ser caracterizada como uma inovação social que visa atender a demandas locais e resolver problemas de ordem sociais pela participação dos diversos atores sociais envolvidos.

Outra inovação que representou um marco para o projeto e para as pessoas que dele participaram foi a realização da feira ao término das ações do Projeto Renda Nova. Esse evento permitiu que os beneficiários apresentassem os resultados do projeto para a comunidade local, promovendo o sentimento de capacidade e reconhecimento pelos conhecimentos aprendidos.

Observou-se também que as práticas que mais apresentaram características inovadoras (Projeto “Catadores da ACLIMAR” e Projeto “Apoio a feiras ecológicas no sudoeste do Paraná”) também foram as que mais apresentaram características sustentáveis, o que confirma os achados teóricos de que a inovação é uma aliada da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (Klewitz & Hansen, 2014; Hall, Matos, Gold, & Severino, 2018; Seebode,

Jeanrenaud, & Bessant, 2012; Tidd, Bessant, & Pavitt, 2008). A Figura 20 traz os principais resultados encontrados nesse estudo.

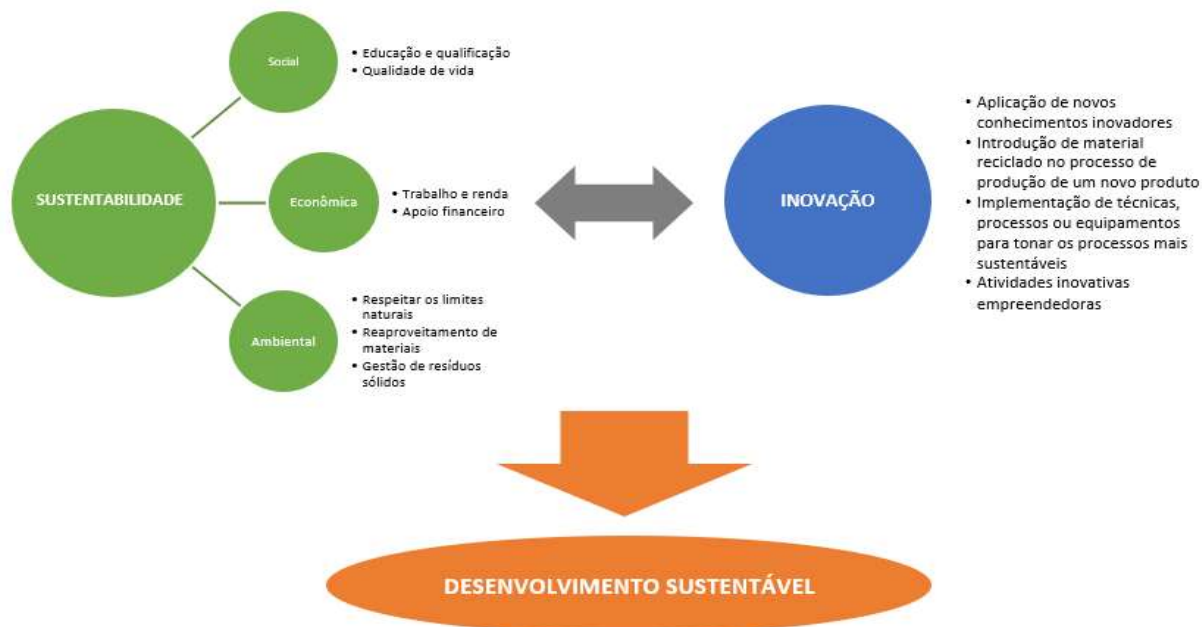


Figura 20 - Principais resultados encontrados em cada dimensão e relação com o desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Conforme ilustração da Figura 20, ainda que os estudos de caso não permitam generalizações (Creswell, 2007a; Yin, 2003), pode-se concluir que, nos casos estudados, a sustentabilidade apresenta uma relação com a inovação, e estas com a promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que os projetos socioambientais com melhores resultados em inovação também são os que apresentaram melhores resultados nas práticas relacionadas às dimensões da sustentabilidade, possibilitando assim maior contribuição para o desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

A respeito das fontes de financiamento para projetos socioambientais, salienta-se que todos os entrevistados das equipes executoras demonstraram interesse nesse tipo de recurso para apoiar a realização de seus projetos, inclusive, lamentaram a escassez de editais para esta finalidade, o que confirma a importância dessa modalidade de financiamento, independentemente se de origem pública ou privada.

Tendo em vista os resultados levantados nos casos estudados, a Tabela 18 traz um panorama em relação ao valor financiado e à quantidade de beneficiários diretos de cada projeto.

Tabela 18 - Panorama dos resultados

Projetos	Sustentabilidade	Inovação	Total de práticas	Valor (R\$)	Nº de beneficiários diretos	Investimento médio (R\$ / pessoa)
P1	27	11	38	120.000,00	50	2.400,00
P2	22	9	31	120.000,00	88	1.363,64
P3	16	4	20	120.000,00	48	2.500,00
P4	36	14	50	118.620,00	410	289,32
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>38</b>	<b>139</b>	<b>478.620,00</b>	<b>596</b>	<b>803,05</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Segundo dados da Tabela 18, observa-se que o valor financiado pelo FSA CAIXA para cada projeto foi praticamente o mesmo, em torno de R\$ 120.000,00, e considerando que os resultados em termos de quantidade de ações inovadoras e direcionadas para sustentabilidade foram diferentes, sendo que algumas iniciativas se destacaram mais do que outras, inclusive atenderam quantidades diferentes de pessoas com a mesma quantidade de recurso, sugere-se que não se pode relacionar o volume de recursos recebido com o impacto resultado pelas ações dos projetos. Contudo, para os fundos financiadores, seria importante conseguir traçar uma relação entre o volume de recurso aportado e os benefícios líquidos da iniciativa apoiada com a finalidade de melhor direcionar os financiamentos. Esse é outro problema que pode ser retomado em pesquisas futuras para investigar o tipo de relação existente.

Considerando as áreas de atuação do FSA CAIXA, conforme traz em seu Guia de Orientações (CAIXA, 2018c): habitação de interesse social, saneamento ambiental, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, saúde, educação, desportos, cultura, justiça, alimentação, desenvolvimento institucional, e desenvolvimento rural, conclui-se que todos os casos estudados atenderam a pelo menos um desses itens no escopo de seus projetos:

- a) Catadores da ACLIMAR: gestão ambiental, educação, geração de trabalho e renda e desenvolvimento institucional;
- b) Renda Nova (CASSFA): geração de trabalho e renda e educação;
- c) Capacitar para prosperar (COOPERCOST): geração de trabalho e renda, educação e desenvolvimento institucional;
- d) Apoio a feiras ecológicas no Sudoeste do Paraná (ASSESOAR): geração de trabalho e renda, educação e desenvolvimento rural.

Tendo em vista que as análises possibilitam conhecer o fundo estudado bem como as características inovadoras e sustentáveis dos projetos apoiados financeiramente por ele e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável, consideram-se atendidos os objetivos desta

pesquisa ao trazer contribuições tanto teórica quanto práticas, conforme serão tratadas no capítulo 6 deste trabalho.



## 6 CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA

A metodologia proposta nesta pesquisa permitiu identificar características inovadoras e sustentáveis nos casos estudados, bem como as contribuições desses projetos socioambientais para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, ao identificar características direcionadas para o atendimento das dimensões da sustentabilidade, ainda que nem todas as iniciativas apresentassem práticas que contemplem de maneira equilibrada os pilares ambiental, econômico e social, todas elas, em maior ou menor grau, demonstraram preocupação com o desenvolvimento sustentável, de forma que o desenvolvimento possa garantir o atendimento das necessidades do presente sem inviabilizar a capacidade das gerações futuras de atender a suas próprias necessidades (Adams et al., 2012; Adams et al., 2016; CMMAD, 1991; Klewitz & Hansen, 2014).

De maneira semelhante à sustentabilidade, a inovação voltada para a sustentabilidade extrapola o viés econômico ao considerar a integração de aspectos ecológicos e sociais em produtos, processos, organizações e estruturas (Klewitz & Hansen, 2014), e “tem sido amplamente reconhecida como um mecanismo chave para abordar as preocupações de desenvolvimento sustentável” (Hall, Matos, Gold & Severino, 2018, p. 1). Inclusive, destaca-se a inovação social relacionada ao desenvolvimento sustentável, a qual é capaz de gerar ações que promovam alternativas para a melhoria do bem-estar de pessoas de baixa renda e é fundamental para diminuir as desigualdades sociais (Souza, Lessa & Silva Filho, 2019). Esse tipo de inovação pôde ser visualizado nos eventos de compartilhamento de ideias, conhecimentos e experiências, tais como as feiras, os grupos de debates e a Festa das Sementes, os quais promovem processos de aprendizagem e busca por resolver problemas locais das comunidades.

Esse estudo permitiu levantar ações desenvolvidas por projetos socioambientais com potencial de atender comunidades marginalizadas, resolver problemas socioambientais e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Essas ideias podem ser reaplicadas de forma literal ou parcial por outras iniciativas que tenham projetos semelhantes em andamento ou em estudo.

No âmbito dos projetos socioambientais, a metodologia aplicada e os resultados obtidos, além de poderem ser úteis para compor uma ferramenta de autoavaliação para identificarem os pontos fortes e outros a melhorarem, tanto a partir de suas próprias ações como a partir das atividades de outras iniciativas, pode ainda auxiliar a guiar a elaboração de novos projetos que devam atender a requisitos de sustentabilidade e de inovação. Em ambos os casos, ao buscar as melhores práticas, espera-se que auxilie na estruturação de projetos e na captação de recursos

para executá-los. Outro ponto positivo para os agentes executores é o exemplo do projeto 4, cuja entidade mantém permanentemente em sua estrutura uma equipe de projetos, a qual é responsável pela gestão dos projetos, inclusive, pela captação de recursos.

Para o Fundo Socioambiental CAIXA, esta investigação pode ser útil para desenvolver um instrumento de avaliação dos projetos socioambientais apoiados, para auxiliar na seleção de novas propostas, visando a identificar as características desejadas para melhor direcionamento dos recursos financeiros e do apoio técnico oferecidos, bem como pode auxiliar a avaliar o potencial de impacto dos projetos com a finalidade de maximizar os resultados das iniciativas apoiadas por esse fundo. Outro ponto a ser considerado é a formação de um banco de melhores práticas, conforme principais resultados, o qual poderia estruturar as práticas apoiadas com potencial de reaplicação, tais como as práticas Feira das Sementes e cesta de produtos personalizada da ASSESOAR, a Feira ao final do projeto realizada pelo CASSFA, a aquisição do Revolvedor de compostagem e a campanha de conscientização sobre coleta seletiva realizada pelos próprios trabalhadores da coleta seletiva da ACLIMAR.

De igual maneira, acredita-se que as aplicações práticas desta pesquisa possam ser estendidas a outras entidades financiadoras, uma vez que o objetivo maior de todas elas é obter os melhores resultados com suas ações, o que pode ser assegurado com o direcionamento mais assertivo dos recursos físicos e financeiros.

Os resultados encontrados nos projetos estudados demonstraram, além das características sustentáveis e inovadoras, algumas áreas de carência na sociedade, especialmente quanto à inclusão social por meio da qualificação profissional e da promoção do trabalho e renda, o que constata uma demanda da sociedade a ser priorizada por políticas públicas rumo ao atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida para identificar características inovadoras e sustentáveis nos projetos socioambientais pesquisados, o que permite reconhecer as contribuições que essas iniciativas apresentaram para o desenvolvimento sustentável.

Por meio da análise documental, foi possível conhecer características do fundo estudado, o Fundo Socioambiental CAIXA, de forma a descrever a origem dos seus recursos e os eixos temáticos de atuação, bem como as formas de seleção dos projetos.

Do mesmo modo, por análise documental, pôde-se traçar um perfil dos casos pesquisados ao conhecer suas descrições, os agentes executores, os objetivos, os valores recebidos a título de financiamento, os períodos de execução, os públicos atendidos e as ações executadas.

O levantamento qualitativo dos projetos estudados, por sua vez, realizado por meio de entrevistas e coleta documental, permitiu a triangulação de dados e traçar algumas conclusões sobre os dados coletados e analisados.

Após a análise das evidências coletadas, concluiu-se que todas as iniciativas apresentaram pelo menos uma ação em cada uma das dimensões da sustentabilidade. Todas elas iniciaram por um viés social com finalidade econômica, ou seja, iniciaram com a promoção de cursos de qualificação e profissionalização com o objetivo de dar condições dessas pessoas se incluírem no mercado de trabalho e obterem ou melhorarem sua fonte de renda, o que consequentemente colabora para melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população, promovendo o desenvolvimento local e reduzindo as situações precárias e as desigualdades sociais.

Ao envolver os próprios beneficiários do projeto 4 (trabalhadores da associação de reciclagem do município) na elaboração do material e divulgação da campanha nos bairros da cidade, obteve-se um diferencial e um sucesso extraordinário na sensibilização e conscientização da população. A Feira das Sementes, por sua vez, enquadra-se como um espaço de compartilhamento e aprendizagem, colaborando para disseminar melhores práticas de inovação e sustentabilidade na área da agroecologia, ao passo que a feira realizada pelo Projeto “Renda Nova”, ao final das atividades desse projeto, consagrou seus resultados e benefícios ao promover a inclusão e o reconhecimento do grupo na sociedade por venderem os produtos confeccionados e prestarem os serviços aprendidos, além de oportunizar a obtenção de renda.

Além das práticas acima relacionadas, vale destacar outros dois pontos que fizeram a diferença nos casos estudados: a aquisição do revolvedor de compostagem pelo projeto 01 e as

visitas técnicas realizadas pelo grupo dessa iniciativa. O revolvedor de compostagem inovou o processo de compostagem e otimizou os ganhos com a venda desse composto, enquanto as visitas técnicas, além de permitir o desenvolvimento de uma visão sistêmica das atividades relacionadas à separação do lixo e reciclagem, também possibilitou a troca de experiências entre trabalhadores do mesmo ramo de atividade e ainda possibilitou a vivência turística, cultural e histórica dos lugares visitados, o que dificilmente essas pessoas teriam oportunidade de conhecer por conta própria.

Portanto, conclui-se que todos os casos estudados apresentaram características sustentáveis e contribuições para o desenvolvimento sustentável, contudo, o principal foco desses projetos concentra-se na promoção do trabalho e renda (pilar econômico da sustentabilidade). Para tanto, inicialmente observa-se o atendimento do pilar social a partir da inclusão social e práticas de educação, e a questão ambiental acaba sendo atendida em segundo plano como um desdobramento das outras dimensões da sustentabilidade.

Vale destacar que os projetos que mais apresentaram características inovadoras também foram os que mais apresentaram características sustentáveis, o que corrobora o pensamento de que a inovação é uma grande aliada da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

Quanto à inovação, observa-se que a maioria delas aconteceu em nível local, sendo novidade apenas para os projetos, à exceção do revolvedor de compostagem que se caracterizou como uma inovação regional.

Por conseguinte, tendo em vista a carência de editais de financiamento para esse tipo de projeto relatado pelos entrevistados, que é uma das dificuldades apontadas na pesquisa, espera-se que os resultados desta pesquisa possam ser úteis tanto para o fundo e os casos estudados como para outras fontes financiadoras, outros projetos e pesquisadores.

Isto posto, entende-se que a pesquisa permitiu avaliar o caráter inovador e a contribuição para a sustentabilidade de projetos socioambientais financiados pelo Fundo Socioambiental CAIXA e conclui-se que o principal resultado decorrente do estudo consiste na constatação de que os projetos investigados são inovadores e contribuem para a sustentabilidade, bem como pôde-se destacar o papel do financiamento para o êxito e a continuidade desse tipo de projeto, capaz de provocar mudanças na sociedade e resolver problemas sociais.

Assim, este protocolo de pesquisa pode ser estendido para investigar outros projetos socioambientais, por exemplo em outras regiões do país ou, ainda, financiados por outras fontes, o que é interessante para traçar comparações, identificar características comuns e divergentes. Em se tratando do mesmo fundo, sugere-se estudar outras modalidades de seleção, tal como é o caso do Apoio a Políticas Internas da empresa mantenedora do FSA. Como os

estudos de casos não permitem generalizações dos resultados, sugere-se que esse protocolo de pesquisa possa subsidiar a elaboração de uma metodologia quantitativa de investigação, a qual possa abranger outros projetos e regiões geográficas do país.

Por fim, considerando as conclusões que emergiram dessa pesquisa, sugere-se a continuidade do trabalho em estudos futuros que investiguem a relação existente entre o volume de recurso financiado e o impacto provocado pelos projetos socioambientais, assim como a relação existente entre a sustentabilidade e a inovação, identificando possíveis direções e forma de influência, ou seja, se são as características sustentáveis que influenciam a inovação ou se o perfil inovador é que favorece a promoção da sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (2012). Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.26, n.74, pp.21-33.
- ACLIMAR. (2012). Plano de trabalho do projeto. Marialva, PR. Documento disponibilizado pela entidade.
- ACLIMAR. (2015). Relatório de prestação de contas final do projeto. Marialva, PR. Documento disponibilizado pela entidade.
- Adams, R., Bessant, J., Jeanrenaud, S., Overy, P., & Denyer, D. (2012). Innovating for sustainability: a systematic review of the body of knowledge. *Network for Business Sustainability*. Recuperado de <  
<https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10036/4105/Adams%202012-%20NBS%20Systematic%20Review%20Innovation.pdf?sequence=8>>. Acesso em 03 abr. 2019.
- Adams, R., Jeanrenaud, S., Bessant, J., Denyer, D., & Overy, P. (2016). Sustainability-oriented innovation: A systematic review. *International Journal of Management Reviews*, 18(2), 180-205. DOI: 10.1111/ijmr.12068.
- Almeida, F. (2007). *Os desafios da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Alvord, S. H., Brown, L. D., & Letts, C. W. (2004). Social Entrepreneurship and Societal Transformation: An Exploratory Study. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 40(3), 260–282. <https://doi.org/10.1177/0021886304266847>.
- Andrade, H., & Rapini, M. (2019). *O estado fomentando a inovação: o papel do BDMG e suas iniciativas de capital de risco* (Texto para discussão, 601). Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de <  
<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20601.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2019.
- Andrade, Liliane Cristina Ramos de. (2012). *O desafio do acesso às fontes de financiamento para ciência tecnologia e inovação: um estudo de caso na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.* (Dissertação de Mestrado em Planejamento e Governança Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR.
- Andrade, M. G. V. D. (2002). Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Araujo, G. J. F. (2018). A análise da dimensão sustentabilidade da inovação no pequeno varejo para construção e sustentação de vantagem competitiva. *Negócios*, 16(1), 163-183.b.
- ASSESOAR. (2011). Plano de trabalho do projeto. Francisco Beltrão/PR. Documento disponibilizado pela entidade.
- ASSESOAR. (2014). Relatório de prestação de contas final do projeto. Francisco Beltrão/PR. Documento disponibilizado pela entidade.

- Banco Mundial. (2018). Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle 2018. doi:10.1596/978-1-4648-1330-6.
- Barbieri, J. C. (2007). *Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações*. Atlas.
- Barbieri, J. C., & Cajazeira, J. E. R. (2009). *Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática*. São Paulo: Saraiva.
- Barbieri, J. C., Vasconcelos, I. F. G. D., Andreassi, T., & Vasconcelos, F. C. D. (2010). Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *RAE*, 50(2), 146-154.
- Barbieri, J. C., & Silva, D. D. (2011). Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, 12 (3), 51-82.
- Barbieri, J. C. (2012). Organizações inovadoras sustentáveis. *Caderno de Inovação*, 3, 5-9.
- Barbosa, G. S. (2008). O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, 1(4), 1-11.
- Barros, A. J. da S., & Lehfel, N. A. de S. (2000). *Fundamentos de Metodologia: um guia para iniciação científica*. São Paulo: Makron Books do Brasil.
- Bhatt, P. & Ahmad, A. J. (2017). Financial social innovation to engage the economically marginalized: insights from an Indian case study. *Entrepreneurship & Regional Development*. DOI: 10.1080/08985626.2017.1287961.
- Bagattolli, C., & Dagnino, R. (2016). Política de C&T e dinâmica inovativa no Brasil: avaliação de resultados. *Revista Internacional de Ciencia y Sociedad*, 1(1).
- BB – Banco do Brasil. (2019). Negócios Sociais. Recuperado de <[https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/negocios-sociais#/>. Acesso em 28 abr. 2019.](https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/negocios-sociais#/)
- Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3-14.
- Bittencourt, B. A., Schutel, S., & Figueiró, P. S. (2016). The Impact of Social Innovation: Benefits and Opportunities from Brazilian Social Business. *Anais do XL ENANPAD – Costa do Sauípe (BA)*. Editora ANPAD.
- Borges, D. B., & Hoffmann, M. G. (2017). A subvenção econômica como instrumento de fomento à inovação: uma análise sob a perspectiva de empresas de TIC da grande Florianópolis. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação (Brazilian Journal of Management & Innovation)*, 5(1), 50-73.
- Bossle, M. B., de Barcellos, M. D., Vieira, L. M., & Sauvée, L. (2016). The drivers for adoption of eco-innovation. *Journal of Cleaner production*, 113, 861-872. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.11.033>

- BNB - Banco do Nordeste do Brasil. (2019a). *Investimentos Sociais e Esportivos*. Recuperado de <<https://www.bnb.gov.br/investimentos-sociais-e-esportivos>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil. (2019b). *Linhas de Crédito Verde e para Inovação*. Recuperado de <<https://www.bnb.gov.br/responsabilidade-socioambiental/linhas-de-credito>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- Brasil. Lei da Inovação nº. 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Brasília, DF.
- Brest, P., & Born, K. (2013). When can impact investing create real impact. *Stanford Social Innovation Review*, 11(4), 22-31.
- Brewer, J., & Hunter, A. (2006). *Foundations of multimethod research*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. doi: 10.4135/9781412984294.
- Brito, D. de, & Ribeiro, T. G. (2003). A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. *Revista Ambiente & Sociedade*, 5(2).
- Buainain, A. M. (2006). *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate*. CEP, 71, 450.
- Buainain, A. M., Lima Junior, I. S., & Corder, S. (2017). Desafios do Financiamento à Inovação no Brasil. *Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais*. São Paulo: Blucher, 97-123.
- Bueno, A., & Torkomian, A. L. V. (2014). Financiamentos à inovação tecnológica: reembolsáveis, não reembolsáveis e incentivos fiscais. *RAI Revista de Administração e Inovação*, 11(4), 135-158.
- CAIXA. (2011). *Regulamento N° 004/2011: Programa CAIXA Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Documento disponibilizado COOPERCOST. Acesso em 28 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Regulamento N° 001/2012: Programa CAIXA Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Recuperado de <<https://www.rets.org.br/sites/default/files/regulamento-001-2012-fsa-caixa-vf-01062012.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. (2018a). Ebook Fundo Socioambiental. Recuperado de <[http://www.caixa.gov.br/Downloads/fundo\\_socioambiental\\_fsa/E\\_Book\\_FSA\\_CAIXA.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/fundo_socioambiental_fsa/E_Book_FSA_CAIXA.pdf)>. Acesso em 14 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. (2018b). *Fundo socioambiental*. Brasília (DF). Recuperado de <<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/fundo-socio-ambiental/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 14 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. (2018c). *Guia de orientações FSA Caixa*. Recuperado de <[http://www.caixa.gov.br/Downloads/fundo\\_socioambiental\\_fsa/GUIA\\_FSA\\_CAIXA.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/fundo_socioambiental_fsa/GUIA_FSA_CAIXA.pdf)>. Acesso em 14 nov. 2018.



- \_\_\_\_\_. (2018d). *Planilha com relação de projetos apoiados*. Documento disponibilizado por email em 08 ago. 2018.
- \_\_\_\_\_. (2018e). Relatório de Sustentabilidade 2017. Brasília (DF). Recuperado de <[http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio\\_de\\_Sustentabilidade\\_Caixa\\_2017.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio_de_Sustentabilidade_Caixa_2017.pdf)>. Acesso em 14 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. (2019a). *Fundo Socioambiental Caixa: Inovamos para um futuro melhor*. Recuperado de <<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/investimentos-socioambientais/fundo-socioambiental-caixa/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 01 mar. 2019.
- \_\_\_\_\_. (2019b). *Investimentos socioambientais*. Recuperado de <<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/investimentos-socioambientais/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- \_\_\_\_\_. (2019c). *Microcrédito, Inclusão Bancária e Linhas de Crédito Socioambientais*. Recuperado de <<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/produtos-servicos/credito-socioambiental-inclusao-bancaria/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- \_\_\_\_\_. (2019d). *Portfólio Caixa para a sustentabilidade*. Recuperado de <<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/produtos-servicos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- \_\_\_\_\_. (2019e). *Projetos apoiados FSA CAIXA*. Recuperado de <[http://www.caixa.gov.br/Downloads/Projetos\\_Apoiados\\_FSA\\_CAIXA.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/Projetos_Apoiados_FSA_CAIXA.pdf)>. Acesso em 02 mar. 2019.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2018). *Qualis-periódicos*. Recuperado de <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf;jsessionid=zz3H9EqSp33JfYnWOKvu+bct.sucupira-213>>. Acesso em Acesso em 14 NOV. 2018.
- Cargill. (2019). *Fundação Cargill - Alimentação em foco*. Recuperado de <[https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/funda%C3%A7%C3%A3o-cargill](https://www.cargill.com.br/pt_BR/funda%C3%A7%C3%A3o-cargill)>. Acesso em 28 abr. 2019.
- Carvalho, A. P., & Barbieri, J. C. (2010). Inovação para a Sustentabilidade: Superando a Produtividade do Sistema Convencional da Indústria de Açúcar e Etanol. *Jornal de gestão de tecnologia e inovação*, 5 (4), 83-94. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-27242010000400007>
- CASSFA. (2012). Plano de trabalho do projeto. Curitiba/PR. Documento disponibilizado pela entidade.
- CASSFA. (2014). Relatório de prestação de contas final do projeto. Curitiba/PR. Documento disponibilizado pela entidade.
- Cava, F. (2014). O emocionar no desenvolvimento de projetos socioambientais. (Dissertação de Mestrado). Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), Brasil.

- Cirani, C. B. S., Kono, C. M., Santos, A. M., & Cassia, A. R. (2016). O Papel das Agências Públicas de Fomento à Inovação no Brasil. *Brazilian Business Review* (Portuguese Edition), 13(6), 217–238. <https://doi.org/10.15728/bbr.2016.13.6.3>
- Clarkin, J. E., & Cangioni, C. L. (2016). Impact investing: A primer and review of the literature. *Entrepreneurship Research Journal*, 6(2), 135-173.
- Claro, P. B. O., Claro, D. P., & Amâncio, R. (2008). Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *RAUSP Management Journal*, 43(4), 289-300.
- Cloutier, J. (2003). Qu'est-ce que l'innovation sociale? In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. Cahiers du CRISES. Montréal: Crises, 1-46.
- Comissão Econômica para América Latina e Caribe. *Manual de formulação e avaliação de projetos sociais*. Cepal, 1995. Recuperado de [http://sinop.unemat.br/site\\_antigo/prof/foto\\_p\\_downloads/fot\\_8047cepal\\_manual\\_de\\_fo\\_bmulacao\\_e\\_avaliacao\\_de\\_pbojetos\\_sociais\\_pdf.PDF](http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8047cepal_manual_de_fo_bmulacao_e_avaliacao_de_pbojetos_sociais_pdf.PDF)>. Acesso em 24 mar. 2019.
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. (2a ed.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- COOPERCOST. (2011). Plano de trabalho do projeto Capacitar para prosperar. Colombo/PR. Documento disponibilizado pela entidade.
- Copel. (2019). Ações e Programas. Recuperado de <https://www.copel.com/hpcopel/acopel/transparenciaNivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagecopel2.nsf%2Fdocs%2F6F0A5E7E75291D7B03257EEC00412808>>. Acesso em 02 fev. 2019.
- Corder, S., & Salles Filho, S. (2006). Aspectos conceituais do financiamento à inovação. *Revista Brasileira de Inovação*, 5(1), 33-76.
- Corder, S., & Buainain, A. M. (2013). O financiamento à inovação no Brasil. *ComCiência*, (150), 0-0.
- Correia, S. N., Oliveira, V. M., Feitosa, M. J., & Gómez, C. R. P. (2018). Inovação Social para o Desenvolvimento Sustentável: um caminho possível. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(3), 199-212. DOI: <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i3.1441>
- Costa, A. R., Silva, L. A., & Rapini, M. S. (2018). *O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e sua atuação no fomento à inovação* (Texto para discussão, 593). Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/6227026.pdf>>. Acesso em 09 out. 2018.
- Creswell, J. W. (2007a). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Creswell, J. W. (2007b). *Qualitative inquiry & research design: choosing among five approaches*. 2nd ed. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Creswell, J. W., & Plano-Clark, V. L. (2013). *Pesquisa de métodos mistos*. Porto Alegre: Pensa.

- Dagnino, R., Dias, R., & Novaes, H. (2019). Evolução do desenvolvimento científico e tecnológico da América Latina: o caso brasileiro. *Claves del desarrollo científico y tecnológico de América Latina. Madrid: Fundación Carolina*, 225-260.
- Dempsey, N., Bramley, G., Power, S., & Brown, C. (2011). The social dimension of sustainable development: Defining urban social sustainability. *Sustainable development*, 19(5), 289-300.
- Desenvolve SP - Agência de Desenvolvimento Paulista. (2019). *Projetos Sustentáveis - Conheça as opções de crédito disponíveis*. Recuperado de <<https://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-de-credito/projetos-sustentaveis/>>. Acesso em 28.04.19.
- Dornelles, C. T. A. (2011). *Avaliação das ações e da efetividade de projetos socioambientais: uma análise do projeto Mogi-Guaçu*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade: canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.
- Farias, J. L. S., Fernandes, F. E. P., Fernandes, C. de S., & Machado, A. B. N. (2017). Construção social de mercados: Estratégia de fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares no semiárido brasileiro. *Agroalimentaria*, 23(44), 153-168.
- Farias, R., Amâncio-Vieira, S. F., da Câmara, M. R. G., Favoreto, R. L., & Sereia, V. J. (2014). Estratégias de Financiamento à Inovação em Empresas de Base Tecnológica: considerações a partir de um caso da Incubadora da Universidade Estadual de Londrina. *International Journal of Innovation*, 2(2), 160-184.
- Fenker, E. A., & Ferreira, E. (2011). *Sustentabilidade: economia e ecologia sustentável*. In: XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro - RJ. Anais...
- Fenker, E. A. (2012). *Estratégias de sustentabilidade: novos rumos?* In: XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro - RJ. Anais...
- Fernandes, C. I., Ferreira, J. J. M., & Raposo, M. L. (2013). Drivers to firm innovation and their effects on performance: an international comparison. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 9, 557-580. <https://doi.org/10.1007/s11365-013-0263-6>
- FIEC. (2019a). FIEC lança Índice de Inovação dos Estados. Disponível em <<https://www1.sfipec.org.br/fiec-noticias/search/123812/fiec-lanca-indice-de-inovacao-dos-estados>>. Acesso em 14 abr. 2020.
- FIEC. (2019b). *Índice FIEC de inovação dos estados 2018*. Disponível em <<https://arquivos.sfipec.org.br/sfipec/files/files/Indice%20FIEC%20de%20Inovacao%20dos%20Estados.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2020.
- Figuera, D., Kneipp, J. M., Treptow, I. C., Müller, I. O., Gomes, C. M. (2018). Práticas de Inovação para a Sustentabilidade em Empresas de Santa Maria-RS. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, 5 (3), 72-94. DOI: 10.18226/23190639.v5n3.04

- FINEP. (2019). *Programa Inova Sustentabilidade*. Recuperado de <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/programas-inova/inova-sustentabilidade>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- Fronzel, M., Horbach, J., & Rennings, K. (2008). What triggers environmental management and innovation? Empirical evidence for Germany, *Ecological Economics*, 66(1), 153-160.
- Fundação Banco do Brasil [FBB]. (2019). *Sobre nós*. Recuperado de <https://fbb.org.br/pt-br/menu-pt-br/sobre-nos>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- Fundação Itaú Social. (2019). Documentos. Recuperado de <https://www.itausocial.org.br/documentos/>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- Fundação Grupo Boticário. Apoio a projetos. Recuperado de <http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Apoio-a-projetos.aspx>>. Acesso em 02 fev. 2019.
- Fussler, C., & James, P. (1996). *Eco-innovation: A breakthrough discipline for innovation and sustainability*. Pitman: London.
- Gabriani, C. R. (2016). O financiamento da inovação tecnológica em países em desenvolvimento: uma abordagem teórica com aplicação para a economia brasileira. (Tese de doutorado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Geobey, S., Westley, F. R., & Weber, O. (2012). Enabling social innovation through developmental social finance. *Journal of Social Entrepreneurship*, 3(2), 151-165.
- Greene, J. C., Caracelli, V. J., & Graham, W. F. (1989). Toward a conceptual framework for mixed-method evaluation designs. *Educational evaluation and policy analysis*, 11(3), 255-274.
- Guimarães, Paulo Ricardo Bittencourt. (2008). *Métodos Quantitativos Estatísticos*. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Hacking, T. (2018). The SDGs and the sustainability assessment of private-sector projects: theoretical conceptualisation and comparison with current practice using the case study of the Asian Development Bank. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 37(1), 2-16. Doi: <https://doi.org/10.1080/14615517.2018.1477469>.
- Hall, J., Matos, S., Gold, S., & Severino, L. S. (2018). The paradox of sustainable innovation: The ‘Eroom’ effect (Moore’s law backwards). *Journal of Cleaner Production*, 172, 3487–3497. Doi: 10.1016 / j.jclepro.2017.07.162.
- Hebb, T. (2013). Impact investing and responsible investing: what does it mean?, *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 3:2, 71-74, DOI: [10.1080/20430795.2013.776255](https://doi.org/10.1080/20430795.2013.776255)
- Höchstädter, A. K., & Scheck, B. (2015). What’s in a name: An analysis of impact investing understandings by academics and practitioners. *Journal of Business Ethics*, 132(2), 449-475.

- Johnson, K., & Lee, H. (2013). *Impact investing: A framework for decision making*. Boston: Cambridge Associates LLC.
- Indjai, M. A. (2014). Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, Brasil.
- Instituto Ambiental do Paraná [IAP]. (2019). Programas e Projetos. Recuperado de <<http://www.iap.pr.gov.br/pagina-54.html>>. Acesso em 02 fev. 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *PINTEC - Pesquisa de Inovação*. Rio de Janeiro. Recuperado de <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=282643>>. Acesso em 28 out. 2018.
- \_\_\_\_\_. (2013). *PINTEC - Pesquisa de Inovação*. Rio de Janeiro. Recuperado de <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281830>>. Acesso em 28 out. 2018.
- \_\_\_\_\_. (2016). *PINTEC - Pesquisa de Inovação*. Rio de Janeiro. Recuperado de <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299007>>. Acesso em 28 out. 2018.
- \_\_\_\_\_. (2020). *PINTEC - Pesquisa de Inovação*. Rio de Janeiro. Recuperado de <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101706>>. Acesso em 20 abr. 2020.
- Instituto Natura. (2019). *Instituto Natura*. Recuperado de <<http://www.institutonatura.org.br/instituto-natura/>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2020a). Mapa das regiões geográficas do Paraná. Recuperado de <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/regioes\\_geograficas\\_base\\_2010.jpg](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg)>. Acesso em 03 jan. 2020.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2020b). Perfil avançado dos municípios do Paraná. Recuperado de <<http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-avancado-dos-municipios>>. Acesso em 03 jan. 2020.
- Instituto Renault. (2019). Instituto Renault. Recuperado de <<http://institutorenault.com.br/>>. Acesso em 02 fev. 2019.
- Ivankova, N. V., Creswell, J. W., & Stick, S. L. (2006). Using mixed-methods sequential explanatory design: From theory to practice. *Field methods*, 18(1), 3-20.
- Jeunon, E. E., & Santos, L. M. (2014). Indicadores de Desempenho na Gestão de Projetos Sociais Sustentáveis: Proposição de Modelo para os Centros Vocacionais Tecnológico. *Revista Gestão & Tecnologia*, 14(2), 225-248.
- Kemp, R., & Arundel, A. (1998). *Survey indicators for environmental innovation*. IDEA Paper, number 8. Disponível em <<https://nifu.braze.unit.no/nifu->

- [xmlui/bitstream/handle/11250/226478/Idea8.pdf?sequence=1](http://xmlui/bitstream/handle/11250/226478/Idea8.pdf?sequence=1)>. Acessado em 14 fev. 2020.
- Klabin. (2019). Responsabilidade socioambiental. Recuperado de < <https://klabin.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-socioambiental/>>. Acesso em 02 fev. 2019.
- Klewitz, J., & Hansen, E. G. (2013). Sustainability-oriented innovation of SMEs: a systematic review. *Journal of cleaner production*, 65, 57-75.
- Klopp, J. M., & Petretta, D. L. (2017). The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. *Cities*, 63, 92-97.
- Kon, A. (2013). Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública. *Planejamento e Políticas Públicas*, (41).
- Kreitlon, M. P. (2004). *A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial*. In: Anais do XXVIII ENANPAD - Curitiba (PR). Editora ANPAD.
- Kruglianskas, I., & Matias-Pereira, J. (2005). Um enfoque sobre a Lei de Inovação Tecnológica do Brasil. *Revista de Administração Pública*, 39(5).
- Kuhl, M., Cunha, J. C. da, Maçaneiro, M., & Cunha, S. K. da. (2016). Colaboração para Inovação e Desempenho Sustentável: Evidências do Relacionamento na Indústria Eletroeletrônica. *Brazilian Business Review*, 13 (3), 1-25. <https://doi.org/10.15728/bbr.2016.13.3.1>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2006). *Metodologia científica*. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lee, C.-H., Wu, K.-J., & Tseng, M.-L. (2018). Resource management practice through eco-innovation toward sustainable development using qualitative information and quantitative data. *Journal of Cleaner Production*, 202, 120-129. doi: 10.1016 / j.jclepro.2018.08.058.
- Longo, W. P., Krahe, P. R., & Marinho, V. M. C.. *Incentivos governamentais não fiscais: estratégia para fomentar a inovação tecnológica*. IEL, 2001.
- Maçaneiro, M. B., & Cherobim, A. P. M. (2009). O financiamento da inovação tecnológica por meio de programas governamentais de apoio às empresas brasileiras. *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 8(2), 291-324.
- \_\_\_\_\_. (2011). Fontes de financiamento à inovação: incentivos e óbices às micro e pequenas empresas—estudo de casos múltiplos no estado do Paraná. *Organizações & Sociedade*, 18(56).
- Maçaneiro, M. B., Cunha, S. K. da, Cunha, J. C. da, Kuhl, M. R., & Neto, P. J. S. (2018). The position of a company in the production chain of the pulp and paper industry focusing on the adoption of eco-innovation strategies. *Brazilian Journal of Management/Revista de Administração da UFSM*, 11(4). DOI: 10.5902/1983465917626.

- Machado Junior, C., Cesar, R. D. S., Cifarelli, R. A., Santos, N. G., Basileu, J. D., & Campos, R. (2016). *As inovações sociais e ambientais no Brasil*. Anais do XL ENANPAD – Costa do Sauípe (BA). Editora ANPAD.
- Mani, V., Agarwal, R., Gunasekaran, A., Papadopoulos, T., Dubey, R., & Childe, S. J. (2016). Social sustainability in the supply chain: Construct development and measurement validation. *Ecological Indicators*, 71, 270-279.
- Mani, V., Gunasekaran, A., Papadopoulos, T., Hazen, B., & Dubey, R. (2016). Supply chain social sustainability for developing nations: Evidence from India. *Resources, Conservation and Recycling*, 111, 42–52. doi:10.1016/j.resconrec.2016.04.003
- Marcovitch, J., & Pinsky, V. C. (2014). Amazon Fund: financing deforestation avoidance. *Revista de Administração*, 49(2), 280-290.
- Martins, G. A. (2008). *Estudo de caso: Uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2019). Consulta entidade privada. Recuperado de <<http://aplicacoes.mds.gov.br/cneas/publico/xhtml/consultapublica/pesquisar.jsf>>. Acesso em 27 mai. 2019.
- Moore, M. L., Westley, F. R., & Nicholls, A. (2012). The Social Finance and Social Innovation Nexus, *Journal of Social Entrepreneurship*, 3:2, 115-132, DOI: [10.1080/19420676.2012.725824](https://doi.org/10.1080/19420676.2012.725824).
- Moulaert, F. (2016). Social innovation: Institutionally embedded, territorially (re) produced. In: *Social innovation and territorial development*. Routledge, 27-40.
- Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A., & Hamdouch, A. (2013). General introduction: the return of social innovation as a scientific concept and a social practice. *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, 1, 1-6.
- Nações Unidas. (2015). *Iniciativas da Caixa a favor dos Objetivos do Milênio são destaque de série de entrevistas da ONU*. Recuperado de < <https://nacoesunidas.org/iniciativas-da-caixa-a-favor-dos-objetivos-do-milenio-sao-destaque-de-serie-de-entrevistas-da-onu/>>. Acesso em 25 mar. 2019.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Empresas brasileiras lançam campanha digital sobre objetivos globais* (16/11/18). Recuperado de <<https://nacoesunidas.org/empresas-brasileiras-lancam-campanha-digital-sobre-objetivos-globais/>>. Acesso em 25 mar. 2019
- \_\_\_\_\_. (2019). *São Paulo recebe 1º fórum no mundo sobre investimentos nas metas sustentáveis da ONU*. Recuperado de < <https://nacoesunidas.org/sao-paulo-recebe-1o-forum-no-mundo-sobre-investimentos-nas-metas-sustentaveis-da-onu/>>. Acesso em 25 mar. 2019.
- Neumeier, S. (2012). Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research?—Proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research. *Sociologia ruralis*, 52(1), 48-69.

- Neves, M. F. & Castro, L. T. (2009). O Modelo PINS para Empreendimentos e o Desenvolvimento Sustentável. In: Neves, M. F. (Coord.). *Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bionergia*. 1. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 49-57.
- Ngoasong, M., Paton, R., & Korda, A. (2015). Impact investing and inclusive business development in Africa: a research agenda.
- Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, 5(2).
- Oliveira Brasil, M. V., Bizarria, F. P. A., Tassigny, M. M., Pompeu, R. M., & Oliveira, F. C. (2015). Os diversos tipos de Empreendedorismo Sustentável. *CONNEXIO*, 4(1), 11-31.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2010). Framing Eco-Innovation: The Concept And The Evolution Of Sustainable Manufacturing. In: *Eco-Innovation in Industry. Enabling Green Growth*. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/environment/eco-innovation-in-industry/framing-eco-innovation\\_9789264077225-4-en](https://www.oecd-ilibrary.org/environment/eco-innovation-in-industry/framing-eco-innovation_9789264077225-4-en). Acesso em 10 de janeiro de 2019.
- Parente, P. H. N., de Vasconcelos, A. C., Souza, J. L., & Braga, J. M. L. (2014). Avaliação dos reflexos econômico-financeiros dos incentivos à inovação da FINEP nas companhias abertas do Brasil. *Contextus—Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 12(3), 150-173.
- Parrish, B. D. (2010). Sustainability-driven entrepreneurship: Principles of organization design. *Journal of Business Venturing*, 25(5), 510-523.
- Pawtowski, A. (2006). Wielowymiarowosc rozwoju zrównoważonego. *Problemy Ekorozwoju*. v. 1, n. 1, 23-32.
- \_\_\_\_\_. (2008). How Many Dimensions Does Sustainable Development Have? *Sustainable Development*. n. 16, 81-90.
- Petrobras. (2019). *Programa Petrobras Socioambiental*. Recuperado de <<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/selecoes-publicas/selecao-2018/>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- Phills, J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4), 34-43.
- Pinsky, V. C., Moretti, S. L. A., Kruglianskas, I., & Plonski, G. A. (2015). Inovação sustentável: uma perspectiva comparada da literatura internacional e nacional. *RAI - Revista de Administração e Inovação*, 12(3), 226-250.
- Piontkewicz, R., Freitas, M. D. C. D., & Biz, A. A. (2017). Benefícios fiscais para incentivo à inovação tecnológica no Brasil: informação para uso no processo de tomada de decisão em indústrias de grande porte. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 8(2).



- Prefeitura Municipal de Marialva. (2020). Nossa Cidade. Recuperado de <https://www.marialva.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1780>. Acesso em 03 jan. 2020.
- Rapini, M. S. (2009). *Sistemas financeiros e o financiamento à inovação: algumas reflexões para o Brasil* (Texto para discussão, 367). Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de <https://ideas.repec.org/p/cdp/texdis/td593.html>. Acesso em 09 abr. 2019.
- Rapini, M. S., Chiarini, T., Bittencourt, P., & Caliari, T. (2019). The intensity of private funding and the results of university? Firm interactions: the case of Brazil. *Innovation & Management Review*. <https://doi.org/10.1108/INMR-11-2018-0088>.
- Rede Brasil do Pacto Global e Capítulo Brasileiro dos Princípios para Educação Empresarial Responsável. (2018). Integração dos ODS na estratégia empresarial: contribuições da Rede Brasil do Pacto Global para a agenda 2030. Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/15GqLNhGbAc8VCYZQ\\_aYzIkuvHkC5kK3U/view](https://drive.google.com/file/d/15GqLNhGbAc8VCYZQ_aYzIkuvHkC5kK3U/view). Acesso em 29 mar. 2019.
- Richardson, R. J., Peres, J. D. S., Wanderley, J., Correia, I., & Peres, M. (2012). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 14. Reimpr. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, W. C. (2010). *Estatística Aplicada*. Rio de Janeiro: Creative Commons Licence.
- Rossi, G. A. S., & dos Santos, W. J. L. (2016). Uma abordagem sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos projetos e ações, de cunho social, ofertados pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 5(3), 152-167.
- Ruggi, M., Nascimento, T. C., & Mendonça, A. T. B. B. (2018). *Inovação sustentável em empresas com certificação de sustentabilidade*. In: XXI SemeAd - Seminários em Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo. Anais..., p. 1-17.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Desenvolvimento inclusivo, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Gramond.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond.
- SANEPAR. (2019). Programas e projetos. Recuperado de <http://site.sanepar.com.br/a-sanepar/programas-e-projetos>. Acesso em 02 fev. 2019.
- Santos, L., & Santos, T. (2017). Os ODS e seus indicadores: novas classes gramaticais, uma mesma morfologia. International Centre for Trade and Sustainable Development. *Pontes*. 13 (2). Recuperado de <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/os-ods-e-seus-indicadores-novas-classes-gramaticais-uma-mesma-morfologia>. Acesso em 09 abr. 2019.
- Santos, U. P., Rapini, M. S., & Mendes, P. S. (2019). *Impactos dos incentivos fiscais na inovação de grandes empresas: uma avaliação das empresas da pesquisa da sondagem de inovação da ABDI* (Texto para discussão, 597). Cedeplar, Universidade Federal de

- Minas Gerais. Recuperado de <<https://ideas.repec.org/p/cdp/texdis/td597.html>>. Acesso em 09 abr. 2019.
- Scheyvens, R., Banks, G., & Hughes, E., (2016). The private sector and the SDGs: the need to move beyond ‘business as usual’. *Sustain Dev.* 24:371–382.
- Seebode, Dorothea; Jeanrenaud, Sally; Bessant, John. Gerenciando a inovação para a sustentabilidade. *Gestão de P & D*, v. 42, n. 3, p. 195-206, 2012.
- Serrão, M., Almeida, A., & Carestiatto, (2012). *A. Sustentabilidade: uma questão de todos nós*. Rio de Janeiro: Senac Nacional.
- Serviço Social do Comércio [SESC]. (2020). O Mesa Brasil SESC: A alimentação é direito fundamental de todo e qualquer cidadão. Recuperado de <<http://www.sesc.com.br/mesabrasil/omesabrasil.html>>. Acesso em 28 jan. 2020.
- Sessa, C. B., de Vasconcelos, A. J., Costa, M. D. D., & Rapini, M. S. (2017). O Impacto Econômico do Financiamento da Ciência no Brasil: um estudo comparativo entre importação e produção de um bem de capital em nanotecnologia. *Blucher Engineering Proceedings*, 4(2), 204-223. Recuperado de <<http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/enei2017/12.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2019.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. (23ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Sharma, S., & Ruud, A. (2003). On the path to sustainability: integrating social dimensions into the research and practice of environmental management. *Business Strategy and the Environment*, 12(4), 205-214.
- Silva, C. D., Lima, G. B. A., Cardoso, R., & Narcizo, R. B. (2010). Inovação sustentável: uma revisão bibliográfica. In *VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Niterói* (pp. 1-22).
- Silva, D. B. (2012). Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. *Comunicação & Mercado/UNIGRAN*, 1 (3), 23-34.
- Sousa, I. G. B., Segatto, A. P., & Silva, R. L. M. (2017). *Investimento de Impacto e financiamento à inovação social*. In: XX SemeAd - Seminários em Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo. Anais..., 1-16.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Análise dos Fundos de Investimento de Impacto em Inovações Sociais*. In: Anais do XXVIII ENANPAD - Curitiba (PR). Editora ANPAD.
- Souza, A. C. A. A., Lessa, B. S., & Silva Filho, J. C. L. (2019). Social innovation and the promotion of local economic development. *Innovation & Management Review*, 16(1), 55-71.
- Souza, A. L., Andrade, J. C., Alvarez, G., & Santos, N. (2013). Financiamento de Carbono no Mundo e no Brasil: um estudo sobre financiadores, fundos de investimentos e índices de sustentabilidade ambiental em prol de uma economia de baixo carbono. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS*, 2(2), 177-207.

- Souza, J. H., Tachizawa, T., Azevedo, M. C., & Pozo, H. (2009). Avaliação de impactos socioambientais do fomento público à inovação no Brasil. *Revista de Gestão*, 16(4), 17-28.
- Spangenberg, J. H., & Bonniot, O. (1998). Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability. *Wuppertal Paper*. n. 81.
- Strieder, A. C., Deluque, M., & Schadeck, M. (2012). Desenvolvimento sustentável: a responsabilidade dos futuros governantes municipais. *Revista de Administração*, 10 (17), 71-89.
- Tidd, J., Bessant, J., & Pavitt, K. (2008). Capítulo 1 – Fatores fundamentais na Gestão da inovação. Em *Gestão da inovação* (3ª ed., pp. 23-83). Porto Alegre: Bookman.
- Tiwari, R., Fischer, L., & Kalogerakis, K. (2017). Frugal innovation: an assessment of scholarly discourse, trends and potential societal implications. In: *Lead Market India*. Springer, Cham, 13-35.
- Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. (2019). Programas e projetos. Recuperado de <<https://www.tjpr.jus.br/programas-e-projetos>>. Acesso em 02 fev. 2019.
- Trigueiro, M. G. S. (2002). *O clone de Prometeu: a biotecnologia no Brasil - uma abordagem para a avaliação*. Brasília: Editora UnB.
- Unceta, A., Castro-Spila, J., & Fronti, J. G. (2016): Social innovation indicators, *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, DOI: 10.1080/13511610.2015.1127137.
- Valencia, S. C., Simon, D., Croese, S., Nordqvist, J., Oloko, M., Sharma, Buck, T. N., & Versace, I. (2019). Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level: Initial reflections from a comparative research Project. *International Journal of Urban Sustainable Development*, 11(1), 4-23. DOI: [10.1080/19463138.2019.1573172](https://doi.org/10.1080/19463138.2019.1573172)
- Varadarajan, R. (2017). Innovating for sustainability: a framework for sustainable innovations and a model of sustainable innovations orientation. Varadarajan, R. (2015). *Jornal da Academy of Marketing Science*, 45 (1), 14-36. doi: 10.1007 / s11747-015-0461-6.
- Veiga, J. E. da. (2010). Indicadores de sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 24 (68), 39-52.
- Vergara, S. C. (2007). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. (8ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Vieira, K. C., do Prado, J. W., de Castro Alcântara, V., & Bermejo, P. H. S. (2015). External Sources in the process of Open Innovation: Reinforcing and Restrictive Factors in Tech Startups. *Journal on Innovation and Sustainability [RISUS]*, 6(3), 3-28.
- Vifell, Å. C., & Soneryd, L. (2012). Organizing matters: how ‘the social dimension’ gets lost in sustainability projects. *Sustainable development*, 20(1), 18-27.
- Waage, S. A., Geiser, K., Irwin, F., Weissman, A. B., Bertolucci, M. D., Fisk, P., & McPherson, A. (2005). Fitting together the building blocks for sustainability: a revised

model for integrating ecological, social, and financial factors into business decision-making. *Journal of Cleaner Production*, 13(12), 1145-1163.

Werbach, A. D. A. M. (2010). *Estratégia para a sustentabilidade: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial*. Rio de Janeiro: Campus.

Weyrauch, T., & Herstatt, C. (2017). What is frugal innovation? Three defining criteria. *Journal of frugal innovation*, 2(1), 1.

World Business Council for Sustainable Development. (2018). The SDG Business Hub. Disponível em: <<http://sdghub.com/>> Acesso em 20.10.2018.

White, L., & Lee, G.J. (2009). Pesquisa operacional e desenvolvimento sustentável: Enfrentando a dimensão social. *Revista Europeia de Pesquisa Operacional*, 193 (3), 683-692.

Yanikian, V. P. M. & Pamplona, J. B. (2015). O sistema federal de financiamento à inovação no Brasil. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*. ISSN 1806-9029, v. 26, n. 1 (47).

Yin, R. K. (2003). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman.

Yonamini, F. M., & Gonçalves, F. de O. (2010). Financiamento do crescimento da indústria brasileira: seriam as fontes adequadas aos regimes tecnológicos setoriais? *Revista Brasileira De Inovação*, 9(1), 69-92. <https://doi.org/10.20396/rbi.v9i1.8648994>.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EQUIPES EXECUTORAS

### INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Roteiro para entrevista – coordenador e/ou representantes da equipe executora

#### IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome:		
Caracterização do agente executor: <input type="checkbox"/> a) Administração pública municipal <input type="checkbox"/> b) Organização da sociedade civil formalizada (associações, institutos, etc) <input type="checkbox"/> c) Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) <input type="checkbox"/> d) Cooperativa sem fins lucrativos <input type="checkbox"/> e) Outros		
Endereço:		
Respondentes participantes da entrevista	Função	Código

#### QUESTÕES SOBRE CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

##### CARACTERIZANDO O PROJETO

- Origem e objetivo do projeto
- Duração do projeto
- Equipe executora do projeto
- Apoio financeiro recebido
- Planejamento do projeto
- Público beneficiado direto e indireto (crianças/jovens/adultos) e forma de seleção
- Continuidade do projeto (em execução/concluído integralmente/concluído parcialmente)

#### ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE ABORDADOS DIRETO OU INDIRETAMENTE PELO PROJETO

Para cada item abordado, citar exemplos:

##### AMBIENTAL

- Utilização de recursos naturais (o que usa) e eficiência na utilização de recursos
- Algum prejuízo ao meio ambiente (impacto negativo, poluição)
- Preocupação com a preservação e/ou recuperação do meio ambiente
- Gestão de resíduos sólidos (separação/reaproveitamento/reciclagem)

##### ECONÔMICO

- Geração de emprego/renda direta/indiretamente
- Valor agregado ao que é feito
- Resultado financeiro
- Autossuficiência financeira futura
- Regularidade na captação de recursos financeiros

##### SOCIAL

- Desenvolvimento sustentável/redução de desequilíbrios/gerações futuras
- Promoção da equidade (gêneros, classe social)

Acesso aos serviços sociais basilares (saúde, educação, segurança, moradia, justiça, saneamento, etc)  
Identificação com o grupo social  
participação e representatividade na sociedade/comunidade  
Fortalecimento de relações (grupos multidisciplinares/com a sociedade/com o meio ambiente)  
Educação e treinamentos

### **QUESTÕES SOBRE CARÁTER INOVADOR DO PROJETO**

Tipo de inovação (novos conhecimentos ou tecnologias aplicados a produtos/serviços ou processos)

Grau de inovação apresentado no projeto (é uma inovação radical ou incremental)

Alcance da inovação (é uma novidade apenas para o projeto/ para a entidade promotora/ na cidade / no país/ neste tipo de prática)

Inovações voltadas para a sustentabilidade ambiental

Inovações voltadas para a sustentabilidade social (frugal)

Inovações voltadas para o empreendedorismo/sustentabilidade econômica

### **QUESTÕES SOBRE AUTOAVALIAÇÃO DO PROJETO**

Acompanhamento da execução (como)

Cumprimento do objetivo (integral/parcial)

Práticas de sucesso

Práticas que seriam melhoradas para um novo projeto

Pontos fortes e pontos fracos

Avaliação de resultados/impactos

Avaliação das parcerias e apoios

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GRUPOS BENEFICIÁRIOS

### INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS Roteiro para entrevista em grupo – beneficiários do projeto

#### IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome do projeto:

Códigos dos entrevistados:

#### CONTRIBUIÇÕES RELACIONADAS AOS ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE PARA O PÚBLICO BENEFICIADO

Para cada item abordado, citar exemplos:

##### AMBIENTAL

Utilização de recursos naturais (o que usa) e eficiência na utilização de recursos

Prejuízo ao meio ambiente (impacto negativo, poluição)

Preocupação com a preservação e/ou recuperação do meio ambiente

Gestão de resíduos sólidos (separação/reaproveitamento/reciclagem)

##### ECONÔMICO

Geração de emprego/renda direta/indiretamente

Valor agregado ao que é feito

Resultado financeiro

Autossuficiência financeira futura

Regularidade na captação de recursos financeiros

##### SOCIAL

Desenvolvimento sustentável/redução de desequilíbrios/gerações futuras

Promoção da equidade (gêneros, classe social)

Acesso aos serviços sociais basilares (saúde, educação, segurança, moradia, justiça, saneamento, etc)

Identificação com o grupo social

participação e representatividade na sociedade/comunidade

Fortalecimento de relações (grupos multidisciplinares/com a sociedade/com o meio ambiente)

Educação e treinamentos

Se quiser receber o resultado final desta pesquisa, indique o seu email para o envio.